

Sociedade e Economia do Agronegócio

3



FORD FOUNDATION

Na Linha de Frente das Mudanças Sociais



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



CNPq

Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

Os livros desta coleção são produtos de um projeto de pesquisa coletivo e interdisciplinar, envolvendo pesquisadores de diferentes instituições.

O objetivo do projeto é realizar um mapeamento das relações sociais que configuram o chamado “agronegócio” no Brasil atual, procurando estabelecer seus vínculos com as políticas estatais e com as estratégias de grandes empresas a que está associado.

A pesquisa desenvolve-se em várias frentes, da investigação bibliográfica e dos levantamentos cartográficos e estatísticos ao trabalho de campo, de cunho antropológico ou sociológico.

Têm sido objeto de investigação empírica sistemática a região sojicultora em torno da BR-163, em Mato Grosso, e a região produtora de oleaginosas e do “Café do Cerrado” no Triângulo Mineiro. Alguns estudos também têm sido realizados no Oeste da Bahia.

O estudo é coordenado por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (PPGSA/IFCS/UFRJ), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, ligado à mesma universidade (PPGAS/MN/UFRJ), e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). De seu quadro fazem parte professores e alunos desses centros de pesquisa, bem como de outras universidades.



Hailton Pinheiro de Souza Jr.

O lugar do progresso

Família, trabalho e sociabilidade em
uma comunidade de produtores de café
do cerrado mineiro

Rio de Janeiro, 2011



© Hailton Pinheiro de Souza Jr./E-papers Serviços Editoriais Ltda., 2011.
Todos os direitos reservados a Hailton Pinheiro de Souza Jr./E-papers Serviços
Editoriais Ltda. É proibida a reprodução ou transmissão desta obra, ou parte dela, por
qualquer meio, sem a prévia autorização dos editores.
Impresso no Brasil.

ISBN 978-85-7650-302-6

Conselho editorial

Beatriz M. Alasia de Heredia
Leonilde Medeiros

Moacir Palmeira
Sergio Pereira Leite

Projeto gráfico, diagramação e capa
Rodrigo Reis

Revisão

Nancy Soares

Publicação financiada pela Fundação Ford.

A pesquisa de que resultou este trabalho foi feita com recursos da Fundação Ford, do
CNPq e da Faperj.

Esta publicação encontra-se à venda no *site* da
E-papers Serviços Editoriais.

<http://www.e-papers.com.br>
E-papers Serviços Editoriais Ltda.
Rua Mariz e Barros, 72, sala 202
Praça da Bandeira – Rio de Janeiro
CEP: 20.270-006
Rio de Janeiro – Brasil

CIP-Brasil. Catalogação na Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livro, RJ

S7151

Souza Jr., Hailton Pinheiro de

O lugar do progresso: família, trabalho e sociabilidade em uma comunidade de produtores de café do cerrado mineiro / Hailton Pinheiro de Souza Jr.. - Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

218p. : il. (Sociedade e economia do agronegócio ; 3)

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7650-302-6

1. Agricultura familiar - Minas Gerais (Estado). 2. Café - Minas Gerais (Estado). 3. Agricultura e Estado - Brasil. I. Título. II. Série.

11-2984.

CDD: 338.1098151

CDU: 338.43(815.1)

AGRADECIMENTOS

Um estudo sobre famílias, neste tempo de transformação ainda tão caracterizado pelo “império do indivíduo”, não deixa de representar em si mesmo o reconhecimento da importância de um conjunto de relações que estabelecemos ao longo de toda a vida, relações que constituímos enquanto por elas também somos constituídos.

Este trabalho, ainda que signifique a materialização de um desejo por tanto tempo acalentado intimamente, é produto de algo além do simples empenho individual, mas destas relações com as quais venho sendo presenteado ao longo de minha trajetória, cada uma dotada de particular importância para tornar possível chegar ao ponto de apor este “ponto-final” ao trabalho – uma “vírgula” na grande caminhada de constituição de relações a que chamamos “vida”.

Em primeiro lugar, agradeço à minha própria família: ao “Hailton pai”, que tanto nos deixa saudade, à mãe Elza, à irmã Roberta, ao cunhado Gilberto, ao sobrinho João – que se juntou a nós no meio deste processo –, à madrinha Elizete, a todos os outros tios, tias e primos. São vocês os responsáveis por haver chegado até aqui, pela formação que me legaram e todo o apoio emocional que me dedicaram na elaboração deste trabalho.

Agradeço ainda à família de Aridio Cabral de Oliveira e Onilsa Farias Cabral de Oliveira, de que pude me considerar parte ao longo dos cinco anos de estágio e trabalho. O fato de haver deixado de partilhar de sua convivência diária no justo momento em que iniciei este “trecho” específico da caminhada não me impede de reconhecer o quanto esta vivência anterior deixou sua marca no que sou e faço até hoje.

Pela amizade verdadeira que suplantou a simples relação de trabalho, especialmente pelo auxílio com que pude contar quando era eu quem desafiava o sentimento pela partida do pai, registro o sincero agradecimento a Henrique e Claudio Luís Farias Cabral de Oliveira, que

também já deixaram a vida material – este último, quando me encontrava perto de concluir este trabalho –, com isso deixando também tanta saudade em todos nós que partilhamos de suas jornadas.

Desde que optei por reorientar em sentido diverso o rumo da minha própria caminhada, iniciando o curso de mestrado em sociologia e antropologia, inúmeras dificuldades se colocaram no percurso. Na mesma medida das dificuldades, contudo, pude contar com o apoio de diversas pessoas e instituições que são também responsáveis, assim, por essa conquista.

A professora Beatriz Heredia, que me acolheu e guiou por todo este percurso, agradeço não apenas pela orientação, mas pela amizade que vem devotando a mim ao longo destes mais de dois anos de convivência. Sua permanente disponibilidade, gentileza, e eventual firmeza na contenção dos meus “desvios de rota” foram fundamentais para que este trabalho efetivamente tomasse corpo.

Uma bolsa da Capes viabilizou a realização do curso de mestrado, enquanto os recursos investidos pela Fundação Ford no Projeto “Sociedade e Economia do Agronegócio: Um Estudo Exploratório” permitiram a realização do trabalho de campo, pelo que sou grato a tais instituições.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ), agradeço nas pessoas dos professores Bruno Carvalho, Gláucia Villas-Boas, Jean-François Verán, Karina Kuschnir, Luiz Antonio Machado, Neide Esterci e Yvonne Maggie, com quem tive a oportunidade de cursar as disciplinas tão importantes à minha formação.

Agradeço ainda ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ), nas pessoas dos professores Giralda Seyferth, Moacir Palmeira e Renata Menezes, e ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), na pessoa do professor John Comerford, pelos cursos de que tive a oportunidade de participar nestas duas instituições.

Além destes professores, dirijo um especial agradecimento a Leonilde Medeiros, Rosângela Cintrão e Sérgio Pereira Leite, além de Ana Claudia Marques, Marcos Otávio Bezerra e todos os demais pesquisadores do projeto “Sociedade e Economia do Agronegócio: Um Estudo Exploratório”, que enriqueceram este trabalho com as inúmeras considerações realizadas ao longo do processo, em especial por ocasião de nossos seminários.

Às colegas Fernanda Figurelli e Roberta Brandão, com quem realizei a viagem de reconhecimento, Grazielle Dainese e Patrícia Mafra, que a nós se juntaram quando já nos encontrávamos no Triângulo Mineiro, um “muito obrigado” pela companhia e pelas discussões que tanta importância tiveram na determinação do objeto e objetivos do trabalho, nas limitadas oportunidades de encontro ao longo daqueles três meses.

Aos professores Moacir Palmeira e John Comerford, replico o agradecimento, destacando a importância de sua participação e sugestões em minha banca de qualificação, e por terem aceitado o novo convite para participar da defesa de dissertação, pelo que sou grato ainda às professoras Elina Pessanha e Ana Cláudia Marques, que gentilmente concordaram em compor a banca.

Diversos amigos mereceriam destaque pela importância que possuem em minha vida; especialmente ao longo do curso de mestrado, contudo, pude experimentar o prazer de integrar uma verdadeira “família”, com ela partilhando todas as descobertas, todo o aprendizado, os prazeres e angústias deste processo – a autoproclamada “Escola do Largo de São Francisco” (será que um dia iremos mesmo “fazer escola”?). Alberto, Ana Paula, Céline, Cesar, Claudinha, Natasha, Renatinha, Rodrigo, Luís, Paola – cada um de vocês está presente nestas páginas, pela amizade e, sem dúvida, por tudo o que ensinaram (e continuam a ensinar) a este rebelde advogado aspirante a cientista social.

Agradeço aos companheiros do grupo de estudos da Casa de Cultura de Mesquita, na pessoa do amigo César Braga Said, além dos amigos do NEU – UFRJ, com quem tanto aprendemos. Para este estudo, em que iniciamos uma busca sincera pela compreensão dos processos que caracterizam a nossa realidade social, não deixou de ser importante

a certeza de que tudo o que realizamos se insere num amplo processo de desenvolvimento do “ser”, que tem na existência material o precioso instrumento de depuração, sem a ela limitar-se.

À Letícia, a quem encontrei poucos meses antes do início deste trabalho, mas que a partir de então tem estado sempre ao meu lado – mesmo quando “ao lado” representava a distância entre Araguari e Araquara –, com quem venho aprendendo e exercitando a prática da mais sublime dentre as relações, espero dedicar toda a minha vida.

Este trabalho, especificamente, dedico à professora Beatriz Heredia e a todos os *paranaenses* e *mineiros* que me acolheram verdadeiramente, me permitindo ser parte de suas famílias ao longo de toda a pesquisa de campo.

A mentalidade do paranaense, do paulista, não tem lugar certo pra ele. É onde dá certo pra família dele. Então, se ele tem um progresso pra família dele, é o lugar dele! (Gerson Baraca, pequeno produtor *paranaense*).

SUMÁRIO

15	Prefácio
19	Introdução
Parte I Aspectos gerais do distrito e suas famílias	
33	Capítulo 1 O distrito de Corrutelinha
33	1.1 O espaço
35	1.2 A ocupação
35	1.2.1 <i>A ocupação anterior</i>
37	1.2.2 <i>Os projetos governamentais de desenvolvimento do cerrado</i>
40	1.2.3 <i>O estabelecimento das lavouras de café e as transformações no distrito</i>
44	1.2.4 <i>A ocupação atual</i>
49	1.3 A vida cotidiana
49	1.3.1 <i>Um dia de trabalho</i>
56	1.3.2 <i>Um dia de missa</i>
61	1.3.3 <i>Um dia de festa</i>
66	1.3.4 <i>A Fenicafé</i>
69	Capítulo 2 As famílias paranaenses
69	2.1 A trajetória das famílias <i>paranaenses</i>
71	2.2 A economia das famílias <i>paranaenses</i>
71	2.2.1 <i>O ciclo do café</i>
77	2.2.2 <i>O ciclo da hortaliça</i>
79	2.2.3 <i>Aspectos gerais da organização e divisão do trabalho familiar</i>

Parte II | Algumas famílias paranaenses e suas relações sociais

- 103 Capítulo 3 | Ernesto e Margarida Gutierrez
- 110 3.1 | “*A gente cria toda uma cultura diferenciada*”: certificação de propriedades e conflitos no interior da família
- 118 3.2 | Entre “*certificados*” e “*atrasados*”: as relações de Ernesto e Margarida Gutierrez
- 131 Capítulo 4 | Cícero Amarante e filhos
- 136 4.1 | “*No braço puro!*”: o trabalho para Cícero Amarante e filhos
- 147 4.2 | “*A gente ajuda sempre a quem precisa*”: a sociabilidade de Cícero Amarante e filhos
- 161 Capítulo 5 | A família Fratelli
- 164 5.1 | “*Aqui é tudo igual, é tudo fratelli*”: trabalho e vida familiar na *colônia dos Fratelli*
- 173 5.2 | “*O povo daqui não gosta de trabalhar muito assim*”: trabalho e relações sociais da família Fratelli no distrito
- 183 Capítulo 6 | José Belo e filhos
- 185 6.1 | “*É porque café é coisa do pai*”: a unidade de produção de José Belo
- 192 6.2 | “*Eles têm moral porque eles é gente grande*”: a sociabilidade de José Belo e filhos
- 203 Considerações finais | O lugar do progresso
- 211 Referências bibliográficas
- 215 Anexo | Figuras

PREFÁCIO

Quem passa pela região do Alto Paranaíba, em Minas Gerais, atravessando áreas que há não muito tempo atrás já foram cobertas por cerrados, ficará certamente impressionado com as vastas plantações de café, com os grandes tratores e colhedeiras, com os sofisticados aparatos de irrigação e com as evidências do uso intensivo de insumos e tecnologia. Ficará também impressionado ao verificar que nessa região há um bem articulado sistema de associações e cooperativas dedicado a divulgar o “Café do Cerrado” e a buscar a adequação de suas formas de produção e da qualidade do café produzido aos padrões internacionais mais exigentes. Essa também é a impressão geralmente passada pelas reportagens sobre a região: a de uma pujante e homogênea agricultura empresarial em fina sintonia com o mercado externo.

O livro de Hailton Pinheiro de Souza Jr. muito contribui para complexificar e, portanto, problematizar essas impressões, que sem ser errôneas, são algo imprecisas ou incompletas. A sua pesquisa, realizada fundamentalmente em um distrito tido localmente como destacado exemplo da cafeicultura que por ali surgiu nas últimas décadas, mostra que os produtores de café aí residentes, em sua maioria oriundos de São Paulo e Paraná, estão longe de formar um grupo homogêneo, e que as maneiras de organizar a produção de café nessa região também são diversas. Se a imagem que predomina é a de grandes fazendas de café, no distrito estudado por Pinheiro, estas eram poucas. Predominavam aí propriedades relativamente pequenas, muitas delas geridas com participação importante e cotidiana dos membros da família. O livro mostra ainda que no caso desse distrito, a articulação entre a produção de café e a de outros produtos, como certos tipos de hortaliças, assume uma importância muito grande, por motivos bem examinados pelo autor. E que os produtores daquela localidade, com exceção do maior deles, não

estavam particularmente preocupados em se orientar por padrões de gestão e de qualidade pautados pelos mercados internacionais.

Mais do que apenas complexificar e matizar a percepção da produção de café nessa região, o livro de Pinheiro faz isso, de forma muito feliz, ao aproximar o leitor das situações concretas vividas por tais cafeicultores e suas famílias, bem como por aqueles que com eles se relacionam. Com base em uma pesquisa na qual conviveu de maneira próxima com os residentes no distrito ao longo de cerca de três meses, o autor inicialmente nos apresenta o local e um pouco de sua história. E principalmente nos apresenta àqueles que de diferentes maneiras habitam essa localidade e ao modo pelo qual se distinguem entre si: *produtores* (ou *cafeicultores*), *grandes e pequenos*, e *trabalhadores; mineiros, paranaenses e baianos; peões e diaristas* (ou *boias-frias*). Para abordar o cotidiano que coloca tais agentes em relação, opta de maneira engenhosa por descrever, de diferentes pontos de vista, um dia de trabalho, um dia de missa, um dia de festa, e um evento de caráter técnico, festivo e comercial voltado para os cafeicultores. O fato de incluir dias de missa e de festa já mostra que estamos diante de uma pesquisa que, mesmo conferindo grande importância ao aspecto da produção e da economia, não limita a isso sua pauta de análise, incluindo no centro de suas indagações as formas de sociabilidade e a religiosidade e, como veremos, de vida familiar.

Tendo feito essa apresentação do distrito, o autor passa a abordar sistematicamente o foco escolhido: as famílias paranaenses. Tal foco justifica-se pelo fato de que no distrito, bem como em toda região, é atribuído às famílias vindas do Paraná a “grande transformação” que por ali se deu, com os produtores de café ou cafeicultores assumindo, em larga medida, o centro da economia regional e da cena social. A partir do material cuidadosamente observado, recolhido e elaborado, incluindo o acompanhamento das minúcias do ciclo produtivo, Hailton Pinheiro de Souza Jr. mostra como a articulação hierarquizada entre a produção de café e a de hortaliças ganha seu sentido no cerne mesmo das relações (igualmente hierarquizadas) que constituem as famílias como tais, e aponta também como a reprodução da condição socialmente reconhecida de “produtor” ou “cafeicultor” se impõe como horizonte de futuro.

Mas a parte ao mesmo tempo mais saborosa e analiticamente mais central do livro é aquela em que, novamente de maneira muito engenhosa, Hailton Pinheiro de Souza Jr. escolhe aproximar seu foco e abordar quatro famílias paranaenses. Escolhidas por serem, mais do que “representativas”, interessantes e reveladoras de diferentes formas sociais estabelecidas e contradições vividas, tais famílias ao mesmo tempo muito partilham e em muito se distinguem. Ao considerar cada uma delas em sua especificidade, mas também em suas inter-relações, o autor nos mostra ao mesmo tempo a heterogeneidade dos atores e a complexidade das interconexões em jogo. Sublinha a heterogeneidade ao abordar a relação entre os arranjos familiares, as condições econômicas e as estratégias produtivas e comerciais. Mas ao mesmo tempo nos traz indicações perspicazes sobre formas de prestígio que extrapolam a renda ou a riqueza, passando por questões como o ativismo religioso, o trabalho como valor em si, e o sucesso na construção da “união” da família. Tais modalidades de reconhecimento mútuo interconectam as famílias em algo que se poderia pensar como uma “comunidade” de vizinhança, de valores, de códigos compartilhados e de horizontes almejados. Mas que está longe de coincidir com a “comunidade local” do distrito, uma vez que esta é atravessada por separações e diferenciações sutis, mas difíceis de ignorar e de transpor, entre paranaenses e mineiros, entre os que são ativos na Igreja e os que não são, entre cafeicultores e peões ou diaristas, bem como entre a maioria de pequenos e médios produtores e a família de grandes produtores que, voltada para a sede do município e para círculos de relação que extrapolam a região, pouco se envolve na vida do distrito, ao mesmo tempo em que é vista com reservas pela “comunidade” com a qual Pinheiro interagi. Acompanhando as observações minuciosas do autor, vamos ainda perceber que mesmo dentro de cada família há tensões importantes, que podem se manifestar como “geracionais”, mas que estão longe de se reduzir como que “naturalmente” a isso.

A visão passageira, *in loco* ou mediada por textos de cunho jornalístico, da paisagem dessa região (como de outras regiões emblemáticas do “agronegócio”) certamente impressiona, mas depois de algum tempo acaba caindo em certa monotonia. A visão de perto que este livro nos

oferece, por sua vez, está longe de ser monótona: mostra não só que há mais diversidade de situações do que pode parecer à primeira vista, como também que há questões em jogo que se adequam mal à imagem de um mundo social homogeneizado pelo mercado. Sem esquecer as inúmeras e intrincadas conexões entre agentes do mercado e a configuração social que, em torno da produção do café, por ali se firmou nas últimas décadas, o trabalho minucioso e paciente de Hailton Pinheiro de Souza Jr. aponta um amplo leque de laços e preocupações, que passam, por exemplo, pela família como valor e como arranjo social, por polêmicas morais, pela religiosidade e as disputas nela pautadas, pelas festas e pelo lazer, por valores atribuídos a distinções de origem. A leitura deste livro contribui de maneira importante para construirmos uma percepção mais complexa de processos sociais em curso em áreas rurais como a aqui abordada, e mais amplamente sobre o que se tem denominado como “agronegócio”.

John Comerford

INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe uma análise de relações sociais estabelecidas por famílias de produtores de café em uma comunidade do cerrado mineiro.

Neste livro, publicamos uma versão revista e modificada da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ). Este trabalho foi concebido nos marcos do projeto “Sociedade e Economia do Agronegócio: Um Estudo Exploratório”, coordenado pelos professores Beatriz Heredia (PPGSA/IFCS/UFRJ), Leonilde Medeiros (CPDA/UFRRJ), Moacir Palmeira (PPGAS/MN/UFRJ), Rosângela Cintrão e Sérgio Pereira Leite (CPDA/UFRRJ), que tem por objetivo principal a identificação e análise da teia de relações sociais que atravessa o chamado “agronegócio”, a partir do conjunto de posições e oposições sociais que lhe conferem existência.¹

Nossa inserção no projeto efetivou-se quando, sob a coordenação do professor John Comerford (CPDA/UFRRJ), acompanhado ainda pelas pesquisadoras Fernanda Figurelli (PPGAS/MN/UFRJ) e Roberta Novaes (CPDA/UFRRJ), realizamos viagem de reconhecimento a uma

¹ O projeto “Sociedade e Economia do Agronegócio: Um Estudo Exploratório” (HEREDIA et al., 2006) propôs uma aproximação “gradualista” do objeto de estudo, justamente em razão das inúmeras indefinições conceituais a respeito do agronegócio – que refletem, em larga medida, disputas políticas de natureza diversa –, da falta de consenso em torno de sua localização geográfica e dos segmentos sociais por ele envolvidos. Neste sentido, a primeira etapa do projeto se propôs ao mapeamento dos debates em torno do agronegócio, levantamento de estudos empíricos, sistematização de informações quantitativas de diferentes fontes, análise de políticas públicas e, por fim, a realização de viagens de reconhecimento às áreas sugeridas pelo material estatístico e bibliográfico analisado, para a escolha daquelas que abrigariam estudos específicos na etapa subsequente – momento em que inserimo-nos na pesquisa.

das regiões representativas da problemática posta em apreciação, qual seja, a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no estado de Minas Gerais.

No mesmo período, outros pesquisadores realizaram tarefa análoga, no estado do Mato Grosso, dedicando-se à identificação das questões candentes à compreensão daquela realidade social.

Desde a data em que nos vinculamos ao projeto, até a realização desta viagem, interessávamo-nos por efetuar uma análise da organização interna dessas unidades de produção camponesas “viáveis” – noção mobilizada, na esfera política, dentre outros pelo ex-ministro Delfim Netto –, relacionadas, pela mídia, ao “moderno agronegócio”; pretendíamos então colocar em evidência os traços característicos destas unidades, frente àquelas contempladas por estudos disponíveis na literatura especializada.

A organização interna de unidades de produção camponesas constituiu-se como objeto de estudos, dentre outros autores, para Heredia (1979) e Garcia (1983), que o realizaram junto ao campesinato marginal à *plantation* açucareira da Zona da Mata de Pernambuco.

A partir dos dados recolhidos em trabalho de campo, realizado entre os meses de janeiro e abril de 1972, Heredia verificou que a especificidade da unidade familiar camponesa provinha não da suposta indissociabilidade entre “unidade de produção” e “unidade de consumo” – conforme propunham alguns autores como Chayanov (1966) –, mas justamente de uma particular oposição entre estas; segundo ela, eram as oposições *masculino-feminino* e *maior-menor*, materializadas nas oposições *casa-roçado* e *roçado-roçadinho*, que orientavam as relações sociais internamente à família, e o cálculo econômico próprio daquelas unidades:

A concepção do que se define como trabalho permitiu-nos compreender e dar sentido à divisão das tarefas por sexo e, em resumo, levou-nos a compreender a oposição masculino-feminino. Essa oposição vai além de uma simples divisão de tarefas, expressando-se em outra oposição que é casa-roçado. Esta última é que define efetivamente as esferas do que é trabalho e do que não é trabalho. (...)

A essa oposição masculino-feminino somou-se uma outra, a do maior-menor. (...) Aprofundando essa relação, conseguimos ver que, além do roçado familiar, existem outros roçados, chamados roçadinhos, que são de usufruto individual. A existência dos roçadinhos é um dos mecanismos através dos quais os membros do grupo doméstico são socializados e, ao mesmo tempo, são elementos que acentuam o caráter de individualidade desses membros. Estabelecer sua existência foi fundamental, pois possibilitou-nos articular a vida econômica da unidade familiar camponesa (HEREDIA, ob. cit., 26-27).

Além destes estudos especificamente dedicados à organização interna das unidades de produção camponesas, o conjunto de dados obtidos pela equipe de pesquisadores ao longo da primeira etapa do projeto – de que destacamos o trabalho de Haesbaert (1997), obtido em levantamento bibliográfico –, inspirava-nos quanto à possibilidade de identificar e comparar os modelos de organização interna, diferentemente postos em operação por famílias “locais” e “migrantes”, estas últimas frequentemente apontadas como as responsáveis pelo desenvolvimento da “agricultura moderna” no cerrado.²

2 O conjunto de informações de que dispúnhamos, até então, nos davam conta de que seriam os “gaúchos” os principais articuladores do desenvolvimento da agricultura no cerrado, responsáveis pela formação de novos núcleos urbanos e pela transformação dos já existentes, em todas as áreas para as quais haviam migrado em busca de terras para o desenvolvimento de suas lavouras, de milho e soja principalmente. Nestas localidades, seu estabelecimento teria promovido uma transformação não apenas econômica, mas acompanhada de um modo de vida muitas vezes conflitivo com traços culturais locais. No dizer de Haesbaert, que realizou estudo no oeste baiano, “*o confronto entre gaúchos e nordestinos se insere num amplo processo de migração e, na visão dos migrantes, num verdadeiro ‘processo civilizatório’ que remonta aos primórdios da imigração alemã e italiana para o Brasil, no século passado. Ela não só se insere numa lógica mercantil excluente, concentradora de terra e capital, como envolve uma espécie de ‘cultura imigrante’ que difunde pelo interior do país mitos de um sulista, espécie de novo bandeirante, difusor ao mesmo tempo da modernidade da sociedade de consumo e do ‘tradicionalismo’ da cultura gaúcha*” (Id. Ibid., 16).

Por ocasião da viagem de reconhecimento, estabelecemos nosso primeiro contato efetivo com a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, percorrendo os municípios de Uberlândia, Araguari, Iraí de Minas, Monte Carmelo e Patrocínio, quando começaram a estabelecer-se toda uma série de distinções que nos mostraram um panorama do *agronegócio* mais heterogêneo do que supúnhamos até então.

Já nas primeiras conversações, identificamos a relevância da cafeicultura para a economia da região, notadamente nos municípios de Araguari, Monte Carmelo e Patrocínio; obtivemos a informação de que o desenvolvimento da produção cafeeira no cerrado mineiro seria devido a grupos de migrantes, chamados “paranaenses” – oriundos dos estados de São Paulo e Paraná, basicamente; afora isso, este desenvolvimento teria ocorrido de maneira diversa naqueles municípios, caracterizando-se Araguari pelo elevado número de “pequenos produtores”, ao contrário de Monte Carmelo e Patrocínio, onde se teriam estabelecido as “grandes propriedades” de café.

Concluída a viagem, e debatidas com a equipe as possibilidades de desenvolvimento do trabalho de campo, optamos por nos estabelecer no município de Araguari, dando início à segunda etapa do projeto – voltada à realização de estudos etnográficos nas regiões visitadas – por ocasião da realização da Fenicafé 2008 – XIII Encontro Nacional de Irrigação da Cafeicultura no Cerrado, X Feira de Irrigação em Café do Brasil e X Simpósio Brasileiro de Pesquisa em Cafeicultura Irrigada.

A partir de novos contatos estabelecidos por ocasião da Fenicafé, estreitamos nossos “laços” com o distrito de Corrutelinha³ – que, conforme já havíamos “mapeado” por ocasião da viagem de reconhecimento, concentra a maior parte dos “pequenos produtores de café” do município de Araguari –, definindo-o, por fim, como a unidade territorial em que concentraríamos o trabalho de pesquisa, para lá deslocando-nos diariamente – a partir da cidade, onde residimos – ao longo de aproximadamente três meses, entre março e julho de 2008.

³ Corrutelinha, Rio Novo e todos os nomes próprios eventualmente citados são fictícios, adotados para os objetivos do presente trabalho.

Neste período, mantivemos contato com aproximadamente 25 famílias de produtores de café, que se relacionam entre si e com algumas outras famílias do distrito, as famílias “mineiras”, a partir de laços de vizinhança, amizade, compadrio e parentesco. Com elas, realizamos aproximadamente 90 entrevistas formais, registradas em cerca de 80 horas de gravação.

Além destas entrevistas – quase todas realizadas nas próprias residências dos entrevistados, em intervalos ou imediatamente após o fim das atividades agrícolas –, a análise consubstanciada neste estudo está baseada também em dados de observação, obtidos ao longo destas mesmas entrevistas ou em ocasiões informais; dentre estas, destacamos as inúmeras conversas que estabelecemos com produtores e familiares, ao fim das missas, nas festividades ou em eventos para os quais fomos pessoalmente convidados – como quando participamos de uma reunião promovida pela Cooxupé, cooperativa que pretendia estabelecer-se no município, ou durante as refeições que realizamos nas residências dos entrevistados, o que ocorreu com certa frequência, especialmente durante o último mês de permanência no local.

O interesse que demonstramos em compreender e relatar as experiências de vida das famílias do distrito, dispondo-nos efetivamente a tomar parte em seu cotidiano, incorporando determinados hábitos que, *a priori*, poderiam ser classificados como desinteressantes aos nossos objetivos – como a frequência às missas, nas noites de sábado –, constituiu-se como um fator preponderante para o estabelecimento de relações bastante próximas e cordiais. Neste sentido, observamos um claro desenvolvimento das relações ao longo de nossa permanência no distrito, na medida em que passamos a ser não apenas convidados para presenciar os eventos de sociabilidade já destacados, mas para tomar parte na realização destes – por exemplo, nas inúmeras vezes em que participamos da celebração das missas, convidados a efetuar a leitura de trechos da liturgia.

Esta imersão na vida cotidiana do distrito foi fundamental à determinação de nosso real objeto de pesquisa, que foi modificado em relação ao pretendido anteriormente à realização da viagem de reconhecimento.

Neste sentido, ao longo dos três meses de pesquisa de campo realizada no distrito de Corrutelinha pudemos observar a profunda heterogeneidade que marca o conjunto daqueles “pequenos produtores” de café, genericamente referidos como “paranaenses”; ainda que todos os produtores de café com os quais tenhamos mantido contato no distrito sejam, efetivamente, migrantes, não são apenas paranaenses ou paulistas; ademais, não são apenas produtores “de café”, considerando-se o papel relevante desempenhado por outros cultivos, como as hortaliças, em suas propriedades; por fim, ainda que se autoclassifiquem como pequenos ou médios produtores, entre eles pudemos observar inúmeras diferenças, especialmente quanto à extensão das lavouras, que chegou a variar entre três e 200 hectares.

Do mesmo modo, as relações sociais estabelecidas entre as diversas famílias do distrito, mesmo entre aquelas identificadas, *a priori*, como pertencentes ao mesmo “grupo” – *paranaenses* ou *mineiras* –, pareceram marcadas por grande diversidade, de forma não considerada até então.

No que diz respeito às relações entre famílias *paranaenses*, ao menos inicialmente, observamos uma proximidade geral – especialmente em torno da igreja – mesmo entre famílias aparentemente distanciadas em termos econômicos. Neste sentido, as diferenças que verificamos, principalmente, quanto à extensão de terras, pareceram não possuir correspondência direta em relação à sociabilidade.

Ao longo de nossa permanência, contudo, adquirindo a possibilidade de qualificar estas relações, habilitamo-nos a identificar certos “matizes”, como no caso do produtor *paranaense* que, além de não frequentar as missas, ou também por isso, praticamente não possuía relações com as demais famílias no local, fossem *paranaenses* ou *mineiras*; ou ainda o caso do grande produtor *paranaense* que, vivendo na cidade, acabava cedendo espaço para que um empregado – o administrador da propriedade, também *paranaense* – desempenhasse o papel de “produtor” nas relações sociais do distrito.

Quanto às relações entre famílias *paranaenses* e famílias locais, *mineiras*, desde o início do trabalho de campo identificamos a ocorrência de acusações recíprocas, especialmente relacionadas às supostas diferenças na relação que cada um destes “grupos” estabelece com o

“trabalho” e outras “responsabilidades” da vida cotidiana, como o compromisso religioso.

Neste sentido, foram comuns, ao longo das entrevistas, manifestações que classificavam os *paranaenses*, em geral, como mais “trabalhadores”, na comparação com os *mineiros*, apontados como “acomodados”; tais manifestações foram frequentemente esboçadas para justificar as diferenças observadas entre eles, especialmente na definição das posições ocupadas por estes “grupos” na economia ou nos espaços de sociabilidade local.

Estas manifestações certamente nos teriam conduzido a concluir pela existência de uma fronteira social bem demarcada entre os dois “grupos”, se não tivessem sido observadas simultaneamente a todo um conjunto de relações amistosas – de amizade, compadrio e até mesmo de casamento, entre determinadas famílias *paranaenses* e *mineiras*.

Assim, longe de podermos reduzir a compreensão das relações, na comunidade, às categorias de oposição *paranaenses* e *mineiros*, a observação da existência destas relações entre algumas famílias de cafeicultores e determinadas famílias *mineiras*, como também a existência de relações diferenciadas entre determinadas famílias *paranaenses*, forçou-nos à complexificação da oposição, a fim de identificar os verdadeiros critérios que estariam presidindo às relações.

Analizando com mais detimento os discursos de alguns entrevistados, observamos que as categorias *paranaense* e *mineiro* eram frequentemente relacionadas a categorias como *cafeicultor*, *hortaliceiro*, *trabalhador*, *produtor* ou *administrador*, cujos traços distintivos foram por eles definidos em operações classificatórias realizadas através de oposições como *gostar/não gostar de trabalhar*, *saber/não saber trabalhar*, por exemplo – comuns na comparação entre *paranaenses* e *mineiros*, mas, eventualmente, dissociadas destas categorias – ou ainda *saber/não saber administrar*, *saber/não saber gerir* – oposição mobilizada especialmente por determinadas famílias *paranaenses* na distinção frente a outras famílias *paranaenses*.

Concluímos, enfim, pela necessidade de investigar estas famílias *paranaenses*, não como um grupo homogêneo, mas pelo contraste entre alguns casos particulares, habilitando-nos a identificar como cada famí-

lia analisada mobiliza tais categorias, posicionando-se na comparação com seus “semelhantes” e “dessemelhantes” e, consequentemente, definindo os próprios limites da comunidade em que se insere.

* * * * *

Neste estudo, a compreensão das relações sociais estabelecidas no distrito passa, portanto, pela investigação das famílias *paranaenses* enquanto “grupos domésticos”, opção teórica intimamente relacionada aos estudos de que vínhamos nos apropriando desde que nos dedicamos à definição inicial do projeto de pesquisa.

A “família” tem sido objeto de estudos, em antropologia, desde o próprio surgimento e definição epistemológica desta no seio das ciências humanas. Dentre as inúmeras abordagens que lhe foram dedicadas, a literatura especializada no campesinato destacou o seu caráter central para a vida social naquele “tipo” específico de sociedade (THOMAS E ZNANIECKI, 1974; GALESKI, 1977; SEGALEN, 1980).

Neste sentido, Galeski assevera:

A família ocupa um importante lugar na literatura sociológica. Isto resulta evidente, não apenas pelas numerosas obras a ela consagradas, senão também pela posição que ocupa na maioria dos sistemas teóricos ou nos livros de texto gerais sobre problemas sociológicos e etnográficos. A especial importância do tema reside na significação da família como grupo ou instituição primária na relação com todos os demais (GALESKI, ob. cit., 105).

Os autores dedicados ao tema têm caracterizado a família como uma instituição dotada de importantes papéis na constituição dos indivíduos, seus componentes. Neste diapasão, Galeski assevera que a família desempenha, dentre outras, uma função educativa, pela qual exerce

a socialização e o controle da educação das crianças, a prestação de conhecimentos de que necessitarão na vida; a inculcação neles dos valores e normas dominantes na comuni-

dade e sua iniciação nos grupos e instituições sociais (Id. Ibid., 108-109).

Trabalhos contemporâneos continuam ressaltando a importância da família na compreensão e caracterização de diversos fenômenos observados no campesinato; neste sentido, fazemos referência às obras de MARQUES (2002) e COMERFORD (2003) que, voltadas a objetivos e lidando com objetos diversos, identificaram o papel fundamental desta instituição na caracterização das relações estabelecidas externamente.

Nossas observações, somadas ao que já assevera a literatura, nos permitem afirmar que é basicamente a partir da família que a vida social camponesa toma corpo; neste sentido, não apenas nas sociedades camponesas, mas nestas de maneira mais completa, as experiências de vida são aprendidas e exercitadas no seio da família – onde os indivíduos primeiro se relacionam, realizando a produção, o consumo e, consequentemente, materializando “visões de mundo” – de forma que todas as suas relações externas são profundamente marcadas por concepções formadas naquele âmbito.

Acreditamos que um estudo sobre relações sociais nas sociedades camponesas que tome a família como núcleo central para a análise se justifica na medida em que, justamente por desempenhar uma função básica na constituição das “visões de mundo” de seus membros, a família está sempre referida nas relações que eles estabelecem com o exterior deste núcleo e que, por isso mesmo, carregam em si mesmas a “marca” das unidades familiares a partir das quais são estabelecidas.

A simples possibilidade de dissonância, entre membros da mesma família, acerca dos critérios pelos quais orientam suas relações sociais – dissonância possível, como vimos em mais de uma oportunidade no distrito, na medida em que esta função desempenhada pela família na constituição do indivíduo não pode ser tomada como determinação –, parece não contrariar o papel fundamental desempenhado por aquele núcleo.

Pelo contrário, observamos que a maior ou menor “identidade” entre membros da mesma família, ao mesmo tempo em que caracteriza as relações internas à unidade, ou justamente por isso, parece atuar

significativamente na constituição dos papéis por eles assumidos nas relações estabelecidas na comunidade.

A identificação dos critérios que orientam as relações sociais no distrito remete, portanto, à compreensão das relações estabelecidas pelos indivíduos no seio da família – como na implementação das estratégias de produção, pelas quais poderão definir-se como *caficultores* ou *hortaliceiros*, por exemplo – relações essenciais à conformação de suas visões de mundo.

Assim, mesmo abandonando o interesse inicial de nos dedicarmos ao estudo aprofundado dos elementos que caracterizariam o cálculo econômico das famílias *paranaenses* e *mineiras*, a busca pela identificação da profunda heterogeneidade que caracteriza as famílias *paranaenses* e dos critérios que orientam suas relações sociais nos colocou frente à necessidade de compreensão das estratégias de produção familiares – dos “papéis” atribuídos a cada cultivo associado numa mesma unidade de produção, ou dos arranjos locais destinados à ocupação da mão de obra familiar, por exemplo, pela manutenção das unidades de produção em sociedades entre pais e filhos, mesmo após o casamento destes últimos e formação de novas unidades domésticas.

Nosso trabalho aproximou-se, em termos metodológicos, dos chamados estudos de comunidade. Sem a pretensão de, preliminarmente, estabelecer quaisquer limites, pudemos mapear a teia de relações sociais que conformam a comunidade ao mesmo tempo em que desenvolvíamos o trabalho de campo, estabelecendo novos contatos, sobretudo, a partir de indicações feitas pelos próprios entrevistados, mas não apenas; somados os investimentos – mapeamento da rede de relações dos nossos entrevistados, permanência no distrito, observação e participação nos espaços de sociabilidade – reunimos um conjunto de dados que nos permitiram compreender a extensão da comunidade “analisada”.⁴

Atentando aos objetivos propostos, optamos por dividir o trabalho em duas partes.

4 Como referências essenciais do debate acerca dos estudos de comunidade, ressaltamos Steward (1956), Guidi (1962), Redfield (1965), Geertz (1967), Bailey (1971), Arensberg e Kimball (1973), Champagne (1975) e Chiva (1992).

No primeiro capítulo, apresentamos o distrito de Corrutelinha – unidade administrativa em que concentrarmos a pesquisa de campo – desenvolvendo considerações sobre os aspectos gerais do espaço físico e do processo de ocupação – anterior e posterior ao estabelecimento das lavouras de café –, contemplando o conjunto de políticas públicas que viabilizaram esta ocupação e as classificações sociais vigentes. Afora isso, realizamos breve descrição da vida social no distrito, demonstrando de que forma tais classificações colocaram-se diante de nós em três momentos do cotidiano – quais sejam: o trabalho, a missa e a festa – e ainda durante a Fenicafé.

Ainda na primeira parte, dedicamos o segundo capítulo à apresentação das características gerais do processo produtivo nas unidades de produção dos *paranaenses*. Como já afirmamos, não é objetivo deste trabalho a análise aprofundada da organização interna destas unidades, razão pela qual nos detivemos à exposição de elementos gerais, essenciais à compreensão dos casos particulares a serem posteriormente analisados.

Na segunda parte, selecionamos quatro famílias *paranaenses* que ostentam diferenças sociais significativas e relações diversas, entre si e com as famílias *mineiras*, que por isso mesmo tiveram suas características particulares analisadas com detimento, como forma de compreensão da sua heterogeneidade e investigação dos critérios de classificação social que mobilizam no estabelecimento de suas relações.

PARTE I | Aspectos gerais do distrito e suas famílias

Ao iniciar a pesquisa que deu origem ao presente trabalho, logramos identificar uma localidade específica, o distrito de Corrutelinha, que nos foi indicado como o principal “núcleo” das famílias produtoras de café do município de Araguari.

Ainda que tenhamos observado, posteriormente, a existência de outras propriedades produtoras de café fora do distrito, e ainda o papel fundamental de outros cultivos, e não apenas do café, para aquelas famílias de “pequenos” produtores, o que tornou o distrito de Corrutelinha fundamentalmente “representativo” da realidade social que pretendíamos cotejar foi, justamente, aquilo que somente ao longo da própria pesquisa de campo nos habilitamos a compreender.

Em outras palavras, a descoberta da complexidade de relações sociais – fortemente relacionadas a uma grande heterogeneidade em termos de condições materiais e, consequentemente, de relações específicas com as explorações camponesas – que mostrou-se-nos, gradualmente, enquanto desenvolvíamos o trabalho de pesquisa, foi justamente o que nos permitiu apreender os elementos que dão corpo às categorias *paranaense* e *mineiro*. Ultrapassar a suposta homogeneidade desses grupos foi, justamente, o que nos permitiu alcançar a apreensão dos elementos que os conformam.

Cumpre-nos, nesta primeira parte, indicar o conjunto de aspectos gerais do distrito e das famílias com as quais estabelecemos nossas relações, que nos permitirão compreender as relações concretas sobre as quais pretendemos dedicar a segunda parte.

Capítulo 1 | O DISTRITO DE CORRUTELINHA

1.1 | O ESPAÇO

O distrito de Corrutelinha é formado por um pequeno “patrimônio”,⁵ distante cerca de 15 quilômetros da cidade de Araguari, e pelo conjunto de propriedades rurais estabelecidas em seu derredor, em um grande altiplano com altitude média de 900 metros e vegetação natural de cerrado,⁶ que se estende do vale do Rio Araguari, que dá nome ao município, ao vale do Rio Paranaíba, divisa entre os estados de Minas Gerais (MG) e Goiás (GO).

Este *patrimônio* é composto por uma grande capela, erguida na praça central, e algo em torno de uma centena de imóveis, distribuídos em cerca de 10 quarteirões ao seu redor. Dentre estes, há duas escolas – de ensino básico e fundamental –, um ginásio esportivo, um posto de combustíveis e algumas casas comerciais.

As margens da rodovia que liga o distrito à cidade de Araguari, distante cerca de dois quilômetros do *patrimônio*, encontra-se a comunidade do Rio Novo, composta por 32 “chácaras” – termo utilizado para designação de pequenas propriedades, no caso específico, de pouco mais de três hectares –, estabelecidas há cerca de três décadas para o

5 Categoria nativa, comumente empregada nas entrevistas, cuja utilização parece remeter à própria fundação, que teria ocorrido em terras doadas por um grande proprietário à Igreja, como nos informou um morador, nascido no local. A recorrência na utilização deste termo em situações análogas é apontada na literatura especializada por Comerford (ob. cit.) e Meyer (1980), dentre outros autores. Ver Figura I – Mapa do *Patrimônio*.

6 Vegetação de savana, caracterizada, na região, pelos campos cobertos por gramíneas, com árvores e arbustos esparsamente distribuídos.

reassentamento de famílias atingidas por uma barragem construída no Rio Paranaíba.⁷

No centro da comunidade do Rio Novo há uma segunda capela, menor e mais simples quando comparada àquela existente no *patrimônio*; margeando a via de acesso da rodovia às *chácaras* existem aproximadamente 10 residências, de aspecto humilde – paredes de alvenaria sem reboco e/ou pintura –, que teriam sido construídas após a ocupação do terreno, de propriedade da igreja. Como veremos, nas entrevistas realizadas com proprietários de *chácaras*, este conjunto de casas foi constantemente “distinguido” das demais residências e, por vezes, referido como “a favelinha”.

Do conjunto de propriedades rurais do entorno do *patrimônio*, destaca-se a chamada “colônia dos Fratelli”,⁸ distante cerca de 1,5 quilômetro da praça central, composta por um conjunto de nove residências em que reside a maior parte dos membros de uma das mais conhecidas famílias do distrito, a família Fratelli.

No aspecto externo das habitações, o *patrimônio* apresentou-se nos heterogêneo. A residência de Ernesto Gutierrez – produtor de café que concedeu-nos a primeira entrevista, ainda na viagem de reconhecimento –, por exemplo, aparenta suntuosidade pelos grandes portões e pela espaçosa varanda, onde fomos recebidos em todas as visitas. A moradia de Cícero Amarante – segundo produtor entrevistado –, por sua vez, igualmente cercada por ampla varanda, conserva exteriormente um aspecto geral de maior simplicidade.

Entretanto, observamos contrastes mais notáveis. Em uma mesma rua do *patrimônio* há uma série de casas de aparência humilde, uma delas de “adobe”⁹ e, menos de 50 metros adiante, no sentido da

7 Ver Figura II – Mapa do Rio Novo.

8 A utilização do termo *colônia* – categoria nativa – para este tipo de agrupamento de residências na propriedade parece remeter ao regime de *colonato*, comum às antigas propriedades produtoras de café do estado de São Paulo e do norte do Paraná, como descrevem Monbeig (1984) e Martins (1986). Ver Figura III – Mapa da *Colônia*.

9 Habitação que tem as paredes feitas de paus trançados, preenchidos com argila; também conhecida, em outras regiões, como *casa de pau a pique*.

rodovia, uma grande residência de pintura recente, muros altos e cerca elétrica que, como identificamos posteriormente, é moradia de um dos “Fratelli” de segunda geração, que deixou de residir na *colônia* após o casamento.

No geral, contudo, pudemos observar que a maior parte das residências de aspecto mais humilde está concentrada nos quarteirões ao norte da praça central, por onde se deixa o distrito em direção ao Rio Paranaíba, divisa com o estado de Goiás (GO). São estas residências que oferecem um contraste mais substantivo em relação a outras moradias do distrito.

Na comunidade do Rio Novo não se verificam os contrastes existentes no *patrimônio*, excetuando-se aqui as casas da chamada “favelinha”, ou seja, aquelas construídas após a ocupação dos terrenos da igreja. Tendo sido estabelecidas simultaneamente, a fim de abrigar as famílias atingidas pela barragem do Rio Paranaíba, as pequenas *chácaras* e, consequentemente, as residências daquela comunidade conservam o mesmo aspecto exterior de simplicidade – paredes de alvenaria, com reboco e pintura.

1.2 | A OCUPAÇÃO

1.2.1 | A ocupação anterior¹⁰

A ocupação da região correspondente ao chamado Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba remonta ao período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX e, conforme Lourenço (2005:41), deu-se por uma transição – radical e violenta – entre duas “espacialidades”: o cerrado indígena, espaço milenar ocupado por uma economia horticultora e aldeã, e o cerrado geralista, espaço de uma sociedade fundamentada numa economia agrícola e pecuarista.

¹⁰ Constituindo-se as famílias de produtores de café, genericamente referidas como *paranaenses*, como objeto de nosso estudo, optamos por nomear como “anterior” a ocupação precedente a sua chegada.

O município de Araguari teria se estabelecido, neste processo, na década de 1820, pela imigração de “roceiros” provenientes da região mineradora da capitania de Minas Gerais, os chamados “geralistas” que, com o aumento das tensões demográficas e diante da inexistência de opção pela intensificação dos cultivos, na região de origem, viram-se compelidos ao deslocamento para as áreas de fronteira, em busca de terras para cultivo e pastagens (LOURENÇO, ob. cit., 101-102).¹¹

O distrito de Corrutelinha chegou a ser apontado, por antigos moradores locais, como de ocupação anterior ao próprio município; entretanto, conforme fontes escritas obtidas junto a estes mesmos moradores, o povoamento data do início do século XX, quando um grande proprietário local teria doado uma parcela de terras à Igreja, em torno da estação da Estrada de Ferro Goyaz, construída naquele local a partir de 1910 e inaugurada em 24 de fevereiro de 1913 (NASCIMENTO, s/d).

A partir de então, teria se dado a efetiva ocupação do distrito, com a chegada de famílias de pequenos criadores de gado e trabalhadores de fazenda, como peões, carreiros etc., que teriam se estabelecido no local a fim de dedicar-se à pecuária, essencialmente voltada à produção de leite – atividade tradicionalmente desenvolvida, até a presente data, em toda a região triangulina.

Além da pecuária, o distrito passou a ser marcado por cultivos de subsistência (como arroz, feijão e milho, destinados ao consumo direto e à alimentação dos animais) e pelo plantio de hortaliças, em pequena escala, destinadas ao consumo e ao comércio em pequenos mercados

11 Monbeig, ao analisar a constituição das zonas novas do oeste paulista pela expansão da cafeicultura, destaca o papel fundamental que tiveram estes “mineiros geralistas” naquele processo. Segundo o autor, compelidos a deixar sua província, não restabelecida da crise econômica acarretada pela decadência na mineração, “muitos desses caboclos de Minas dirigiram-se para São Paulo, cujos cafezais começavam a celebrizar-se. (...) Fixara-se a maioria destes imigrantes nos municípios onde o café já estava solidamente implantado; outros, porém, tinham procurado regiões mais longínquas, onde poderiam mais facilmente continuar a viver, conforme seus hábitos de criadores, acostumados aos grandes espaços, suficientemente à distância dos poderes constituídos”. Tornaram-se assim os responsáveis por “chocar-se com os índios” e realizar a abertura da “frente pioneira” paulista (ob. cit., 133-137).

regionais. A atividade propriamente agrícola, contudo, era desenvolvida em pequenas extensões de terra ao longo de cursos d'água, as chamadas “terras de cultura”, já que a extensa área do planalto – referida apenas como “cerrado”, em oposição às “terras de cultura” – era tida como “improdutiva” e, assim, destinada exclusivamente à pastagem de gado bovino.¹²

Foi justamente nesta extensa área de *cerrado* que, a partir da década de 1970, com o desenvolvimento de diversos projetos de desenvolvimento – pelos governos federal e estadual, com apoio municipal –, as propriedades de café foram estabelecidas, através do parcelamento das fazendas de gado então existentes e consequente transferência destas terras para os cafeicultores emigrantes de São Paulo e Paraná, principalmente.

1.2.2 | Os projetos governamentais de desenvolvimento do cerrado

O interesse no desenvolvimento de lavouras comerciais no cerrado brasileiro, especialmente campos de grãos, como soja, trigo, milho e café, de grande procura no mercado internacional, data do século XIX, conforme Pessôa (1988:99). Entretanto, somente na segunda metade do século XX, sobretudo a partir da década de 1970, surgiram razões de ordem econômica que impuseram o desenvolvimento das bases tecnológicas para esta exploração.¹³

12 Segundo Oliveira, até a década de 1970, grande parte das terras no município de Araguari não possuía aproveitamento econômico. Consideradas improdutivas, eram transferidas apenas por herança de família, permanecendo concentradas nas mãos de grandes proprietários locais que, inclusive, não pagavam impostos territoriais. A partir do momento em que passaram a ser utilizadas para o plantio de café, teria sido expressiva a sua valorização (1991:41).

13 Ainda conforme Pessôa (ob. cit., 99), é justamente na década de 1970 que vemos a criação do Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Para a autora, em uma atuação articulada com outros órgãos oficiais, este centro desenvolveu pesquisas que, na busca por soluções técnicas para problemas como acidez e baixa fertilidade natural dos solos, removeu entraves e desenvolveu possibilidades de exploração econômica de áreas antes consideradas inaptas para quaisquer cultivos.

Nesta oportunidade, inúmeras políticas públicas de colonização e desenvolvimento daquela grande região geográfica foram então postas em operação pelo governo federal, no âmbito dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) (OLIVEIRA, 1991:24). No caso mineiro, tais políticas contaram também com uma marcante atuação do governo estadual.

O primeiro plano de desenvolvimento do cerrado, idealizado pelo então secretário de agricultura de Minas Gerais, Alysson Paulinelli, e elaborado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), foi o chamado Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados – PCI, criado em 1972; seu objetivo – provocar uma transformação tecnológica na agricultura, em uma área equivalente a 292.798 hectares do cerrado mineiro, através do financiamento de grandes projetos – teria sido parcialmente atingido, tendo em vista que apenas 230 projetos, distribuídos em uma área 50% inferior à inicialmente prevista, obtiveram o financiamento; no total, foram aplicados aproximadamente US\$ 32,9 milhões, que beneficiaram principalmente aos grandes proprietários – com área média de 483 hectares –, os únicos em condições de anuir com as normas dos empréstimos (PESSÔA, ob. cit., 100-101).

Em 1973, paralelamente ao desenvolvimento do PCI, outro grande empreendimento foi implementado, através de um acordo firmado pela Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, ainda representada pelo secretário Alysson Paulinelli, e a Cooperativa Agrícola de Cotia: o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba – Padap; por este acordo, a Cooperativa Agrícola de Cotia realizaria uma seleção de

De modo geral, contudo, tais pesquisas foram desenvolvidas para atender a demandas econômicas, razão pela qual as formas de produzir e tecnologias a serem empregadas não consideraram quaisquer características socioeconômicas locais, mas foram definidas pelo modelo de desenvolvimento pretendido. Constata-se tal fato, por exemplo, pela introdução do cultivo da soja no cerrado, considerada a melhor opção para a ocupação de ampla parcela de terras devido à sua rentabilidade superior em relação a outros cultivos, como o milho, garantindo maiores e mais constantes retornos (Id. Ibid., 99). De mesma característica parece ser dotado o café, justificando-se assim sua introdução no cerrado mineiro.

colonos – todos imigrantes japoneses ou descendentes nisseis – que viriam a ocupar uma área de 60 mil hectares, localizada nos municípios de São Gotardo, Ibiá, Rio Paranaíba e Campos Altos, todos na região do Alto Paranaíba, desapropriada pelo governo mineiro para a formação de quatro núcleos de colonização. Os recursos financeiros investidos no projeto foram da ordem de US\$ 200 milhões (Id. Ibid., 103).

A experiência do Padap representou, ainda segundo Pessôa (Id. Ibid., 106), o ponto de partida para a criação do Polocentro, impulso fundamental para o grande desenvolvimento da “agricultura empresarial no cerrado”, além de preparar as bases para a consolidação do Projeto Cerrado – Prodecer.

O Polocentro foi criado em 1975, com o objetivo de incentivar e apoiar a ocupação racional das áreas de cerrados na região do centro-oeste brasileiro, nos estados de Minas Gerais (MG), Goiás (GO), Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS), abrangendo 202 municípios. Por esta “ocupação racional”, afirma Pessôa, estava implícita a pretensão de desenvolvimento de uma agricultura de caráter empresarial, já que a meta do Polocentro era incorporar, em cinco anos, 3,7 milhões de hectares dos cerrados, dos quais 1,8 milhão de hectares com lavouras, 1,2 milhão com pecuária e 700 mil com reflorestamento. No período compreendido entre os anos de 1975 e 1984, foram destinados ao programa recursos da ordem de US\$ 868 milhões, distribuídos no setor de transporte, pesquisa agropecuária, armazenamento, energia, assistência e crédito rural (Id. Ibid., 106).

A partir de 1979, no entanto, houve uma redução nos recursos destinados ao Polocentro. Oficialmente, foram apontadas como justificativa as políticas restritivas ao crédito subsidiado, implantadas pelo governo para conter a inflação (Id. Ibid., 109); entretanto, outros eventos teriam imposto a “desativação” do Polocentro, especialmente a celebração do Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados, ou Projeto Cerrado – Prodecer. Este projeto teria sido formulado a partir de uma visita do então presidente militar, Ernesto Geisel, ao Japão, em 1976, que culminou com a elaboração de um estudo pela Japan International Cooperation Agency – Jica, em julho de 1979, propondo um novo modelo de desenvolvimento agrí-

cola para o cerrado, e a criação da Companhia de Promoção Agrícola – Campo, responsável pelo planejamento, assistência e coordenação do Programa.

A cultura do café estabeleceu-se na região do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba neste contexto, especialmente a partir do Polocentro (OLIVEIRA, 1991:36). Em Araguari, existem registros de tentativas anteriores de produção de café, datadas da década de 1960, mas não tiveram desenvolvimento. Naquela oportunidade, chegou a ser determinada, pelo Instituto Brasileiro do Café – IBC –, a erradicação das lavouras de café porventura existentes no município, por estarem situadas fora da área demarcada para produção pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura – Gerca, criado em 1969 para promover a implantação de lavouras racionais, com altos níveis de produtividade, localizadas em zonas ecologicamente favoráveis (OLIVEIRA, 2000).

Segundo Oliveira (1991:41), o primeiro plantio de café financiado em Araguari ocorreu em 1972, em consequência da implantação das mencionadas políticas públicas de desenvolvimento do cerrado, amplamente divulgadas nas antigas áreas produtoras – como o interior do estado de São Paulo e norte/noroeste do estado do Paraná, região então profundamente afetada por grandes geadas que impunham a poda do cafeeiro, reiniciando seu ciclo de formação.

1.2.3 | O estabelecimento das lavouras de café e as transformações no distrito

As políticas públicas de desenvolvimento do cerrado, somadas à crise provocada na cafeicultura pelas grandes geadas da década de 1970, nas áreas de produção tradicional, tornaram o município de Araguari e, particularmente, o distrito de Corrutelinha o ponto de chegada de um fluxo de produtores de café migrantes, que passaram a adquirir pequenas parcelas de *cerrado* “em troca do pagamento da dívida com a Prefeitura”.

Em 1977, o Jornal Gazeta do Triângulo divulgava a seguinte nota, sob o título “Araguari, capital mineira do café”:

Muita gente de Maringá, Marialva, Londrina, Paranavaí, Nova Esperança e outros municípios paranaenses está se transferindo para Araguari, que procuram, naquele município mineiro uma nova meca do café. (...) Muitos filhos da terra estavam incrédulos, e diziam que o café não podia produzir no cerrado. Chegaram, porém, os cianortenses, e provaram o contrário¹⁴ (OLIVEIRA, 1991:56).

Aparentemente, o projeto de desenvolvimento da cafeicultura no cerrado não encontrou imediata adesão por parte dos produtores rurais locais, incrédulos acerca da própria viabilidade de tais pretensões e mantidos a par da possibilidade de obtenção dos créditos necessários à lavoura.

Neste sentido, afirmaram alguns produtores de café entrevistados no distrito:

Na época que nós chegamos aqui, essas terras aqui ninguém queria nem dado. Essas terras aqui era muito barata, ninguém queria esse cerrado aqui. Era baratíssimo. Principalmente essa parte que é nossa aqui, essa parte aqui era um solo meio úmido, aqui nem mata tinha, era uns pauzinhos torto (risos). Ninguém queria isso aqui nem dado. Os mineiro dava isso aqui pra gente a troco de pagar o imposto. Então nessa época era baratinho. Hoje são as terras mais caras da região, em virtude da água mesmo. E não é falando

14 Os periódicos de circulação municipal e regional expressavam com entusiasmo, na década de 1970, o desenvolvimento da cafeicultura na região. Neste sentido, o jornal “Botija Parda”, até hoje em circulação, publicava em 16 de julho de 1974: “Torna-se privilegiada a cafeicultura, em Araguari, que tem pela frente perspectivas cada vez mais animadoras. Encontrando terras próprias, clima próprio, estamos fadados a nos tornar maiores produtores de café do Brasil, o que será fator de riqueza e progresso”. O mesmo veículo destacava, em 04 de maio de 1975: “Queremos ressaltar também o entusiasmo que se verifica entre os cafeicultores do município de fazer com que milhões de pés, já produzindo a 1^a. floração, neste clima abençoado, trazendo esperanças, prometendo riquezas, cubram muitos alqueires, como se fossem soldados verdes marchando cadenciados a caminho do progresso” (OLIVEIRA, 1991:45-47).

mal dos mineiros, mas os mineiros jogaram o ouro fora! (risos) Ainda tinha mineiro aí que gozava da gente: ‘empurrei aquela terra ruim pra fulano!’ (risos) (Augustinho Ferrari, pequeno produtor).

O paranaense, ele veio na terra improdutiva deles. Porque, onde você plantava o café, era a terra improdutiva, que não produzia nada; era o cerrado, que eles não, quase nem gasto eles não queriam... não produzia, né? Naquele tempo não tinha tecnologia pra produzir no cerrado. Então onde que entrou a cafeicultura aqui, e depois valorizou a terra da cafeicultura, e eles ficaram assim um pouquinho sentido por causa disso, né, porque a terra improdutiva se tornou valorizada, (...) mais do que a deles (Gerson Baraca, pequeno produtor).

Tais afirmações chegaram a ser corroboradas por alguns habitantes tradicionais do distrito, os “mineiros” mencionados nas entrevistas. Segundo eles, os produtores de café migrantes, genericamente referidos como “paranaenses” eram então considerados “bobos”, por estarem comprando terras “que só davam gabiroba”. Hoje, são vistos como “aqueles que puseram o cerrado para produzir”.

O processo de ocupação do distrito por este grupo de produtores de café deu início a um amplo processo de mudanças nas relações de produção, com relevantes consequências na própria dinâmica de organização do espaço, como destaca Oliveira (1991:15).

Como já mencionamos, até a década de 1970, vigia entre os habitantes tradicionais do distrito de Corrutelinha e, em geral, de toda a região triangulina, o modelo de aproveitamento econômico do espaço pelo qual as chamadas *terrass de cultura*, beiras de córregos e rios, eram destinadas a uma pequena agricultura, de base tradicional – que empregava poucos recursos de capital –, enquanto o *cerrado*, considerado *terra improdutiva*, destinava-se à pecuária extensiva.

Isto porque, se antes a produção agrícola estava restrita às chamadas *terras de cultura*, a principal razão assentava-se no fato de que a irrigação, indispensável na região, especialmente para a produção de hortaliças, era possível, tão somente, através dos chamados “regos d’água”, ou seja, canais abertos perpendicularmente ao longo dos leitos naturais. Assim, a produção local atingia pequena escala, o que limitava a possibilidade de comércio aos mercados regionais.

Com o desenvolvimento das tecnologias de irrigação e de correção dos solos, dentre outras inovações que acompanharam a chegada do café à região, o *cerrado* tornou-se agricultável, comportando até mesmo a produção de hortaliças, que passou a ser realizada também pelos cafeicultores, em larga escala.

A configuração espacial de ocupação do distrito, atualmente, “materializa” este processo de reorganização da atividade econômica na localidade.

Como logramos observar ao longo do trabalho de campo, a maior parte das residências do *patrimônio* é habitada por famílias consideradas “do próprio distrito”, ou seja, não produtoras de café; por sua vez, os cafeicultores residem prioritariamente nas propriedades rurais. Na comunidade do Rio Novo, por exemplo, das 32 *chácaras* existentes, 28 atualmente pertencem a produtores de café.

Como vimos, a aquisição de terras para a cafeicultura deu-se prioritariamente no *cerrado* que, naquela ocasião, era destinado apenas à pecuária extensiva. Afora isso, quando questionada, a maior parte das famílias de cafeicultores justifica a opção por residir na propriedade como uma necessidade imposta pela lavoura, reprodução do modelo de residência das regiões de origem. Estes fatores, somados, aparentemente justificam o fato dos dois grupos habitarem, prioritária e respectivamente, o *patrimônio (mineiros)* e as *propriedades (paranaenses)* – estabelecidas em pleno *cerrado*, mas à curta distância do *patrimônio*.

Neste sentido, a existência de alguns poucos produtores de café residindo no *patrimônio* parece estar relacionada ao envolvimento das novas gerações no processo produtivo; filhos e netos de produtores de café que, não encontrando possibilidade de residir nas propriedades, acabam optando por construir ali suas moradias.

1.2.4 | A ocupação atual

De todas as transformações impostas pela chegada dos *paranaenses*, a que mais interessa aos objetivos do presente trabalho é, sem dúvida, aquela que se observa no esquema de classificações sociais estabelecido com a abertura deste fluxo de migrantes.

Ao iniciarmos o trabalho de campo, já conhecíamos a existência das categorias de oposição *paranaense* e *mineiro*. Como apontamos na introdução, relatos obtidos por ocasião da viagem de reconhecimento davam conta de que a maior parcela dos produtores de café era migrantes, oriundos especialmente dos estados de São Paulo e do Paraná, e pequenos produtores, quando comparados a seus pares de outros municípios da região, como Monte Carmelo e, principalmente, Patrocínio.

Os mecanismos que orientam estes critérios de classificação, contudo, somente puderam ser efetivamente compreendidos ao longo do trabalho de campo. Isto porque, como logramos identificar, as categorias *paranaense* e *mineiro*, quando operadas em oposição, expressam mais do que os termos denotam literalmente.

Inicialmente, cumpriu-nos distinguir a existência, no distrito, da categoria “produtores”. São *produtores* todos aqueles proprietários de produção, de café ou hortaliças, o que envolve não apenas os proprietários de terra, mas também os arrendatários. No caso do café, contudo, os *produtores* são, via de regra, proprietários, já que o arrendamento de terras para este tipo de lavoura é pouco comum no distrito.

Dentre os “não produtores”, além daqueles envolvidos em atividades “urbanas” – no comércio local ou na cidade de Araguari, onde trabalham muitos jovens do distrito –, interessou-nos especificamente a identificação da categoria “trabalhadores”, designadora dos envolvidos com a atividade agrícola que não são proprietários da produção, como veremos adiante.

A classificação entre *produtores* e *não produtores* mostrou-se relevante para a orientação do critério pelo qual os “produtores de café”, especificamente, distinguem-se e são distinguidos, no distrito, dos “não produtores de café”, referindo-se a si próprios e sendo referidos como *paranaenses*, em oposição aos *mineiros*.

Neste sentido, cabe ressaltar que a produção de café no distrito efetivamente encontra-se, hoje, nas mãos de migrantes, já que poucos “mineiros”, habitantes tradicionais da região, chegaram a dedicar-se à cafeicultura, e mesmo os que chegaram a fazê-lo acabaram por abandoná-la, por razões que serão apontadas adiante. Dessa forma, ser *mineiro* representa, via de regra, ser um “não produtor de café”.

Por outro lado, os *produtores de café* de Corrutelinha são emigrantes de toda a grande região que foi a principal produtora de café do Brasil, desde o século XIX ao fim dos anos 1970, e que engloba não apenas o norte/noroeste do estado do Paraná, mas ainda todo o interior do estado de São Paulo.

Muitos *produtores de café* do distrito não são, portanto, paranaenses de origem, mas paulistas, havendo até mesmo um baiano entre eles, justamente um de seus maiores produtores. Mas, a despeito disso, são geralmente referidos como *paranaenses*, por eles próprios ou pelos *mineiros* ali residentes.

A existência deste produtor de origem baiana entre os *paranaenses* nos permitiu perceber que, em verdade, a origem – em termos puramente geográficos – possui relevância secundária na determinação de pertencimento à categoria. Isto porque, enquanto este produtor era, em termos gerais, referido como *paranaense*, mesmo por aqueles que o sabiam baiano, um trabalhador temporário que havia percorrido trajetória análoga – ou seja, nascido na Bahia e passado por diversas cidades do Paraná antes de chegar a Minas Gerais – continuava a ser *baiano* para todos os efeitos. A condição de *produtor de café* mostrou-se, assim, como o critério preponderante para a determinação de pertencimento ao grupo.¹⁵

15 Ressalte-se, neste diapasão, o contato – mencionado na introdução – que tivemos com um administrador de fazenda, portanto, *empregado*, que a nós foi apresentado como *produtor paranaense* na comunidade do Rio Novo. Longe de violentar o critério de classificação observado, este caso o confirma porque, como pudemos perceber ao longo do trabalho de campo, o indivíduo ocupa a posição de *produtor* nas relações sociais da comunidade, por diversas razões, dentre as quais destacamos a autonomia na propriedade que administra, o que lhe permite participar, como um igual, dos diálogos que envolvem o processo produtivo do café.

A categoria *paranaense* parece estar relacionada, assim, a um tipo específico de relação com a lavoura de café, qual seja: a relação de *proprietário da produção*. Um trabalhador qualquer, ainda que tenha origem paranaense, via de regra será referido a partir da categoria “trabalhador” – como veremos adiante – ou outra análoga, a menos que esteja sendo comparado a um de seus pares, ou seja, outro trabalhador.

Destarte, em suma, no processo de designação dos moradores do distrito, enquanto os *mineiros* podem ser *produtores* – mas não de café – ou “não produtores”, apenas os *produtores de café* são identificados pela categoria *paranaense*.

Sobre o assunto, assim manifestou-se o *paranaense* – de origem baiana – Cícero Amarante, grande produtor de café do distrito:

Isso aqui é a fonte de renda do povo daqui da Corrutelinha, da mineirada, planta isso; chama vagem rasteira, sabe?

Essa vagem que compra no mercado... Vagem rasteira. (...)

O pessoal de fora ficou no café. Os mais grande é soja, e os menores, pequenos é café. Aqui no café não tem (grandes)...

só em Monte Carmelo já tem fazendeiros grandes de café; agora aqui nessa região é tudo fazenda de 100 alqueires pra trás. Aqui no café o que tem mais café aqui no meio é o Ernesto (Gutierrez), né, que tem quase um milhão de pés de café.¹⁶

Reforçando o que nos foi colocado por uma informante entrevis-tada na visita à Cooperativa de Produção dos Cafecultores do Cerrado de Araguari – Coocacer, os *paranaenses* do distrito de Corrutelinha clas-sificam-se como *pequenos* ou *médios produtores*, e frequentemente afir-mam a inexistência de *grandes produtores* no distrito, com duas exceções, comumente apontadas: Ernesto Gutierrez, aquele com quem estivemos em nossa primeira visita, e Cícero Amarante, o produtor baiano men-cionado. Mesmo estes são apontados como *grandes produtores* somente

16 No espaçamento utilizado na região, um milhão de pés de café ocuparia área apro-ximada de 70 alqueires (350 hectares).

para os padrões locais, já que apenas em outros municípios da região, principalmente Patrocínio, estariam os grandes produtores de café.

Com alguma variação, decorrente de fatores como a própria posição ocupada pelo produtor que nos estivesse fornecendo a informação, são classificados como *pequenos produtores* aqueles proprietários de parcelas com até 10 alqueires (os chamados “alqueirões”),¹⁷ por exemplo, os proprietários de *chácaras* do Rio Novo, cada uma com menos de um alqueire; a seu turno, são *médios produtores* aqueles que possuem propriedades com área entre 10 e 30 alqueires. *Grandes produtores* para os padrões locais são apenas, repita-se, Ernesto Gutierrez e Cícero Amante, proprietários de aproximadamente 70 e 30 alqueires, respectivamente.

* * * * *

Como já indicamos, os “não produtores” envolvidos na atividade agrícola são referidos, coletivamente, como *trabalhadores*.

Estes *trabalhadores* são distinguidos, em todo o distrito e, aparentemente, em toda a região produtora de café do estado de Minas Gerais, enquanto “empregados”, “peões” ou “diaristas”, estes últimos também chamados de “volantes”.

Os primeiros, *empregados*, são trabalhadores fixos – como os administradores de fazenda, por exemplo. Os demais, *peões* ou *diaristas/volantes*, são todos temporários, mas distintos entre si. São *peões* os trabalhadores temporários contratados para serviço determinado que, por sua duração, exija certo vínculo com a propriedade – por exemplo, o período de colheita – razão pela qual são, normalmente, migrantes. Os *diaristas/volantes*, a seu turno, são aqueles contratados para serviços específicos, diários, que não exigem a formação de nenhum vínculo com a propriedade.

Neste sentido, esclareceu-nos o médio produtor Josemar Piccolo:

17 O alqueire mineiro, correspondente a 4,8 hectares, é comumente referido como *alqueirão*, por corresponder ao dobro do alqueire paulista, também utilizado no estado do Paraná (2,4 hectares).

(Volante) é diarista; no caso, você entende por diarista, pessoa que trabalha pra ganhar diária, é o boia-fria, né? Você já ouviu falar de boia-fria... ele tem a residência dele (na região), e ele trabalha onde aparece serviço. Esse é o volante, é. (...) Peão, quando eles pegam o serviço, eles ficam fixo até terminar, mesmo os daqui, né, a menos que eles não queiram.

Por vezes, os *trabalhadores* podem ainda ser referidos como “paranaenses”, “mineiros” ou “baianos”,¹⁸ mas apenas quando comparados entre si e, ao contrário dos *produtores*, de acordo com o próprio local de origem.

Um trabalhador trazido do estado do Paraná, por exemplo, poderá ser referido como *paranaense*, por sua origem e apenas em oposição a outro *trabalhador*, *baiano* ou *mineiro*. Quando comparado a um *produtor paranaense*, no entanto, este paranaense passa a ser referido apenas como *trabalhador*, já que, como afirmamos acima, a categoria *paranaense*, quando relacionada a um *produtor*, é caracterizadora do grupo, do qual aquele *trabalhador* não faz parte.

Pudemos observar, assim, em relação aos *trabalhadores*, a existência de um critério de distinção, manejado pelos *produtores* e, por vezes, incorporado por aqueles próprios, pelo qual são identificados como *paranaenses*, *mineiros* ou *baianos*, apenas entre si, já que frente aos *produtores de café* – ou seja, os *paranaenses* – estes seriam todos *trabalhadores*.

Tal critério mostrou-se para nós como de relevância por identificarmos que ele é, além de descritivo, classificatório. Por razões a serem demonstradas no próximo capítulo, os *mineiros* somente trabalham como *diaristas/volantes*, ao passo que apenas *paranaenses* ou *baianos* costumam ser *empregados* ou *peões*.

Por fim, registre-se que em determinados contextos, como ao ressaltar as próprias qualidades, um *produtor* pode referir a si como “um

18 No distrito de Corrutelinha, muitos trabalhadores, especialmente *peões*, são oriundos do estado da Bahia, o que será analisado no próximo capítulo.

“grande trabalhador”, como veremos ao longo deste estudo. Observamos, contudo, neste caso, que não se trata da categoria *trabalhador*, usada enquanto tal para designar apenas aqueles “não produtores”.

1.3 | A VIDA COTIDIANA

A presença diária no distrito, ao longo de aproximadamente três meses, entre março e junho de 2008, permitiu-nos acompanhar o dia a dia de algumas famílias, especialmente *paranaenses* – com as quais desenvolvemos maiores laços, tendo em vista o próprio interesse da pesquisa –, mas também *mineiras*, habilitando-nos a compreender de que forma o modelo de classificações, esboçado no item anterior, concretiza-se nas relações sociais entre as mesmas.

Na maior parte das entrevistas realizadas ao longo da pesquisa de campo, ressaltou-se a existência de fortes laços de amizade entre as famílias do distrito; para a maioria dos entrevistados, a existência do *patrimônio*, somada à relativa proximidade entre as propriedades – possível em razão da pequena extensão de seus limites – seriam elementos a favorecer a convivência entre as famílias, frequentemente apontada como ideal mesmo entre *paranaenses* e *mineiros*.

Aprofundando os contatos com nossos entrevistados, pudemos observar, contudo, que as relações sociais no distrito são estabelecidas em diferentes níveis de proximidade/afastamento, tendo optado por investigá-las em três diferentes momentos da vida cotidiana local – um dia de trabalho, um dia de missa e um dia de festa. Por fim, faremos ainda breves considerações sobre o que pudemos observar durante a Fenicafé, feira que reúne anualmente diversos cafeicultores, não apenas do distrito, mas de todo o país.

1.3.1 | Um dia de trabalho

Como destacamos no item anterior, um dia de atividade agrícola no distrito pode envolver diversas categorias sociais: *paranaenses*, *mineiros*, além dos *trabalhadores* em geral, *paranaenses*, *mineiros* ou *baianos*.

As atividades cotidianas realizadas nas unidades de produção sofrem alterações de acordo com o produto plantado e seu calendário agrícola; afora isso, a organização e divisão do trabalho em cada unidade de produção obedecem a critérios diversos. Portanto, cumpre-nos apenas indicar, em linhas gerais, a forma como as diversas “categorias” interagem e desenvolvem suas relações em um dia de “trabalho”.

Em geral, os *produtores* do distrito, *paranaenses* ou *mineiros*, realizam o trabalho em suas propriedades ou terras arrendadas a partir de mão de obra familiar.

Um dia de trabalho das famílias *paranaenses* se inicia, em geral, pela irrigação; por vezes, tal atividade precisa ser realizada durante a noite, quando o *produtor* dirige-se até o ponto onde encontram-se os registros do sistema – no caso da irrigação por gotejamento – e realiza a troca do setor a ser irrigado. Normalmente, contudo, o trabalho na lavoura de café inicia-se por volta das seis horas.

O encerramento do dia de trabalho é determinado, freqüentemente, pela própria tarefa a ser realizada. Pudemos observar produtores de café realizando tarefas, em tratores equipados com faróis, por volta das 20 horas. É comum, contudo, que um dia de trabalho se encerre no início da noite, por volta das 18 horas.

Entre os *paranaenses*, em geral, é larga a utilização de tratores na execução das tarefas habituais, e mesmo os pequenos produtores da região costumam possuí-los. Quando não, têm acesso aos mesmos, a partir de empréstimo obtido junto a vizinhos, “em troca de colocar o petróleo”.

Assim, com exceção da colheita, apenas eventualmente os produtores de café da região dependem de mão de obra contratada para a realização de tarefas na própria lavoura de café, neste caso, dos chamados *diaristas/volantes*. Como já indicamos, são *diaristas/volantes* aqueles *trabalhadores* empregados para tarefas específicas, sem a constituição de qualquer vínculo, que podem assim ser moradores do próprio distrito.

O trabalho na colheita, por sua vez, exige sempre a contratação de mão de obra, neste caso, de *peões*, ou seja, trabalhadores avençados para todo o período de colheita, no que se distinguem dos *diaristas/volantes*.

Por realizarem as tarefas pessoalmente ou, no máximo, recorrendo à mão de obra familiar, com exceção dos períodos de colheita, ou quando há necessidade de realização de qualquer serviço extraordinário, os *paranaenses* da região têm reduzido contato, entre si, ao longo de um dia de trabalho.¹⁹

Já o trabalho na colheita de café é frequentemente realizado por trabalhadores oriundos de outros estados, principalmente do Paraná e da Bahia; estes trabalhadores chegam em grupos na região, a partir de contatos já estabelecidos,²⁰ deixando suas famílias nas cidades de origem, para onde retornam após o fim (e com os frutos) da colheita, que tem duração aproximada de 60 a 90 dias. No distrito, permanecem em alojamentos construídos para este fim nas propriedades – os chamados “barracões” ou “cantinas” –, onde têm a alimentação fornecida pelo produtor, que pode ou não abater o custo de sua remuneração.

Neste diapasão, durante toda a nossa permanência no distrito, observamos certo detimento, quando não uma efetiva recusa à contratação de *trabalhadores mineiros* para a realização da colheita, pelos produtores *paranaenses*. Isto nos foi assim justificado por dois produtores:

Não confere bem o serviço. Porque, a maioria, não é discriminári, nada, mas a maioria desse pessoal, segunda-feira eles não vai muito no serviço; sábado eles não vai no serviço. Então já são dois dias a menos por semana, e a colheita do café é até um prazo determinado pra terminar. Então, se a

19 Com exceção daqueles que possuem sociedade entre irmãos, que abordaremos no próximo capítulo.

20 A demanda por estes trabalhadores “mais aptos ao serviço” teve início com a própria chegada dos *paranaenses* à região, e seu atendimento passou a ser realizado por grupos que mantêm contato com os produtores fora do período de colheita e, por isso, retornam ano após ano. Muitos destes trabalhadores possuem relações de parentesco ou amizade com os produtores, como no caso de Cícero Amarante, produtor que deu início ao fluxo de *trabalhadores baianos* trazendo parentes para o serviço na colheita.

Não existem mulheres no grupo de *trabalhadores paranaenses* ou *baianos*, já que isso importaria na elevação do custo de mão-de-obra, pela necessidade de construção de alojamento e banheiro próprios. Pela mesma razão, os *trabalhadores* de outros estados vêm sempre sozinhos, deixando suas famílias nas cidades de origem.

gente punhá umas pessoas que não rende o serviço, então daí vai atrasar o término da colheita. (...) O mineiro ele não mexe com café. Ele não planta café. Então ele não conhece o ramo. Então quem trabalha no café, os mineiro que trabalha no café, é as pessoas que trabalha de diarista porque não tem outra opção. Então ele trabalha naquilo que aparece pra ele. Só que o serviço dele não rende igual uma pessoa que entende do ramo. Por isso que ele fica pra trás (Gerson Baraca).

Tem outra: termina a colheita, uma grande parte, os baiano não, mas o pessoal daqui, eu não chamo o pessoal daqui pra trabalhar por causa disso, termina a colheita eles acha um meinho ou outro, leva a pessoa no Ministério do Trabalho, sempre tem que pagar de novo; você paga a colheita, e depois tem que pagar novamente, porque vai no Ministério do Trabalho, e tudo que você faz bem, eles acha um direitinho, e a gente tem que pagar de novo. Então o pessoal sofre demais por causa dessas briga com o Ministério do Trabalho, o pessoal tão desistindo, entrando na máquina, e aí quando tiver tudo mecanizado acabou a mão-de-obra dessa região, vão ter que ir pra outros lugares (Cícero Amarante).

Assim, além de desprovidos da mesma capacidade e interesse para o trabalho que supostamente caracteriza os *paranaenses*, os *mineiros* da região são tidos como ineficientes no trabalho com o café, por jamais terem se envolvido efetivamente com o cultivo – “eles não conhecem o ramo” –, ao contrário dos trabalhadores migrantes, *paranaenses* e *baianos*, que supostamente trabalham nesta lavoura nos estados de origem.

No cotidiano do trabalho, os *mineiros* são vistos como aqueles que, por exemplo, no período da colheita, mais tarde chegam à lavoura, e mais cedo desejam deixá-la, esperando, a despeito disso, remuneração idêntica ou superior à dos *trabalhadores paranaenses* ou *baianos*, supostamente mais interessados “em produzir” e, consequentemente, beneficiar a si próprios, com a ampliação voluntária de suas jornadas.

Por isso mesmo, os *mineiros* são contratados apenas como *díaristas/volantes*, tendo em vista que, nesse caso, a capacidade para o trabalho não é critério fundamental. Consequentemente, pelos critérios de remuneração estabelecidos, que classificam a colheita do café como atividade superior em importância e complexidade, os *mineiros* recebem no mínimo a metade do valor pago aos *peões* – trabalhadores *paranaenses* ou *baianos* –, cuja remuneração, por produção, é calculada tendo como base o dobro do valor de uma *diária comum*.²¹

Afora isso, seriam ainda os *mineiros* aqueles que maiores preocupações trariam aos produtores, em relação à possibilidade de os “levarrem à lei” injustamente, por não conseguirem alcançar remuneração idêntica a de seus pares (trabalhadores *paranaenses* e *baianos*) e pretenderm fazê-lo através do judiciário.

Quanto à participação de *mineiros produtores*, em um dia de trabalho no distrito, merece destaque que estes se dedicam particularmente à produção de hortaliças, como já afirmamos.

Questionado sobre a possibilidade de já haver se dedicado a outros cultivos em sua propriedade, afirmou-nos o *mineiro* Teodorico Santos:

Não, não, era só horta... E plantava um trem pro gasto, milho, arroz, feijão, né?... Hoje em dia ninguém planta

21 Como observamos, a maior capacidade de colher café é fundamental para um trabalhador da colheita porque, ainda que o pagamento seja feito na produção, ou seja, pela quantidade de *saquinhos* de café colhidos, há uma meta a ser alcançada, ao final do dia de trabalho, que é sempre o dobro de uma diária comum da região. Quando o conjunto dos trabalhadores consegue alto desempenho na colheita – caso dos migrantes –, além de reduzir sua permanência no distrito, economizando despesas com sua manutenção, está, indiretamente, permitindo que o produtor reduza o valor que recebe por cada *saquinho* que colhe, sem prejudicar a meta de *diária* estabelecida como a justa remuneração pelo seu trabalho (dobro da diária comum). Ao contrário, a colocação de *mineiros*, supostamente menos aptos e experientes, além de atrasar o fim da colheita, forçaria a elevação no valor pago por cada *saquinho* de café colhido. A contratação de *mineiros* para o trabalho na *diária* não parece ser problemática justamente porque, para as atividades realizadas neste regime, a *produtividade* não é diretamente relevante. Tornaremos a tratar deste regime de remuneração dos trabalhadores, com detimento, no próximo capítulo.

mais, nem feijão, nem arroz, porque não dá mais... (...) O tempo não tá dando mais. De primeiro você plantava o milho, dobrava o milho, plantava o feijão, dava o feijão que nossa senhora! Hoje não adianta você plantar que não dá... Parece que depois que plantou esse negócio do café, parece que tem um inseto que veio do café que não deixa dar feijão mais. Você tem que detizar pra combater eles, né, pra poder dar feijão. (...) Aqui ninguém planta feijão mais, nem arroz.

Como afirma Teodorico, as hortaliças sempre foram cultivadas, na região, em associação a outros cultivos de subsistência, como o milho ou feijão; atualmente, contudo, por uma série de razões como a necessidade de aplicação de insumos, ou a imposição do plantio das hortaliças no cerrado, para garantirem-se maiores colheitas, a associação destes cultivos restou inviabilizada. A exceção é o café, a quem comumente as hortas são associadas, por *paranaenses*, como veremos no próximo capítulo.

Por residirem no *patrimônio*, via de regra, os produtores de hortaliças *mineiros* têm, como primeira tarefa do dia, o deslocamento até as áreas onde realizam seus plantios, frequentemente terras arrendadas. O horário em que isto ocorre pode variar, de acordo com a tarefa a ser realizada.

Segundo observamos, os produtores de hortaliças reservam, no mínimo, dois dias da semana para efetuarem pessoalmente a comercialização de seus cultivos na Ceasa – Centrais de Abastecimento – de Uberlândia.²²

Na lavoura de hortaliças, a maior parte das tarefas – plantio, irrigação, aplicação de insumos – é realizada pessoal e manualmente, tendo

22 Como veremos no próximo capítulo, os produtores de café que incorporaram o plantio de hortaliças nas suas unidades de produção não realizam, pelo menos de forma tão assídua, estes deslocamentos à Ceasa, para comercializar suas hortas; isto porque, com o aumento da oferta, decorrente da possibilidade de plantio no *cerrado*, abriram-se novos mercados, com inúmeros atravessadores passando a adquirir as hortaliças ainda nas propriedades e realizando seu transporte, inclusive para o sul do país.

em vista a natureza do cultivo, que exige manejo cuidadoso. Assim, o plantio de hortaliças costuma demandar, com frequência superior àquela observada na lavoura de café, a contratação de *diaristas/volantes* – outros *mineiros* do distrito, principalmente homens – para a realização de tarefas específicas.

A colheita de hortaliças, por sua vez, tanto nas unidades de produção de *mineiros* quanto de *paranaenses* que tenham incorporado a produção das hortas nas suas ruas de café, é materializada por mulheres da região, o que constitui importante diferença em relação à colheita do café.

Como nos disse o pequeno produtor Augustinho Ferrari, questionado a respeito da mão de obra empregada na colheita de hortaliças:

São todas da vila aqui, (...) da Corrutelinha. São mães solteiras, viúva, tem marido, mas o marido fica jogando sinuca, e elas têm que vim... E pra panhar vagem ninguém gosta de homem, gosta das mulher porque elas são mais sensíveis, são melhores pra colher.

No modelo de manejo atualmente estabelecido, há colheita de hortaliças praticamente duas ou três vezes por semana. Sobre a preferência recair nas mulheres, afirmam os *produtores* que elas são naturalmente mais aptas a este tipo de serviço, que exige maior aplicação e delicadeza; por isso mesmo, partiria dos próprios *trabalhadores* homens do distrito a recusa ao trabalho na colheita de vagem, considerando que “trabalho de ficar agachado o dia inteiro não é coisa de homem não!”, como nos disse o *paranaense* Cícero Amarante.

A vinculação dos *mineiros* com uma imagem de aptidão exclusiva para as hortaliças parece trazer inúmeras consequências no plano da sociabilidade local.

Quanto aos *mineiros trabalhadores*, a rejeição ao seu aproveitamento na colheita de café, por exemplo, lhes coloca em posição inferior à de outros trabalhadores, *paranaenses* ou mesmo *baianos*, que ao fim de um dia de colheita recebem remuneração equivalente a, no mínimo, o dobro da diária paga a *diaristas/volantes*.

Além disso, contudo, parece haver profundas implicações entre a hierarquia estabelecida entre cultivos – com o café ocupando uma posição de destaque, frente às hortaliças, como veremos – e a distinção entre *mineiros* e *paranaenses*, que não se limita à distinção entre *produtores* e *trabalhadores*, mas também se dá entre *produtores* – *paranaenses* e *mineiros*.

Como nos disse o *paranaense* Gerson Baraca, questionado acerca dos elementos que caracterizariam os *mineiros* da região, em comparação aos *cafeicultores*:

Acomodado, essa é a palavra certa. Ele não progride, porque ele não investe o dinheiro que ele ganhou. É isso que faz diferença. (...) Só que a gente, como diz, evita de falar isso, né?... Pra não criar um conflito, nada, nada disso, cada um fica na sua e pronto. Eu tenho amizade com eles, a mesma coisa. Só que, por exemplo, não é tão amizade pra aprofundar, a intimidade. É uma amizade de forma mais leve.

As evidentes distâncias colocadas mesmo entre *produtores paranaenses* e *produtores mineiros*, contudo, colocou-se para nós com mais evidência em outros contextos de sociabilidade, tendo em conta o fato destes não se relacionarem, geralmente, ao longo de um dia de trabalho.

1.3.2 | Um dia de missa

Como já salientamos por ocasião da descrição inicial, a igreja ocupa o centro geográfico do *patrimônio* da Corrutelinha, bem como da comunidade do Rio Novo; mais do que isso, contudo, estas capelas acabaram sendo identificadas como os principais espaços de sociabilidade do conjunto de atores sociais que integram a teia de relações sociais que passamos a compor em nossa permanência no distrito.²³

23 Ao estabelecermos os limites de nossa unidade de análise, levamos em conta o conjunto de relações sociais que identificamos a partir do contato – previamente pretendido – com os *produtores paranaenses*. Isto não significa dizer que o trabalho restrinsse a

Ainda em nossa primeira semana na região, Cícero Amarante, o grande produtor de origem baiana, sugeriu-nos o comparecimento à missa, meio eficaz para nos encontrarmos e estabelecermos contato com os demais *paranaenses*, em especial com “os Fratelli”, por ele apontados como “muito católicos”. Isto porque, segundo o mesmo, seria comum a reunião de produtores em pequenos grupos de conversa, após a celebração, situação privilegiada para a ampliação de nossos contatos.

Efetivamente, passando a participar com assiduidade destas missas – não apenas no *patrimônio*, mas também na capela do Rio Novo, ambas celebradas nas noites de sábado, pelo mesmo padre, uma após a outra – pudemos observar a importância singular daqueles locais no desenvolvimento, pelos produtores, e da observação, por nós, das relações entre *produtores* e suas famílias.

A capela existente na comunidade do Rio Novo é a menor dentre as duas; possui entre 10 e 12 metros de comprimento, por cerca de cinco metros de largura. A decoração é simples – duas fileiras de bancos de madeira e um altar, guarnecido por larga mesa, um púlpito, as imagens da padroeira e de Jesus Cristo. Ali, a missa tem início às 18 horas e 30 minutos e, frequentemente, conta com a presença de, no máximo, 20 pessoas; destas, 80% são *paranaenses*, proprietários de *chácaras* na própria comunidade.

As atividades necessárias à celebração, excetuando-se aquelas privativas do padre – residente na cidade de Araguari, onde está sediada a paróquia –, encontram-se integralmente sob a responsabilidade destes *paranaenses*; neste sentido, as atividades de auxílio ao padre, as musicais, de leitura, eram sempre realizadas pelos mesmos *paranaenses*, suas esposas ou filhos; até mesmo nós chegamos a realizar algumas leituras da liturgia, com certa frequência, a convite da esposa de um *produtor*, o

este grupo, mas, antes, estendeu-se aos atores sociais envolvidos na teia de relações que têm neles o seu centro. Assim, quando afirmamos que a capela é o principal espaço de sociabilidade da comunidade, o fazemos a partir do conjunto das representações sociais de *paranaenses* e *mineiros* que se encontram sob a teia das relações estabelecidas pelos primeiros. Teoricamente, destarte, não podemos excluir a possibilidade de existência, no interior daquela mesma unidade territorial, de outras comunidades e núcleos de sociabilidade respectivos, para um outro grupo de atores sociais.

que não vimos ocorrer em relação a nenhum *mineiro*, ao longo de nossa participação naquelas missas.

Também nesta capela, chegamos a presenciar uma cerimônia de batismo, de uma criança moradora da “favelinha”; interessou-nos observar que, até aquela data, nem a criança nem outro de seus familiares haviam sido vistos em qualquer outra celebração; ademais, os padrinhos aparentemente eram moradores da cidade de Araguari, desconhecidos para a maior parte dos presentes. Mantivemos a impressão de que estes moradores da “favelinha” são alheios à teia de relações sociais dos *produtores*, estabelecendo-as entre si próprios ou, eventualmente, para fora do distrito.²⁴

Alguns produtores de café entrevistados, quando questionados pela ausência dos *mineiros* às celebrações, classificaram como “desinteresse” a razão para tal fato. Sobre a ausência dos moradores da “favelinha” às celebrações na capela, afirmou-nos o pequeno produtor Gerson Baraca:

É difícil. Já foram procurados muitas vezes, foram convidados, foi trazido, mas... não permanece. (...) Não sei... Eles fala que a condição de vida deles é muito fraca, que o povo fica reparando na condição de vida deles, mas não é. Não é. É que, por exemplo assim, ou na igreja, ou numa coisa um pouco organizada, exige, exige... por exemplo assim, exige uma participação ativa, né? E, por exemplo, dessa gente assim se você vai apertar um pouquinho, eles cai fora, eles não quer compromisso com nada. Só quer receber, só quer benefício, essas coisa assim, mas participar, construir junto, não. (...) Só quer receber, só quer auxílio, mas na hora de participar pra construir, pra levantar as coisas, ser junto, aí não, não quer compromisso.

²⁴ Aparentemente, estabelecer relações com moradores da cidade – por exemplo, a partir do ambiente de trabalho – pode ser mais acessível aos moradores da chamada “favelinha” do que com os próprios vizinhos, tal é a barreira social existente entre os mesmos.

A capela do *patrimônio*, a seu turno, é grandiosa quando comparada à do Rio Novo; possui aproximadamente 30 metros de comprimento, por 10 de largura; pequenas imagens adornam as paredes laterais, e uma grande cruz iluminada se prende à parede do palco, onde há ainda uma grande mesa, um púlpito, algumas cadeiras de recosto alto e um altar.

Ao longo de nossa participação nas celebrações, observamos que também ali compareciam especialmente *paranaenses*, com especial destaque para Cícero Amarante e para a família Fratelli; ao contrário do observado no Rio Novo, contudo, ali também faziam-se presentes algumas famílias *mineiras*, geralmente as mesmas – as famílias de Teodorico Santos e Luis Garcia.

Como nos disseram diversos entrevistados, os Fratelli são tidos como os responsáveis por “colocar de pé” a capela, tendo realizado a última e mais significativa reforma em suas instalações. Além disso, encontram-se atualmente à frente de todas as celebrações, integrando diversos postos da “administração” da paróquia – o que parece conferir-lhes boa parte do prestígio local de que gozam.

Cumpre ressaltar, entretanto, que a capela já existia por ocasião da chegada dos *paranaenses* e, segundo identificamos, possuía funcionamento regular, tendo à frente das celebrações os mesmos que até hoje mantêm alguma participação – como Teodorico Santos, Luis Garcia e suas famílias. A “tomada”, pelos *paranaenses*, especialmente pelos Fratelli, dos principais postos de responsabilidade em relação às celebrações religiosas – ministérios, coral, dentre outros – parece ter sido propiciada, justamente, pela consolidação de uma imagem de maior dedicação à atividade religiosa, o que se deu pelo aporte de recursos financeiros e, igualmente, pela presença constante de um grande número de parentes em todos os eventos.

A proeminência dos *paranaenses* nas atividades religiosas foi não apenas observada por nós, mas ressaltada em diversas oportunidades ao longo das entrevistas. Como na conversa que estabelecemos com o *paranaense* Augustinho Ferrari:

Tanto é que a nossa comunidade, daqui da nossa igreja, é forte! E quem toma conta é paulista e paranaense. (...) Porque, aqui, você pode perceber, aonde você for aqui, não discriminando ninguém, mas você pode perceber que todos os caficultores aqui, 90%, paulista e paranaense, são descendentes de italiano. Pode prestar atenção. Não é menosprezando ninguém, nós não tem nada contra ninguém... Mas você pode prestar atenção. E o italiano é unido! A raça do italiano, eles são mais unido!

Assim, ao longo de nossa participação nas missas e, especialmente, com o desenvolvimento de nossas entrevistas, pudemos problematizar a suposta harmonia, frequentemente mencionada, entre famílias *paranaenses* e *mineiras*, observando que esta não resistia à colocação do envolvimento com a igreja – ou seja, o principal centro de sociabilidade da comunidade – no seio de nossas conversações; neste sentido, o fato de se constituírem maioria frente aos *mineiros* não era apontado, pelos *paranaenses*, como aleatório, mas revelador do temperamento geral daqueles, tão pouco afetos aos compromissos religiosos quanto aos compromissos com o trabalho.

Em outras palavras, diversos produtores de café entrevistados, especialmente aqueles mais envolvidos com as atividades da comunidade religiosa, apontaram a ausência de *mineiros* às celebrações como decorrência do seu menor interesse por atividades que envolvam a assunção de “responsabilidade”, como o trabalho em geral. Como nos disse o mesmo Augustinho Ferrari, quando questionado a respeito:

Quem trabalha mais na vida pessoal, trabalha mais na vida religiosa. Tem mais a vida cultural. É mais unido. Uma coisa tem a ver com a outra. E quem não trabalha, quem prefere trabalhar por dia, prefere trabalhar pros outros, prefere trabalhar na diária por aí, chegou de tarde, em vez dele ir pruma religião da igreja, ele vai pro armazém, vai tomar uma, e assim por diante... não perde tempo com igreja, com essas coisa não! Uma coisa é bem ligada à outra. É... a

pobreza, você pode prestar atenção: a pobreza não é pobreza de dinheiro, é pobreza de espírito! Aquele que tem menos condições financeira é aquele que mais bebe, é aquele que mais joga, aquele que mais... é dessa forma. Pode prestar atenção. (...) Isso talvez seja um, um desafogo... desafogando, desabafando, lá com a cachaça dele, eu não sei, né, não tô no couro dele! Mas é... a cachaça não falta!

As afirmações *supra* chegaram a ser corroboradas – em tom diverso – por alguns *mineiros* com os quais conversamos – como Dona Maria, esposa de Luis Garcia, para quem os *mineiros* são mesmo, em geral, “mais acomodados do que os *paranaenses*”.

Sendo a igreja o principal centro de sociabilidade dos *paranaenses* e o “trabalho” aquilo que frequentemente mobilizam como o que os distingue em relação aos *mineiros*, as falas acima destacadas poderiam evidenciar a ausência de relações entre os dois grupos.

No entanto, ainda que efetivamente possua validade local, tendo sido apontada em inúmeras entrevistas que realizamos, a imagem conformada de *mineiros* “pouco interessados” no trabalho ou na religião não tem aplicação absoluta, considerando-se a existência de relações entre determinadas famílias.

O critério fundamental para a distinção parece permanecer, portanto, subjacente a este discurso, e somente mostrou-se-nos na comparação entre famílias *paranaenses* – que abordaremos na segunda parte do trabalho.

1.3.3 | Um dia de festa

Durante nossa permanência no distrito, pudemos tomar parte tão somente da festa dedicada aos padroeiros da capela do *patrimônio*; por tratar-se de festa religiosa, a mesma pareceu constituir-se como um espaço em que há certa continuidade dos “conflitos” observados por ocasião da missa. Observamos, entretanto, uma presença maior de *mineiros*, em comparação à missa.

A festividade para os padroeiros é composta por uma “novena”, ou seja, conjunto de nove missas realizadas diariamente, às 19 horas. O primeiro dia de *novena* é sempre uma sexta-feira, de modo que, na sexta-feira seguinte, realize-se o primeiro dia de “baile”.

Este *baile* é igualmente promovido após a missa de sábado, e tem lugar no barracão da igreja, construído por Cícero Amarante na margem esquerda da praça, com a participação de outros *paranaenses*, especialmente da família Fratelli. Ali, as diversas famílias distribuem-se em pequenas mesas e, ao longo da noite, dançam em um espaço especialmente destinado para tanto. Além disso, consomem bebidas e alimentos, cuja renda é destinada à igreja.

No domingo, último dia de festividade, é realizado um almoço – que atualmente oferece, como prato principal, o chamado *costelão*, prato apontado como tipicamente *paranaense*, consistindo de costela bovina assada na brasa, em grandes espertos fincados no chão, em terreno aberto, vizinho ao barracão da igreja –, ao longo do qual ocorrem ainda atividades como rifas, leilões etc.

Ao longo das entrevistas, as dissensões em torno da festividade não deixaram de ser colocadas, mesmo quando ainda não havíamos tomado parte no evento. Teodorico Santos, por exemplo, *mineiro* com quem estabelecemos relação de grande proximidade, afirmou a respeito:

O padre é muito colado com os Fratelli. Então eles não trabalha conforme se precisava trabalhar, pra gerar renda pra igreja e pros pobres. Eu, por exemplo, quando fui festeiro (organizador da festividade), só na Bucânia eu fui três vezes, andando. Festeiro hoje não anda. Festeiro vai é pra Araguari, fica na porta de banco, a hora que entra um manel, fala ‘dá uma prenda aqui pra santa’, então não trabalha mais. De primeiro uma laranja ia no leilão, mandioca ia no leilão, hoje não tem nada que vai no leilão, acabou.²⁵

25 Interessou-nos observar, no trecho transcrito da conversa que estabelecemos com Teodorico Santos, a menção ao “banco” na comparação entre os dois “modelos”, “mineiro e paranaense”, de realização da festa. A menção a este local como aquele onde

A seu turno, afirmou Augustinho Ferrari:

Porque... é a questão da cultura que a gente vinha falando. Os mineiros aqui já gostam daqueles forrozão, et cetera, et cetera, et cetera... a gente já obedece mais às ordens que vêm de cima... então, a gente já procura seguir mais. Eles têm uma tradição diferente da gente. Mas (hoje) tá misturado!

Como asseveraram os trechos acima transcritos, desde que os *paranaenses* passaram a definir os rumos da festividade, contando para tanto com o apoio do padre, ela é tida pelos *mineiros* como “menos animada”, “muito parada” – tendo em conta a redução do investimento em atrações musicais, que traziam “mais gente da cidade de Araguari, até de Uberlândia” para o distrito. Para os *paranaenses* entrevistados a respeito, e também para o padre – que com eles efetivamente parece possuir identidade, no que concerne à festa – a mudança no perfil desta teria sido fundamental, para torná-la mais “familiar” e evitar os acidentes de carro, comuns na estrada que liga o *patrimônio* à cidade quando o evento contava com mais gente “de fora” do distrito.

Segundo o padre, o maior público que antes comparecia à festa não “consumia nada no salão”, “saía pra beber no bar, onde a cerveja era mais barata, só voltava pra dançar” e, por isso mesmo, a contratação de atrações musicais de maior “apelo” consumia toda a renda obtida, o que tornava a festa pouco interessante para o que se propõe – ou seja, a obtenção de recursos para a igreja. Além disso, quando responsáveis pela realização da festa, os *mineiros* supostamente cobravam pelas ações realizadas – por exemplo, para assar os frangos destinados à venda –, o que diminuía ainda mais a arrecadação. Tudo o que fazem os *paranaenses* pela igreja, atualmente, é “gratuito” – mas garantidor de um

os *paranaenses* vão encontrar seus pares, em busca de apoio para a realização do evento, não nos pareceu aleatória, evidenciando o papel desta instituição, para os *paranaenses*, que a mesma jamais possuiu para as famílias *mineiras* da localidade, o que analisaremos com maior detimento ao longo deste estudo.

retorno não financeiro, que se traduz em prestígio local, como veremos na segunda parte do trabalho.

Ao longo da festividade dedicada aos padroeiros, observamos que as famílias *mineiras* que, efetivamente, demonstravam alguma proximidade às famílias *paranaenses* – que, mesmo ali, encontravam-se em maior número – pareciam ser, justamente, as mesmas que mantinham participação regular na comunidade religiosa; as demais famílias *mineiras* permaneciam reunidas apenas entre si.²⁶

Neste diapasão, dentre as famílias *mineiras* que mantiveram algum contato com *paranaenses* ao longo da festividade, pudemos assinalar as famílias de Teodorico Santos e Luis Garcia, dois dos mais抗igos moradores do distrito, ainda vivos.

Teodorico Santos, que atualmente conta com 80 anos de idade, pôde ser observado em conversa com Belarmino Fratelli – um dos seis irmãos *paranaenses*, pioneiros da família no distrito. Em conversa na venda local, Teodorico nos foi apontado como um dos mais conhecidos moradores do distrito; sua esposa, recém-falecida, era responsável pela maior parte das atividades da igreja, anteriormente à chegada dos *paranaenses*. O próprio Teodorico chegou a ocupar o cargo de “juiz de paz” do distrito, responsabilizando-se pela celebração dos casamentos. Afora isso, chegou a participar do processo de escrituração das residências do *patrimônio*, especialmente no entorno da igreja, para o que contou com

26 Sobre a bem marcada definição dos círculos de sociabilidade na festividade, interessou-nos especialmente o cuidado demonstrado por Garibaldo Fratelli, quando fomos abordados por uma moradora local, *mineira*, com um convite para dançar. Ao observar que a mesma insistia em nos abordar, sucessivamente, depois de termos assentido com uma primeira dança, Garibaldo chamou-nos no balcão de bebidas, onde trabalhava, e nos perguntou se a conhecíamos. Após respondermos que “apenas de vista”, o *produtor* nos advertiu que tinha ouvido dizer que aquela mulher, apesar de casada, vivia pelo distrito, bebendo com outros homens. A importância demonstrada pelo produtor em determinar que a mesma não integrava seu círculo de sociabilidade nos impeliu, inclusive, a nos despedir de todos e deixar a festividade, procurando marcar o respeito que tivemos por sua manifestação. Este evento foi, para nós, bastante significativo do fato de termos passado a ser objeto de consideração, pelos *paranaenses* do local, por estar compartilhando de suas relações, e inclusive de suas celebrações religiosas.

autorização do bispo de Uberlândia, diocese que era então a proprietária das terras.

Este “prestígio” parece não revestir-se de caracteres econômicos; atualmente, Teodorico reside em uma das mais antigas construções do patrimônio, à margem da praça central, que se encontra em mau estado de conservação; seus filhos encontram-se envolvidos, em sua maioria, com a lavoura de hortaliças, na condição de arrendatários, independentemente da existência de terras de propriedade do pai. Ademais, a despeito do contato que observamos com um “Fratelli”, este “prestígio” parece um tanto limitado ao conjunto de famílias *mineiras*.

Luis Garcia, ainda que também citado como um dos mais抗igos e tradicionais moradores do distrito, pareceu-nos mais recluso, mas também detentor de algumas relações sociais com os *paranaenses*. Vive com a mulher, Maria, e pelo menos uma das filhas em uma residência simples, à beira da estrada de saída do *patrimônio*, no sentido de Araguari. Ali estivemos durante toda uma tarde, em longa conversa com Maria, na qual Luis, bastante reservado, pouco interveio.

Ao contrário dos filhos de Teodorico, a maioria homens, que se mantiveram no distrito envolvidos principalmente com a lavoura de hortaliças, os filhos e filhas de Luis Garcia transferiram-se para a cidade de Araguari e para Uberlândia. Isso parece dotar-lhes de maior prestígio, quando presentes no local para visitar o ascendente, ou em outros momentos específicos, como por ocasião da mencionada festividade.

Cumpre registrar que uma das netas de Luis Garcia – que atualmente reside em Uberlândia, onde se prepara para o vestibular de medicina – já foi namorada de Bento, filho de Garibaldo Fratelli; aparentemente, o namoro era muito bem visto por ambas as famílias – para o que parece ter fundamental importância o fato de ser ele um dos Fratelli e ela, além de moradora da cidade, uma jovem profundamente “religiosa e estudiosa, ideal pra casar”, como nos disse o próprio Bento. O término teria se dado por iniciativa do rapaz, por um suposto descontentamento com a limitação dos contatos aos finais de semana, em razão da moça estar se preparando para o vestibular.

Os contatos entre eles, ao longo da festa, parecem ter sido objeto de “observação” permanente, pelas duas famílias. Neste sentido, presen-

ciámos quando uma das filhas de Luis Garcia, tia da moça, abordou o rapaz, enquanto este conversava conosco, para manifestar-se positivamente quanto à retomada do namoro; também durante a festividade, manifestou-se Ademir Fratelli, tio mais novo de Bento (apenas um pouco mais velho do que este), com quem almoçamos e passamos a maior parte do domingo de *costelão*, afirmando que o sobrinho terminou o namoro porque “não gosta de mulher direita”.

Em suma, a partir destes três momentos básicos do cotidiano local, reunimos um conjunto de dados de observação que nos permite afirmar que, se a relação entre *paranaenses* e *mineiros* é marcada por distinção, a teia das relações sociais estabelecidas pelos primeiros pode envolver aos demais, de formas e em situações específicas, competindo-nos identificar os critérios que orientam a aproximação e o distanciamento em cada caso, para o que dispomos ainda dos dados que reunimos na presença à Fenicafé.

1.3.4 | A Fenicafé

Realizada anualmente no Clube Pica-Pau, um dos maiores e mais tradicionais clubes do município de Araguari, a Fenicafé congrega três eventos que se desenvolvem simultaneamente – um Encontro Nacional de Irrigação da Cafeicultura, um Simpósio Brasileiro de Pesquisa em Cafeicultura Irrigada e uma Feira de Irrigação em Café – contando com a presença de inúmeros produtores, não apenas da região, mas de todo o país.

Diversos eventos acontecem durante estes três dias; neste sentido, ali ocorrem uma série de palestras, proferidas principalmente por agrônomos – por isso mesmo, de conteúdo eminentemente técnico –, além de demonstração e transação de inúmeros produtos, desde implementos pesados – tratores, colhedeiras etc. – a insumos diversos.

Como já afirmamos, a Fenicafé marcou a abertura de nosso trabalho de campo, quando até então somente havíamos estabelecido contato com um produtor, Ernesto Gutierrez, e este havia mencionado Cícero Amarante, tudo isso por ocasião da viagem de reconhecimento.

A presença no evento, além de permitir que realizássemos novos contatos, dotou-nos de dados de observação cuja significação somente pôde ser alcançada com o desenvolvimento do trabalho de pesquisa – como o destaque dado por uma das revendas do município à família Fratelli, cujos membros principais tiveram suas fotografias estampadas, ao lado de outros produtores como Pedro Amarante, filho de Cícero, em um cartaz de agradecimento, colocado à frente do *stand*.

A feira propriamente dita – ou seja, o espaço de comercialização de produtos – ocupa a área externa (implementos) e o andar superior (insumos) do Clube Pica-Pau. Nestes locais, a participação prescinde de inscrição, sendo autorizada a qualquer interessado. Por sua vez, o acesso ao auditório onde são realizadas as palestras (simpósio), no primeiro andar, é controlado e autorizado apenas aos detentores de crachá, obtido no ato de realização da inscrição. Em 2008, quando participamos do evento, a inscrição dependia de pagamento de taxa em valor que variava de R\$ 50,00 a R\$ 110,00. Justamente por isso, considerável quantitativo dos que circulam pelos corredores da feira – especialmente a partir das 18 horas, horário previsto para o fim das palestras – não participa do simpósio, para o qual o pagamento da taxa de inscrição é indispensável.

Alguns produtores do distrito puderam ser vistos no evento. Cícero Amarante, por exemplo, se fez presente em todos os dias de feira e a todas as palestras realizadas, devidamente identificado por seu crachá. Como nos informou em entrevista posterior, seus filhos – também presentes – aproveitaram a realização do evento para aquisição de uma *colhedeira*, a primeira da propriedade. Josemar Piccolo, *paranaense* com o qual viemos a realizar inúmeras entrevistas, também esteve presente nos três dias do evento. José Belo, por sua vez, *pequeno produtor* da comunidade do Rio Novo, esteve apenas no primeiro dia – quando o conhecemos – e, como informou, somente pôde participar das palestras por haver sido contemplado com uma entrada promocional (que dá direito a participação em um dia de evento, apenas).

Sobre as transações realizadas na feira, interessou-nos observar que, além da divulgação do quantitativo negociado, em reais, ao final

da Fenicafé, todos os implementos adquiridos são devidamente identificados, com os nomes de seus adquirentes, propriedade e município de origem, no que para nós afigurou-se como um mecanismo de afirmação pública de capacidade econômica – mais um dos diversos mecanismos de distinção propiciados pelo evento a determinados grupos e produtores em relação a seus “pares”.

Capítulo 2 | AS FAMÍLIAS PARANAENSES

2.1 | A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS PARANAENSES

Como já apontamos, os *paranaenses* do distrito de Corrutelinha são migrantes da grande região que envolve o oeste e o norte dos estados do Paraná e de São Paulo, que foi a principal produtora de café do Brasil, desde o século XIX ao fim da década de 1970.

Em seus discursos, estes produtores ressaltam o caráter tradicional de seu envolvimento com a atividade, já desenvolvida nos estados de origem por eles próprios e por seus ascendentes.

Neste sentido, as famílias que chegaram a Minas oriundas do estado do Paraná são compostas, via de regra, por membros da segunda geração de famílias cafeicultoras do estado de São Paulo, que para aquele estado deslocaram-se atendendo à dinâmica de expansão da lavoura. A migração para o estado de Minas Gerais remete, portanto, a uma ocorrência já marcada em suas trajetórias, e em si própria revela visões de mundo que orientam suas experiências de vida – como uma relação específica com a lavoura de café.

Como nos disse o médio produtor Josemar Piccolo:

Sou do Paraná, fui nascido lá... E a gente sempre trabalhou com café, desde o meu pai, meus avô, né?... E o Paraná teve, o café foi acabando, né, por um monte de problema de nematoide, de geada, né?... aí o meu sogro mudou pra cá em 84, aí eu vinha pra cá ver, né, conhecia a região aqui, aí depois que começou a irrigação aqui, em Araguari, aí que eu comecei a me interessar pelo café aqui em Araguari.

No caso das famílias de origem paranaense, o deslocamento para Minas teria sido impulsionado pelo fim da cafeicultura naquele estado, em decorrência das sucessivas geadas da década de 1970 e de uma infestação de nematoides, parasita da raiz do café, eventos que comprometeram a produção nessas lavouras.

Segundo relatos, os maiores produtores de café do Paraná tiveram então como alternativa a “mecanização” e transformação de suas lavouras em “lavouras brancas”, ou seja, lavouras de soja e milho, mais resistentes à geada e imunes aos nematoides do café; aos menores produtores, contudo, restou a possibilidade de deslocamento, como única saída para a permanência na atividade.²⁷

No caso das famílias paulistas, a migração para Minas teria atendido, prioritariamente, ao interesse de expansão das propriedades, possível na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba que, então, já se havia constituído como a nova fronteira agrícola para o café em território nacional; além disso, a expansão da lavoura de cana pelo estado de São Paulo teria se constituído como importante elemento a justificar o deslocamento.

Poucos produtores com quem mantivemos contato referiram-se a políticas públicas na orientação de seu deslocamento para Araguari. A maior parte dos relatos se refere, neste sentido, à vinda precedente de parentes ou vizinhos, que retornaram ao Paraná depois de estabelecidos, a fim de propagar os benefícios da região.

Tal fato parece indicar que a maior parte das famílias entrevistadas não chegou ao distrito no primeiro fluxo, mas recorreu ao deslocamento para a região quando a cultura do café já se havia instaurado, o que se mostrará relevante para a compreensão dos elementos mobilizados por

27 A família Fratelli foi uma daquelas que “migrou” para a produção de “lavoura branca”. Isto somente pôde se dar em razão da sociedade entre irmãos, já que, tomados isoladamente, nenhum destes poderia ser classificado como *grande produtor*. O seu próprio deslocamento posterior para o distrito de Corruçal – clara demonstração do interesse em retornar à produção de café – indica o quanto os 60 alqueires de soja possuídos no Paraná eram insuficientes à manutenção de todas as unidades domésticas dependentes da unidade de produção.

Ernesto Gutierrez – o maior produtor do distrito e um dos “pioneiros” efetivos – na distinção frente aos demais *paranaenses*.

2.2 | A ECONOMIA DAS FAMÍLIAS PARANAENSES

Interessa-nos, neste item, estabelecer as linhas gerais do modelo de produção agrícola das famílias *paranaenses*, a ser complexificado na análise das famílias escolhidas como objeto deste estudo.

Cumpre ressaltar que não constitui nosso objeto uma análise aprofundada da organização interna das unidades de produção, como fizeram Heredia (ob. cit.) e Garcia (ob. cit.); não pudemos, contudo, deixar de nos basear em tal literatura, e interessar-nos por algumas similaridades entre a situação empírica sobre a qual nos debruçamos e os estudos mencionados, que iremos esboçar.

Para a compreensão deste modelo de produção, compete-nos a descrição básica do calendário agrícola das lavouras, o processo de trabalho correspondente a cada uma e a maneira pela qual se articulam.

2.2.1 | O ciclo do café

Em toda a área produtora de café do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é cultivada, tão somente, a espécie de café *arábica*. O café *robusto*, ou *conilon*, mais comum no estado do Espírito Santo, é visto pelos produtores da região como mais resistente a pragas, porém de qualidade inferior – especialmente pelo sabor –, obtendo, consequentemente, valor inferior no mercado.²⁸

Dentre as variedades de café *arábica* atualmente existentes são cultivadas na região, principalmente, a *mundo novo* e a *catuaí*. A escolha por uma delas, segundo os produtores, “vai do gosto de cada um”, já que entre ambas não parece haver qualquer diferença substantiva, razão

28 À guisa de ilustração, ressalte-se que a Bolsa de Mercadorias e Futuros estabelecia, em setembro de 2008, a cotação de R\$ 255,00 para o café *arábica*, no mesmo dia em que o *conilon* era vendido a R\$ 205,00.

pela qual deixaremos de considerar a variedade plantada na descrição do processo produtivo.²⁹

O café é planta perene; cada pé tem vida útil que varia de 15 a 50 anos, e no modelo de manejo hoje empregado na região pesquisada – com irrigação e adubação intensivas, visando à alta produtividade – média de 25 anos de vida.

Uma vez plantado, o pé de café leva aproximadamente dois anos e meio para entrar em produção. A primeira colheita, contudo, é sempre pequena, razão pela qual se costuma dizer que na primeira produção “o café não dá colheita, só catação”.

Seu ano agrícola inicia-se em setembro, quando, na hipótese de estar sendo formada nova lavoura, as sementes devem ser enviadas para o viveiro. A época mais adequada para o plantio de uma nova muda é, justamente, o mês de dezembro, quando a muda deve possuir cerca de três meses de vida.³⁰

Em lavouras já formadas, o ano agrícola inicia-se com a irrigação, que deve ser administrada de forma a promover a *floração* (ou *florada*). Para isso, os produtores realizam o chamado *stress hídrico*, que consiste na suspensão do fornecimento de água para a planta, para que ela comece a *florar* – preocupando-se com a reprodução da espécie, em razão da falta d’água – e seja então irrigada, de forma abundante, até o fim da *floração*, o que garante uma boa *carga*, ou seja, muitos frutos (de café).

A *floração* ocorre, normalmente, em outubro, e é imediatamente sucedida pela aplicação de insumos.

A aplicação de insumos, como também a irrigação, é considerada fundamental pelos produtores da região, e marca uma importante dife-

29 Ainda de acordo com os próprios produtores, as diferenças entre as variedades dizem respeito, basicamente, a morfologia da planta, já que um pé de café *mundo novo* é geralmente mais alto e largo, enquanto um pé de *catuá* é mais baixo e estreito. Não observamos qualquer preponderância entre as duas variedades, em área plantada, na região.

30 A formação de novos pés de café pelo plantio de sementes lançadas diretamente no solo é incomum na região. Via de regra, as sementes escolhidas para a formação dos novos pés são enviadas para viveiro especializado, ainda em setembro, retornando ao produtor apenas em dezembro, quando são finalmente plantadas, já como mudas.

rença, frequentemente mencionada, entre o atual processo de trabalho e aquele característico das lavouras de café dos estados de origem. Estes insumos são os *adubos químicos* e *defensivos*, ambos largamente utilizados em toda a região.

A aquisição destes insumos é comumente realizada, na região, inclusive pelos menores produtores, através de *troca*, ou seja, mediante pagamento em sacas de café.

A aplicação de adubos químicos pode ser iniciada durante a *flocação*, mas, neste caso, deve ser feita pelo processo de fertirrigação (ou seja, em dissolução na água de irrigação), por ocorrer ainda na estação seca. Via de regra, contudo, é realizada apenas com a chegada *das águas*, ou seja, o início da estação chuvosa, que costuma ocorrer entre final de outubro e início de novembro.

São utilizados, basicamente, dois tipos de adubo químico: os destinados especificamente à *carga* (ou seja, ao café), que por sua forma de apresentação mais comum são vulgarmente chamados *granulados*; e os destinados ao pé, à manutenção do vigor da planta, chamados *adubos foliares*. Os *granulados* devem ser aplicados diretamente no solo ou através da fertirrigação, enquanto os *foliares* devem ser aplicados na superfície das folhas através de bombas de pulverização, que podem ser *costais* – ou seja, presas às costas do trabalhador – ou puxadas por trator.

A aplicação de adubos ocupa todo o ano agrícola, sendo interrompida tão somente com o início da colheita, para ser retomada no ano agrícola seguinte.

Além dos adubos, são inúmeros os defensivos utilizados pelos produtores da região no combate de pragas diversas; são fornecidos, basicamente, por duas grandes multinacionais, que competem, cada uma, com dois produtos principais e diversos outros complementares. Devem ser aplicados de forma preventiva, e ainda quando o produtor identificar o ataque de alguma praga específica.

Durante todo o período *das águas*, que se estende até fevereiro ou março, é realizada ainda a limpeza das ruas de café – ou seja, do espaço entre as linhas de pés, com a retirada do mato, o que pode ser feito mecanicamente, pelo uso de *roçadeira* ou, o que é hoje mais comum, com a aplicação de *herbicida*.

O trabalho na lavoura de café é realizado a partir de mão de obra familiar, pelo próprio produtor e por seus filhos, principalmente homens, como veremos a seguir. Apenas os maiores produtores da região, como Ernesto Gutierrez ou Cícero Amarante, por exemplo, possuem *empregados*, ou seja, trabalhadores fixos.

Destarte, com exceção da colheita, apenas eventualmente os produtores da região dependem de mão de obra contratada para a realização de tarefas em seus cafezais, neste caso, dos chamados *diaristas/volantes*.

O trabalho na colheita, por sua vez, exige sempre a contratação de mão de obra, neste caso, de *peões* que, repita-se, são oriundos de outros estados, principalmente do Paraná e da Bahia.

Nem todos os produtores, contudo, têm meios de construir *barrações* e trazer trabalhadores de fora, sendo compelidos a empregar pessoas que estejam estabelecidas, por conta própria, no distrito. Neste caso, comumente empregam os *peões paranaenses* ou *baianos* que estejam em intervalo na colheita das propriedades nas quais foram empregados, ou que se tenham estabelecido na região por conta própria em busca de trabalho.

Em não havendo a possibilidade de contratação de *paranaenses* ou *baianos* para a realização da colheita, o que ocorre eventualmente, mas principalmente com pequenos produtores, como os da comunidade do Rio Novo, são acionadas determinadas relações de amizade, a fim de realizar a contratação daquele *mineiro* que, já tendo sido identificado, pelo próprio produtor ou por um vizinho, como “bom trabalhador”, poderá corresponder às expectativas do patrão e não “levá-lo à lei”.

Os *peões* são tecnicamente remunerados por produção, ou seja, por cada saco de 60 litros de café colhido, os chamados “saquinhos”, diferentes das “sacas de café” – destinadas à venda – que possuem 60 quilos. O valor a ser pago por cada *saquinho*, contudo, é negociado entre produtores e *peões*, tendo em vista a produtividade média diária do cafezal – ou seja, o número de saquinhos a serem colhidos por um trabalhador médio ao fim de um dia –, de forma que a remuneração oscile sempre em torno de R\$ 40,00 diários, aproximadamente o dobro da diária paga a um *diarista/volante*.

Na verdade, é que nem naquele (café) ali embaixo, eu mesmo, eu e meus meninos fomos lá, colhemos uma rua, a gente marca o tempo que a gente gastou, a produção que deu, pra fazer a média; (...) antes deles (trabalhadores) virem já tá colhido, já fomos lá e já colhemos, já fiz. Pra você não falar um preço muito baixo, eles começarem, depois dá aquela insatisfação, tem que aumentar preço. Você já coloca antes, então você já coloca sabendo o que você vai falar (Josemar Piccolo).

Assim, em pés de café de alta produção, que permitam o preenchimento de um *saquinho* a cada três ou quatro pés, este é remunerado por valor entre R\$ 2,50 e R\$ 3,00. Em lavoura de baixa produção, de primeira colheita, por exemplo, o *saquinho* pode ser remunerado a até R\$ 10,00. O valor varia tendo em vista a produtividade da lavoura, a fim de que o trabalhador médio possa atingir a diária de R\$ 40,00 aproximadamente, sempre o dobro de uma diária comum da região.

Tendo em vista tal estratégia, a colheita é sempre iniciada pelos pés de café mais maduros do cafezal, já que ali a produtividade diária é alta e, consequentemente, o preço do saquinho pode ser fixado no mais baixo valor. Nos pés de café menos maduros, a produtividade é menor, razão pela qual o preço do *saquinho* poderá ser aumentado sem que isto interfira na média diária a ser paga. Realizando a colheita nos pés de café menos maduros posteriormente aos mais maduros, o produtor pode “aumentar” o valor do saquinho sem que isso interfira no valor médio diário pago aos peões, evitando reclamações e mesmo paralisações decorrentes de uma redução no preço.

Obviamente, muitos *peões* conseguem obter remuneração superior aos R\$ 40,00 por dia, justamente porque trabalham acima da média, chegando às lavouras ao amanhecer, e deixando-as quando a noite já é chegada. Essa é, justamente, a vantagem apontada para os trabalhadores *paranaenses* ou *baianos*, em comparação aos *mineiros*, acusados de pretender a obtenção da diária de R\$ 40,00 sem produzirem o correspondente.

Atualmente, os *peões* trazidos de fora têm sido registrados face às investidas do Ministério do Trabalho e Emprego, que anualmente realiza ações de fiscalização na região, por ocasião da colheita de café. São constantemente formuladas, neste sentido, críticas à legislação trabalhista, por supostamente estarem inviabilizando o emprego e promovendo a mecanização da colheita:

Esse ano, porque os meus meninos compraram essa máquina, já até pedi, ao invés de vim 40 que vinha, vai vim só 22; (...) Se comprar a máquina de fazer varreção, aquela máquina recolhedora, então aí, no máximo seis pessoa dá pra fazer a colheita. E é triste, porque, aonde 50 ganhava, hoje em dia é só seis para trabalhar, né?... é muito ruim. Eu toda vida fui contra, mesmo comprando eu ainda fico contra a máquina, porque tira o ganha-pão dos pessoal, né? (...) E com o maquinário, tem só a manutenção da máquina, não tem problema com obrigação fiscal, tudo mais (Cícero Amarante).

A colheita mecanizada de café ainda é, contudo, pouco comum na região. Segundo os próprios produtores, isto ocorre apenas em razão de serem eles *pequenos ou médios*, já que todos os *grandes* estariam adquirindo ou alugando *colhedeiras e máquinas de varreção* para a realização de suas colheitas sem a utilização, ou com a mínima utilização de mão de obra. Efetivamente, apenas os dois maiores produtores do distrito, Ernesto Gutierrez e Cícero Amarante, empregam estes equipamentos, e o fazem de forma incompleta, utilizando ainda grande contingente de *peões*, ao passo em que muitos cafeicultores de Monte Carmelo e Patrocínio empregam hoje, tão somente, os trabalhadores necessários à operação dos implementos.

Colhido o café, resta ao produtor armazená-lo, em um dos diversos armazéns gerais existentes no município, e estabelecer a melhor estratégia de venda. Na região pesquisada, a venda de café é integralmente realizada através de corretores especializados, que atuam a partir de escritórios na cidade de Araguari, realizando a “ponte” entre produ-

tores e compradores, que podem ser desde grandes empresas multinacionais – as “tradings” – a pequenas torrefadoras regionais.

Sobre a comercialização, importante destacar que todos os produtores entrevistados, mesmo os menores dentre estes, afirmaram realizar transações envolvendo a participação bancária, especialmente do Banco do Brasil. Neste sentido, as transações mais comuns são a chamada Venda Futura, em que o contrato é celebrado ao preço fixado no dia de celebração, mas a entrega do produto e o pagamento se realizam apenas por ocasião da colheita, ou a CPR, em que o pagamento é antecipado para a data de celebração do contrato.

2.2.2 | O ciclo da hortaliça

A produção de hortaliças no distrito de Corrutelinha é, como já salientamos, anterior à chegada dos *paranaenses*. Como já vimos, contudo, seu modelo de produção foi totalmente alterado após a chegada dos *paranaenses*, que o incorporaram às suas propriedades.

Em verdade, o plantio de hortaliças por cafeicultores popularizou-se após uma “chuva de pedra” (chuva de granizo) ocorrida em 2000, que dizimou os cafezais – impondo que os pés fossem cortados próximo ao limite do solo, reiniciando seu crescimento – e obrigou os *paranaenses* à busca por alternativas de aproveitamento de suas propriedades, até que esta lavoura voltasse a produzir.

A possibilidade de plantio no *cerrado*, decorrência da introdução dos sistemas de irrigação, aliada à necessidade de uma alternativa ao café, que somente voltaria a produzir dois anos depois, pelo menos, fez com que os *paranaenses* passassem a dedicar-se também às hortaliças, especialmente à produção da chamada *vagem rasteira*, que pode ser associada ao café, ocupando as ruas, sem qualquer prejuízo a este.

As hortaliças possuem ciclo curto, que varia de 45 a 180 dias, aproximadamente. A *vagem rasteira*, especificamente, pode ser colhida de 50 a 60 dias depois de plantada, de acordo com as condições climáticas.

A maior parte das variedades de hortaliça pode ser plantada durante todo o ano. O plantio de *vagem rasteira* é evitado, contudo, no

período das águas, já que a abundância de chuvas tende a comprometer sua produtividade.

Nem todos os produtores da região cultivam hortaliças, como já mencionamos. Entre os pequenos e médios produtores, a maior parte o faz. Os dois maiores, Ernesto Gutierrez e Cícero Amarante, contudo, não o fazem, por razões a serem desenvolvidas na segunda parte do trabalho. Desde já, contudo, cumpre-nos salientar que a produção de hortaliças pode ser tomada como um indicativo de menor possibilidade de manutenção da unidade doméstica a partir do café, exclusivamente.³¹

O trabalho na lavoura de hortaliças também é materializado, via de regra, por mão de obra familiar. Contudo, devido ao ciclo curto, e ao amplo conjunto de tarefas a serem ali realizadas, é mais comum a contratação de *diaristas/volantes*, em relação à lavoura de café.

No distrito de Corruçelinha, especificamente, as principais hortaliças cultivadas são aquelas “rasteiras”, ou seja, *vagem rasteira, couve-flor, alface*, dentre outras.

Com a ampliação da área de cultivo, decorrente do aproveitamento do *cerrado*, foram abertos novos mercados; atualmente, a maior

31 Para a maior parcela dos produtores do distrito a produção de hortaliças não parece ser demeritária, mas vista como uma importante ferramenta para a manutenção da produção de café em condições adequadas. Para produtores maiores, contudo, as hortaliças podem não ser condizentes com as condições econômicas, e o recurso às mesmas poderia ser tomado como indicativo de necessidade. Neste sentido, observamos que Monbeig já destacava, em relação às propriedades de café da “frente pioneira” paulista, um tipo de relação específica e hierarquizada entre café e outros cultivos, como no trecho a seguir destacado: “*Quando a proporção do cafetal é menor, com relação ao conjunto da propriedade, é um índice de que o dono dispõe de capital mais modesto. A grande maioria dos sítios de café, os que têm entre 5.000 e 15.000 pés, pertencem a proprietários que vivem da policultura, com leve predomínio do café. Em um pequeno sítio de cinco alqueires, em Saubadia (norte do Paraná), foi a pobreza do dono que impediu o plantio de mais do que um alqueire e meio de café. Os cereais e legumes ocupavam uma superfície idêntica, enquanto que a floresta cobria o resto do terreno, em abril de 1946. (...) A pequena plantação de café da franja pioneira não conhece, portanto, a monocultura. O sitiante a evita, não só porque conhece os seus inconvenientes, mas porque ela lhe é inacessível, na falta de capitais. Cobrir seu terreno imediatamente de cafeeiros exigiria uma mobilização de recursos e despesas de mão-de-obra que ele é incapaz de assegurar. (...) O sitiante plantador de café não se pode dar ao luxo de deixar uma parcela do solo improdutiva*” (Ob. cit., 270-271).

parte das hortaliças plantadas no distrito são adquiridas ainda nas propriedades, por atravessadores que abastecem os mercados do Sul e Sudeste do país. A produção vem acompanhando este processo de abertura dos mercados, e hoje é exponencialmente superior àquela existente em período anterior à chegada dos *paranaenses*.

2.2.3 | Aspectos gerais da organização e divisão do trabalho familiar

Com o início da cafeicultura no cerrado mineiro, alguns habitantes tradicionais do distrito teriam tentado se dedicar a este cultivo. Entretanto, por inaptidão ou “falta de paciência” – de acordo com os *paranaenses* –, ou impossibilidade de desenvolver suas lavouras sem acesso às mesmas linhas de crédito disponibilizadas aos produtores de café –, como alegam alguns dentre os próprios *mineiros* –, seus cafeeiros não se desenvolveram adequadamente. Assim, como já apontamos, a produção de café no distrito de Corruçal permanece limitada a *paranaenses*.

Questionados quanto à razão pela qual a cafeicultura no distrito não contempla a presença de *mineiros*, afirmaram o *paranaense* de origem baiana Cícero Amarante, e o *mineiro* Teodorico Santos, respectivamente:

Porque o mineiro, eles é acostumado assim: eles têm o leite, todo dia eles tira leite, todo dia eles vende, então eles pega o dinheiro. Planta horta, planta tomate, dá com 90 dia; planta alface, é 40 dia; planta pepino, é 40, 50 dia; então eles tão plantando... planta vagem, é 60 dia; então planta aqui, outra ali, outra ali, outra ali, então ela vai, quase todo dia tem um dinheirinho... eles não tem paciência, eles fala que não tem paciência.

Plantei. Eu ranquei. Eu tinha 2.200 pés de café... Aí a gente não pôde zelar direito, né, foi adoecendo... aí eu ranquei e plantei milho. Eu não mexo com café não. Café é só pra quem tem tempo, que pode, né?

Os *paranaenses* são, principalmente, proprietários das terras em que formaram suas lavouras. O arrendamento de terras para a produção de café é pouco comum na região, face à necessidade de longa vigência do contrato, e, quando realizado, comumente tem na figura do arrendatário um *paranaense* já proprietário de terras, que pretende apenas ampliar sua área de cultivo. Mesmo neste caso, ou seja, ampliação de área por *paranaense*, o contrato de arrendamento é celebrado, normalmente, para a lavoura de hortaliça, e não para o café.³²

Durante todo o trabalho de campo, não tivemos contato com nenhum produtor de café que não fosse proprietário e produzisse, tão somente, em terra arrendada.

Assim, na região estudada, são propriamente arrendatários apenas os *mineiros* produtores de hortaliças, que não possuem terras no *cerrado*, e, com a introdução da tecnologia de irrigação e seu modelo de produção correspondente, acabaram forçados a plantar nestas terras, como único meio de manter-se no mercado, agora abastecido também por *paranaenses*, em larga escala.³³

Sobre as estratégias de produção das famílias *paranaenses*, afirmou-nos o grande produtor Cícero Amarante:

32 Durante nossa permanência no campo, apenas um dos produtores com quem mantivemos contato, José Belo, possuía contrato de arrendamento para produção de café vigente. Neste caso, o contrato tinha duração de seis anos, tempo mínimo necessário à formação da lavoura (dois anos e meio) e compensação econômica do arrendatário. A renda passa a ser devida apenas a partir da segunda colheita, ou seja, somente no quarto ano de vigência do contrato, no percentual de 10%, elevado a 15% no ano seguinte (terceira colheita, quinto ano de contrato) e, por fim, 20% no último ano de vigência (quarta colheita). Justamente por tais características específicas, tornou-se este tipo de arrendamento pouco usual, desinteressante para os *mineiros* proprietários de terras, razão pela qual mesmo os *paranaenses*, quando interessados na ampliação de suas áreas, realizam contratos de arrendamento para a lavoura de hortaliças (com um ano de duração, via de regra).

33 Neste diapasão, importante recordarmos que o *cerrado* era considerado *terra improdutiva* pelos *mineiros* que, por isso mesmo, transferiram aos *paranaenses* as parcelas de terra que ali possuíam e, com a transformação imposta por estes à produção de hortaliças, viram-se compelidos a retornar àquelas terras, agora na condição de meros arrendatários.

Eu toda vida no Paraná eu tinha, uns sitinhos era pasto, outros era café; quando a coisa apurava no café, nós vendia o gado, e cobria as despesas. Agora, só o café, toda a despesa é em cima do café. Pra manter esse sitinho nosso aí, nós faz uma despesa de 700, 800 mil por ano, de veneno e adubo, até 900 mil por ano. (...) Pra 350, 400 mil pés.

A maior parte dos *paranaenses* da região pode ser caracterizada, como já dissemos, como *pequenos ou médios produtores*, que sempre tiveram na produção de café sua principal atividade. Em seus estados de origem, contudo, estes produtores mantinham pequenas áreas, não ocupadas pela lavoura de café, nas quais produziam, para o consumo da família, gêneros alimentícios, como arroz, feijão e mandioca. Além disso, comumente criavam animais, como galinhas ou porcos, também destinados ao consumo, e gado bovino, mantido principalmente como reserva de capital.

No *cerrado*, tendo em vista a necessidade de introdução dos sistemas de irrigação, estes *paranaenses* passaram a contar com a possibilidade da produção comercial de hortaliças, já realizada, em pequena escala, pelos *mineiros*. Questionado quanto à possibilidade de realização de plantio destinado à subsistência, na propriedade, afirmou-nos Augustinho Ferrari:

Não, não. Aqui não convém. Às vezes um feijão, assim, mas arroz, feijão, essas coisa não vale à pena. (...) Porque tudo que você vai fazer hoje, você tem que ter um investimento, uma tecnologia. E você plantar um pedacinho de feijão, um pedacinho de arroz, eu acho que só toma tempo. Sai mais barato você comprar. (...) Se eu plantar um quilo de vagem, eu colho 20 a 30 caixas de vagem. Ruim por ruim, eu vendo essa vagem a 10 reais. Dez reais são 300 conto, me dá 200 limpo. Mais ou menos. O feijão nunca deu 200 conto. (...) Em vez de eu perder tempo com um quilo de feijão, eu planto 10 quilo de vagem, e toco sossegado. Então, é a opção. Porque vai te tomar tempo um lance que não é

favorável. Naquela época, no estado de São Paulo, que era regime familiar... seu forte era o café, você produzia o arroz, produzia o feijão, produzia milho, tinha quatro ou cinco vacas, tinha o porco, né? Hoje não dá pra perder tempo com isso mais. Acaba te tomando tempo de você fazer os outros serviços.

Interessou-nos observar, contudo, que este mesmo produtor mantinha uma pequena área nos fundos da residência destinada à criação de frangos para consumo da família. Pudemos observar também um pequeno número de produtores *paranaenses* que mantinha produção de gêneros alimentícios para consumo próprio – como feijão, plantado nas ruas de café. Em pelo menos um caso, nos foi informado que o plantio de feijão seria destinado à alimentação dos *peões* no período da colheita.

Aparentemente, a produção de hortaliças adquiriu importância para os *paranaenses* justamente pela possibilidade que concedeu-lhes de manter sua condição de *produtores* após a crise decorrente da “chuva de pedra” e, posteriormente, de ampliar o aproveitamento de suas áreas no *cerrado* – considerando a inviabilidade econômica de realização daqueles cultivos de subsistência plantados na região de origem, como feijão – e, consequentemente, de ampliar os meios de que dispõem para a implementação de suas estratégias de produção. Como afirmaram-nos alguns produtores entrevistados:

Eu mudei aqui, eu cheguei aqui sem dinheiro, só eu e os meninos. A gente trabalhava por dia, aí comecei a plantar hortaliça. A gente foi se mantendo com hortaliça, quando eu colhi o café eu comprei esse carro novo, comprei terra, comprei duas chácara aqui, né, já comprei aquela lavoura de lá. Então a gente vai, vai, vai fazendo de tudo, quando colhe o café pega aquele do café pra fazer um novo investimento, pra enfim... (...) Então a gente faz assim, quando colhe o café vê o quê que consegue sobrar, que aí é o dinheiro que a gente pega pra investir em alguma coisa, né, ou numa nova área

de terra, num carro, num trator, num implemento, alguma coisa que a gente consegue comprar (Josemar Piccolo).

É, a gente, a princípio, trabalhava em cima da sobrevivência... vem sobrando um pouco, então a gente vem investindo. Então trabalhava com hortaliças, veio sobrando, a região é café, nós somos cafeicultores, somos nascidos no café, foi investindo em café. A chácara já tá quase toda formada em café. Então a hortaliça é sobrevivência, o café é, vamos dizer, a poupança, a segurança. Entendeu? Porque é um produto mais seguro, né? (...) Eu me mantendo tudo com a hortaliça (Augustinho Ferrari).

Em muitas unidades familiares do distrito, as hortaliças passaram a responder pelo consumo cotidiano da família e, até mesmo, em alguns casos, pela realização de despesas habituais à manutenção da propriedade, liberando o capital decorrente da comercialização de café para o reinvestimento e ampliação da produção, seja através da aquisição de implementos ou de novas áreas.

A associação entre produção de café e produção de hortaliças parece revestir-se de profunda complexidade, e não será investigada por nós em todos os seus pormenores. A relevância ou função desempenhada por cada um dos cultivos na unidade de produção familiar parece variar para atender a demandas diversas, como aquelas relativas à instalação ou renovação da lavoura de café – quando a produção de hortaliças adquire maior importância –, ao ciclo de vida das famílias, suas condições econômicas etc., cumprindo-nos esboçar algumas linhas gerais que permitirão a compreensão dos arranjos implementados pelas famílias analisadas na segunda parte do trabalho.

* * * * *

Quanto à organização e divisão do trabalho familiar, no caso dos *paranaenses*, pareceu-nos competir prioritariamente ao produtor, chefe de família, o controle das atividades a serem realizadas ao longo do ano agrícola.

Neste sentido, questionado quanto ao papel desempenhado pelo *produtor* na organização da unidade de produção, afirmou-nos o pequeno produtor Gerson Baraca:

Depende, depende da educação, da onde que veio, né? Por exemplo, assim, a parte do povo assim que tem uma descendência de europeu, quase todos eles passaram por São Paulo, então... eles têm assim um sistema que é em comum, mas o marido tem uma certa, um pouco mais de responsabilidade sobre essas coisas, né? (...) As mulher, digamos assim, elas entra junto, mas respeita um pouco, um grau a mais, assim, pra eles decidir. Junto, mas a última palavra é deles.

Nas propriedades em que realizamos o trabalho de pesquisa, via de regra, efetivamente recai sobre o homem, o *produtor*, a autoridade sobre a produção.

Procurando justificar o acima exposto, quanto à necessidade de concentração da autoridade sobre a produção em mãos do produtor, o mesmo Gerson Baraca afirma, pouco depois:

É porque sempre, por exemplo, pra comprar, pra vender, sempre vai o marido só, né? Então ele tá mais por dentro, ele tem... ele tá mais atualizado com o comércio, né, com a realidade do comércio, compra e venda, e ganho e perca, essas coisas. (...) É que eu acho que, vamos supor, não todo, mas uma grande maioria das mulheres ela pensa mais na parte da presença, da visualidade, da... por exemplo, assim, viver mais o dia, né, o momento. E o marido sempre pensa mais na, na... no dia de amanhã, né? Ele quer ter um pouco de segurança no que acontece amanhã... se ele tiver um certo ganho naquele ano, ele não quer gastar, não deve gastar tudo, porque ele tem certeza que não é todo ano que sai bão, né? Então ele tem que ter uma parte de... guardar uma parte pra... na hora do difícil, né? Tem que ter essa preocupação tanto para com os filhos, como com a casa, com

as coisa tudo, né?... com a família toda. Ele precisa ter essa segurança, né, porque ele tem que ver o dia de... comparar o dia de ontem, o dia de hoje, e uma segurança pro dia de amanhã.

Como já destacamos, contudo, o trabalho nestas unidades de produção é de base familiar, envolvendo mulheres, filhos e, ocasionalmente, outros membros da família.

Observando a manifestação da autoridade masculina, na figura do *produtor*, naquelas unidades de produção em que realizamos o trabalho de pesquisa, vimo-nos inspirados, mais uma vez, pela literatura especializada na análise da organização interna das unidades de produção camponesas – como Heredia (ob. cit.) e Garcia (ob. cit.) –, a perquirir a forma pela qual se realiza a distribuição do trabalho entre os demais membros da família.

Com algumas variações, que observamos ao longo do trabalho de campo, mulheres e filhos frequentemente trabalham, sob a tutela do *produtor*, auxiliando-o na manutenção da propriedade.

A forma pela qual a mão de obra familiar é articulada, nas unidades de produção das famílias *paranaenses*, obedece a diversos critérios, como o momento do ciclo de vida de cada um dos membros, ou mesmo o “ciclo de vida” da unidade de produção. Como nos disse o médio produtor Josemar Piccolo, salientando a importância do trabalho de toda a família por ocasião do deslocamento para o cerrado mineiro, quando a própria unidade de produção ainda não havia encontrado sua “viabilidade econômica”:

Quando eu cheguei aqui, nós chegamos aqui, eu falei ‘a gente tem que ganhar dinheiro!’, porque eu tinha esse cafezinho plantado, tava sem dinheiro, eu tinha que ganhar dinheiro pra tudo, pra fazer mercado, pra tudo, né?... e o café ia demorar, né, dois anos... então nós começamos a trabalhar por dia. Ia todo mundo: eu, a Aparecida, os meninos ia pra escola depois ia nas horta, né, ia todo mundo, vamos

ganhar dinheiro! O Julio já estudava à noite na época... E vamos todo mundo trabalhar.

Uma análise aprofundada de todos estes mecanismos de envolvimento dos membros da família com a unidade de produção foge ao escopo do presente estudo; a identificação de seus aspectos gerais, contudo, mostrou-se fundamental à compreensão dos critérios mobilizados pelas famílias em suas relações.

Questionados acerca do envolvimento das mulheres com o trabalho na unidade de produção, afirmaram Gerson Baraca e Josemar Piccolo, respectivamente:

O marido sempre procura fazer o mais difícil, o mais pesado, o mais... né? Porque, elas também tem a parte, é... a casa, também, pra cuidar, né, então, se trabalhar junto então, o que sobra, o tempo que sobra, ajuda. Quero dizer assim, a mulher faz a parte da casa, o que sobra então ela ajuda na... Principalmente no tempo da colheita, entendeu? (...) Hoje, hoje pra mulher sobra muito pouco, porque quase não se tem mais serviço braçal no café, né? É só ou maquinário ou herbicida, né? Então quase não sobra mais nada. (...) (Antes) não existia herbicida, essas coisas era tudo no braço, tudo manual, então aí o marido não dava conta de tudo.

(O trabalho da mulher) É mais por necessidade mesmo. Antigamente, a minha mãe, a mãe dela, trabalhava na roça igual o marido mesmo. Mas não é por vontade, é por necessidade mesmo! Então hoje, que nem no nosso caso aqui, você não tá tendo essa necessidade mais, né? Então, a Aparecida (esposa) trabalha ainda, né, mas é quando tá colhendo verdura, coisa que a gente não pode ficar lá o dia inteiro junto das pessoas, ela vai lá, né, pra acompanhar... ela ainda vai. Mas, que nem a Natália (filha), não tem necessidade dela ir, dela trabalhar... ela tá estudando, né, se dedica mais

no estudo, né?... Nem tempo ela tem pra ir pra lavoura, e também não tem necessidade da mão-de-obra dela, né?

O trabalho da mulher na lavoura, destarte, seja esposa ou filha, apesar de referido positivamente, parece estar associado a uma situação de necessidade, sendo desejável que as mesmas dediquem-se tão somente aos afazeres domésticos e, no caso das filhas mulheres, também aos estudos, quando possível.

Chegamos a observar pelo menos um caso em que uma esposa de *paranaense* teria deixado a propriedade familiar para realizar colheita de café em uma propriedade vizinha. Questionado sobre a frequência com que mulheres do distrito, esposas de produtores, estariam se dedicando a atividades produtivas destinadas a obtenção de remuneração, considerou o grande produtor Cícero Amarante:

Cícero: Difícilmente ela sai. Se é produtor, é difícil ela sair. Invoca de plantar horta, fazer uma coisa, criar porco, criar galinha, mas ela não sai, mulher de produtor é difícil sair pra fora. Trabalha na propriedade (...) A bem da família, né? Da família...

Pesquisador: É muito difícil também, por exemplo, ela trabalhar na propriedade pra tentar conseguir uma renda própria?

Cícero: Ah, sim, muito raro! Algumas que toca um pedacinho de roça pra elas, tem um cadiño de café que é delas, essa coisa, mas é muito pouco... (...) Porque gosta, e o marido concorda, né? Não tem nada não...

Em geral, portanto, o trabalho da mulher tem lugar, tão somente, na própria unidade de produção familiar. Além disso, nas unidades de produção que contemplam a associação entre café e hortaliças, o trabalho da mulher parece se dar principalmente nesta lavoura (hortaliças), considerada mais adequada à sua condição feminina. Neste sentido,

afirmou Josemar Piccolo, quando questionado a respeito do esquema posto em operação pela família, por ocasião de sua chegada ao distrito, quando todos “trabalharam para fora”:

Eu e ele (Julio, o filho mais velho), no café, e eles (a mulher, Aparecida, e os filhos mais novos, Leandro e Natália) na horta, né? Aí eu falei: ‘Mas caramba, se todo mundo planta horta, pra gente ainda estar sobrevivendo trabalhando por dia, não, também vou plantar, né?’.

A observação do funcionamento de algumas unidades de produção no distrito deu-nos indicações de que a divisão do trabalho familiar poderia estar sendo orientada, justamente, pelo papel respectivo desempenhado por cada um dos cultivos – café e hortaliças – na manutenção da propriedade. Assim, na hipótese da mulher encontrar-se envolvida no processo produtivo, isto se daria preferencialmente através da lavoura de hortaliças, de menor importância relativa para a unidade de produção; em não havendo esta lavoura, sua participação seria efetivada em atividades consideradas como “de menor complexidade”, na própria lavoura de café.

O trabalho dos filhos homens, por sua vez, seria igualmente visto de forma positiva, e sempre desejável, na medida em que se prestaria à transmissão dos valores através dos quais aqueles poderão tornar-se, no futuro, *produtores*, assumindo a condição de seus pais.

Quanto à relevância do envolvimento dos filhos no processo produtivo, afirmaram-nos Josemar Piccolo e Gerson Baraca, respectivamente:

O que eles aprenderam fazer? Trabalhar no que eu faço. Café, hortaliça, gado... o Julio, que é o mais velho, ele ajudou trabalhar com gado, ele já tava entendendo bem... Enfim. E eles aprenderam fazer e se interessaram por isso daí. Eu até queria que eles continuassem estudando, fizessem um curso, uma coisa. Aí eles falou: ‘Mas pai, a gente vai estudar e vai ter que trabalhar de empregado, e se a gente continuar aqui,

eu acho que ainda é... A gente passou a gostar do que a gente faz. (...) Eu acho que é melhor pra mim, né?". Então por isso que eu tenho que ver o lado deles também. Eu quero dar a chance pra eles, pra eles continuar, já que eles se disporam a continuar, no dia em que eu estiver parando, eles vão continuar. (...) Infelizmente, tem muita gente que não faz isso. (...) E eu acho que enquanto tiver alguém na geração que se interesse, a gente tem que incentivar, pra eles continuarem, aperfeiçoar cada vez mais.

Nós teve seis filhos, quatro mulher e dois homem. Na época que os meus filhos era pequeno, o sistema do trabalho era desse jeito ainda, tendo 10 anos, 12 anos, já ajudava... não no pesado, o que ele podia fazer, um servicinho leve, uma coisinha que ele era capaz de fazer aquilo e não prejudicava, né, então eles ajudava... ia na escola e depois ia ajudar. (...) Por exemplo, assim, carpir... sabe o que é carpir?... Então, se fosse um servicinho leve, que é um matinho leve, então eles podia ajudar. Eles ajudava. Fazia o que podia fazer. Agora quando era um serviço mais pesado, uma carpa, um mato maior, assim, que eles não aguentava, eles fazia outro servicinho... porque a lavoura tem muito serviço, né? Muitos tipo de serviço. Tem serviço mais pesado, mais leve, serviço mais de capacidade, outros menos de capacidade, então, tem serviço pra todo mundo! Então era nessa parte, cada um fazia aquilo que podia.

A maior parte dos produtores entrevistados fez questão de ressaltar a importância do estudo dos filhos, homens ou mulheres, deixando claro, contudo, a imprescindibilidade de uma “iniciação” ao trabalho na lavoura desde tenra idade – entre 8 e 10 anos de idade, em geral –, no caso dos filhos homens.

Como no trabalho das esposas, a “iniciação” dos filhos se daria a partir de atividades referidas como “acessíveis”, no caso, à sua condição infantil – como “carpir o mato”, ou seja, limpar as ruas de café com

enxadas; em verdade, são atividades necessárias, mas também referidas como “de menor complexidade” e importância relativa para a produção de café. Também como na hipótese das esposas, em havendo lavoura de hortaliças, esta parece desempenhar papel relevante na divisão do trabalho familiar, sendo frequentemente destinada ao processo de aprendizagem dos meninos.

Sobre a divisão do trabalho na propriedade, esclareceu Josemar Piccolo:

Divisão de tarefas? Não, assim não tem específico não. Até porque, no nosso caso, a gente trabalha com muita hortaliça, né, então é aquele que estiver mais desocupado, ele vai fazer. (...) Não necessariamente, mas é mais ou menos assim: o Julio (filho mais velho), ele fica mais em pulverização; o Leandro (filho do meio), na irrigação; e quando vai pro Ceasa, que vai vender, eu fico mais, mais pra vender. (...) Quando a gente vai pro Ceasa, no Ceasa a gente faz freguesia lá, né, tem os freguês; então se cada dia vai um, fica assim meio perdido, né? Então a gente vai sempre, procura ir sempre aquele mesmo, né, até pra manter os freguês, facilita também.

O produtor alega, destarte, que a distribuição de tarefas obedece à necessidade de controle sobre cada uma das atividades, afirmando que a não delimitação de tarefas específicas para cada um dos componentes poderia ocasionar uma desorganização do trabalho. Qualquer mudança na distribuição das tarefas pode ocorrer, eventualmente, por uma impossibilidade por parte de qualquer um dos filhos em atender à demanda. Mereceu nossa atenção, contudo, o fato desta distribuição de tarefas conferir, justamente a ele, produtor, o papel de realização da comercialização do produto – atividade que não nos pareceu passível de transferência aos outros membros da família.

Em suma, portanto, o envolvimento da família no processo produtivo parece ser orientado (ou controlado) pelo próprio produtor.

Para mulheres e filhas, o envolvimento na lavoura de café não é, *a priori*, desejável – excetuando-se a hipótese em que isto se mostre necessário à manutenção da unidade de produção. Em outras lavouras existentes na propriedade, contudo – como a lavoura de hortaliças –, seu envolvimento é mais comum, sendo frequente na região que o produtor inclusive se permita excluir da administração da lavoura de hortaliças, autorizando que a mulher e/ou a filha o façam, “a bem da família” – considerando-se que a remuneração obtida com as hortaliças é, como já destacamos, destinada às despesas cotidianas da família, como alimentação.

O trabalho dos filhos homens, por sua vez, é sempre desejável, objetivando a sua gradual incorporação à unidade de produção – especialmente à lavoura de café, principal elemento desta unidade. A iniciação dos filhos também se dá, frequentemente, através do plantio de hortaliças. Ao contrário de mulheres e filhas, no entanto, seu envolvimento com a lavoura de café ocorre tão logo o mesmo demonstre capacidade física e intelectual suficiente para tanto.

Ainda quanto ao envolvimento dos filhos homens no processo produtivo, merece atenção o fato de que, se as atividades desempenhadas pelos filhos menores são realizadas, em geral, em companhia do produtor, o ideal é que os filhos passem a, gradualmente, realizar atividades diversas de forma autônoma, sem a supervisão, mas sob a gestão daquele.

O desenvolvimento deste processo de aquisição de autonomia também parece atender a uma série de variáveis. Observamos, contudo, em geral, que os filhos homens são gradualmente “envolvidos” no processo produtivo até adquirirem, em dado momento, a possibilidade de “dialogar” com os pais – sem substituí-los – na tomada das principais decisões.

Como nos disse a respeito Gerson Baraca:

Por exemplo, pra mim hoje mesmo, eu tenho um filho, que é o Paulo, que sempre tá junto comigo nos serviço agora ultimamente... dos homem é o mais velho. Então eu tô passando pra ele os conhecimentos que eu fazia anterior, eu tô

passando pra ele pra que... não que eu tô afastando do cargo, mas passando pra ele pra ver se ele tem conhecimento mais cedo, mas... (...) Porque a lavoura do café ela exige muito de dedicação, a hora certa dos insumos, das coisas, tudo certinho, senão dá prejuízo... então, tem que passar pra ele... eu tô junto, mas eu passo pra eles ter determinação também.

Esta aquisição de “autonomia” parece integrar o processo de reprodução social das famílias – que não investigamos –, para o que seria imprescindível a transmissão da própria qualidade de *produtor*, além da possibilidade material de exercício da atividade (ou seja, a transmissão da parcela de terras),³⁴ como afirmou o pequeno produtor Josemar Piccolo, justificando os planos de aquisição de novas parcelas:

Eu penso mais neles (filhos), né? Porque se eu não aumentar, vai chegar uma hora que, né, eles casam, que nem eles estão pensando em casar, estão namorando, uma hora vai casar e vai trabalhar de empregado pros outros, porque se ficar todo mundo aqui não vai ter espaço, né? Então eu penso que aí eles vão ter espaço pra trabalhar, né, pra não precisar trabalhar de empregado, né? Trabalhando de empregado, assalariado, até eles conseguir alguma coisa na vida demora, né? (...) Pra mim viver aqui eu estaria tranquilo. Se fosse, no caso, eu, a Aparecida (esposa), a minha menina... a gente ficava tranquilo aqui. Que nem, um vai casar o ano que vem. Tá planejando casar. Ele vai morar lá (na última parcela adquirida), lá tem casa... Eu vou arrumar a casa, ele vai morar lá. Já não... o dia que o outro for casar, a gente vai pensar também num lugar pra ele (Josemar Piccolo, médio produtor).

³⁴ Em não sendo o objeto do presente estudo, a reprodução social foi percebida tão somente em seus elementos gerais, para viabilizar a compreensão do funcionamento das unidades familiares estudadas.

Como um arranjo que contempla as necessidades/possibilidades de realização deste modelo de transmissão, observamos, em grande parte das propriedades do distrito, pais e filhos trabalhando juntos em um conjunto de propriedades possuídas pela família, mesmo após o casamento dos filhos, quando estes passam a compor novas unidades domésticas com as respectivas esposas; neste sentido, o fato de ainda exercerem a atividade econômica em sociedade com os pais parece não interferir na condição de independência fundamental ao casamento.

Em verdade, segundo observamos, a culminância do processo de aquisição de autonomia não significa o rompimento com a unidade de produção paterna, mas tão somente com a unidade doméstica; uma série de justificativas pode ser indicada para a manutenção deste tipo de “sociedades” entre pais e filhos, dentre as quais nos pareceram mais relevantes o fato destes produtores possuírem extensões de terra que, divididas entre todos os filhos, reduziriam a viabilidade de todas as frações respectivas, podendo impor a saída de um ou mais deles da atividade agrícola; assim, o próprio regime de aquisição de novas propriedades – que passam a ser escrituradas em nome dos filhos, enquanto estes trabalharem com os pais – parece fomentar a ampliação da unidade de produção com respeito à relação de “sociedade” estabelecida entre pais e filhos, tornando viável a separação apenas quando ele próprio, o pai, deixe a atividade.

A permanência do vínculo entre pais e filhos na “sociedade” que recai sobre a unidade de produção é garantida pelo próprio modelo de transmissão das propriedades, como ressaltou o pequeno produtor José Belo:

É porque o filho vê o pai comprando, né? Porque o filho olha pro pai e vê o pai comprando terra, vê o pai comprando carro, né? ‘Bom, o pai tá investindo, o que nós tá ganhando o pai tá investindo pra nós, né?’ Porque tudo o que cê compra, tudo o que um pai compra isso aí ele tá fazendo pra família, né? Agora, se o pai pega o dinheiro e gasta à toa... às vezes o pai ganha R\$1.000,00 e gasta tudo numa noitada lá, pra quê que o filho vai ajudar um pai desse?

O alto valor da terra, da lavoura formada de café e também dos implementos parece atuar como uma barreira a qualquer interesse imediato na dissolução dessas sociedades, impondo aos filhos a submissão ao regime pelo qual mantêm uma autonomia relativa em relação ao pai, até que este se retire inteiramente da unidade de produção, como única forma de se manterem “viáveis” economicamente.

A produção de hortaliças, quando presente, parece atuar como mais uma forma de cristalização deste modelo, permitindo que os filhos casados obtenham o necessário ao consumo cotidiano de suas unidades domésticas a partir destas, enquanto a receita oriunda da lavoura de café permanece sob o controle paterno, sendo dividida com a participação deste e reinvestida na unidade de produção, em geral.

Assim, a configuração da unidade de produção – em sociedades que envolvem pais e filhos, mesmo os filhos casados – modifica-se, via de regra, tão somente quando o pai deixa a sociedade, o que se dá quando o pai não mais possui meios de trabalhar na lavoura, em razão da idade ou problema de saúde, oportunidade em que os filhos assumem a gerência da propriedade, mantendo a sociedade entre si e passando a pagar “renda” ao genitor.

Mantendo-se a sociedade entre os irmãos, sua dissolução somente deverá ser imposta quando os filhos e sobrinhos destes irmãos passarem a integrá-la, ou seja, quando atingirem a idade de participação na atividade produtiva; neste caso, havendo uma relevante desigualdade no número de filhos que cada irmão “fornece” para a unidade de produção mantida em sociedade – ou seja, uma desigualdade na “quantidade” de mão de obra familiar investida por irmão na sociedade, impõe-se a dissolução da sociedade entre os irmãos.

Conforme nos foi apontado em mais de uma oportunidade por diversos produtores, as atividades realizadas pela família não são diretamente remuneradas. Assim, o emprego desigual da mão de obra dos filhos e sobrinhos em uma sociedade de irmãos poderia suscitar conflitos de ordem redistributiva, já que a divisão dos frutos do trabalho seria feita “por irmão”, sem considerar a quantidade de trabalho empregada por cada um deles – e filhos respectivos – em benefício de toda a unidade de produção.

Pela observação das diversas estratégias através das quais os *paranaenses* do distrito procuram dotar os filhos homens da possibilidade de manterem-se na condição de *produtores*, parece-nos possível afirmar a existência de um modelo de transmissão hereditária vinculado ao trabalho, ou seja, ao envolvimento dos filhos no processo produtivo, conforme as possibilidades materiais do produtor.³⁵

Genaro Fratelli: Eu comprei uma área tempo atrás agora que é no nome dos meus menino, né, dos meus filho; contando a área deles e a nossa, pode punha junto, né, já vai dar... dá uns 47 hectares, mais ou menos, tudo em café. A área minha. (...)

Pesquisador: Isso tem sido comum aqui entre os pais, o pai comprar uma área nova, já deixar em nome dos filhos?...

Genaro: É, aqui já, os meus irmãos, eles tão fazendo também assim, né? Então a área que nós trouxemos de lá, eu comprei, tá no meu nome ainda, a área que eu vendi lá e comprei aqui; aí depois eu comprei duas áreas e passei no nome deles.

Aparentemente, por este modelo, a herança se vai transmitindo ao longo da vida, principalmente pela aquisição de novas parcelas de terra, escrituradas em nome dos filhos, em “troca” do trabalho empenhado por cada um deles na manutenção da unidade de produção familiar. Sobre este tema, questionamos:

Pesquisador: Vamos supor que esse filho do senhor (o mais novo) não tivesse se tornado independente ainda, que ele

35 Afirmação que também fazemos sob inspiração dos trabalhos de Heredia (ob. cit.) e Garcia (ob. cit.). Para a discussão do tema, ressaltamos os trabalhos de Bohannan (1967), Thomaz e Snaniecki (1974), Moura (1978), Segalen (1980) e Bourdieu (2004).

estivesse aqui; e o senhor atingisse uma certa idade, e resolvesse parar com o trabalho na lavoura. A tendência era que o mais velho assumisse, ou o mais novo?

Gerson Baraca: Se eu parasse? Aí vai depender muito... vamos supor... esse mais novo, ele quase não trabalhou comigo. Ele quase nunca trabalhou comigo. Então ele ia sempre na escola, e quando era mais novo tinha um problema de saúde, então a gente poupava ele, porque, né, até recuperar... ele tá recuperado, acabou o tratamento, tem uma vida normal. Então ele quase não trabalhou comigo. Quando eu pedi pra trabalhar junto igual ao outro, ele não quis... ele não quis. Então, se acaso eu for repartir, vou repartir de acordo com o que trabalhou.

Pesquisador: A tendência então era que esse que trabalhou assumisse a responsabilidade...

Gerson Baraca: Isto, exatamente. (...) Esse aqui, vamos supor, que vai assumir o lugar. (...) De acordo com a remuneração, pelo que ele fez.

Por fim, e ainda de acordo com este mecanismo, as filhas mulheres não participariam da herança de seus pais, justamente por não trabalharem na lavoura e, com o casamento, tornarem-se totalmente independentes das unidades de produção de origem, passando a compor novas unidades de produção com os maridos.

Pesquisador: O ideal é o produtor estar progredindo, porque os filhos vão casar, e é interessante que o pai dê uma ajuda...

Gerson Baraca: Isso. Dar um começo pra eles...

Pesquisador: Isso é principalmente com os filhos homens, né, no caso da filha mulher é outro sistema...

Gerson: Justamente. Já é um pouco diferente, porque geralmente o homem que ela casa já tem a parte do marido dela, né? (...)

Como vimos, portanto, as unidades de produção *paranaenses* organizam-se, em geral, a partir de uma complexa articulação entre café e hortaliças. Ainda que o café seja sempre o produto principal, as hortaliças têm desempenhado papel essencial nas unidades de produção, respondendo pela iniciação dos filhos homens na atividade produtiva, pela manutenção das sociedades entre pais e filhos e pelo consumo cotidiano das unidades domésticas “filiais” vinculadas à unidade de produção familiar, com a consequente liberação do capital obtido com o café para a aquisição de novas áreas, escrituradas em nome dos filhos. Em suma, as hortaliças têm viabilizado um modelo de organização do trabalho familiar que atua significativamente, em muitas unidades de produção do distrito, na manutenção dos filhos na atividade agrícola.

Contudo, como veremos, há uma profunda diversidade entre as famílias *paranaenses*, em torno do aproveitamento das ruas de café para o plantio de hortaliças, e mesmo quanto às práticas acima esboçadas, cumprindo-nos tal investigação.

PARTE II | Algumas famílias paranaenses e suas relações sociais

As famílias *paranaenses* não formam um “todo homogêneo”, como poderíamos supor a partir de um contato superficial com sua realidade; se possuem, por um lado, uma série de elementos comuns, como os que destacamos até agora, também possuem marcantes diferenças sociais e distâncias entre si, que exteriorizam não apenas nas próprias práticas do cotidiano, mas em seus discursos, quando instados a posicionar-se frente a outros de seus “pares”.

Nesta segunda parte, pretendemos nos valer da “base” de aspectos gerais que desenhamos a respeito da realidade social do distrito e de suas famílias *paranaenses* para, enfim, nos aprofundarmos na análise das relações sociais estabelecidas por elas, entre si e com determinadas famílias *mineiras*, pelas quais é conformada a comunidade.

Como já destacamos, entre os produtores de café do distrito de Corrutelinha com os quais estabelecemos nossas relações pudemos observar inúmeras diferenças, especialmente quanto à própria detenção de recursos materiais, dos quais a extensão de suas lavouras colocou-se como uma das mais evidentes expressões, chegando a variar entre três e 200 hectares. Em consequência disso, arranjos produtivos diversos podem ser observados nas unidades de produção do distrito, em atenção a variáveis como a associação ou não entre cultivos, as formas de envolvimento da família no processo produtivo etc.

As relações sociais estabelecidas entre as diversas famílias do distrito, que poderiam ser tomadas como simples manifestação dessa desigualdade econômica, pareceram não corresponder a tal determinação; foi possível, ao longo da pesquisa, observar o estabelecimento de determinadas relações entre famílias que *a priori* estariam afastadas, se suas relações estivessem orientadas apenas pela detenção de recursos.

Nesta segunda parte, pretendemos partir da análise de determinadas famílias *paranaenses* para pôr em evidência a heterogeneidade que estas famílias conservam em diversos aspectos, destacando as diferentes relações que estabelecem entre si e com as famílias *mineiras* – o que fazem obedecendo a determinados critérios marcados, justamente, pelas relações estabelecidas no seio da família, na implementação das mencionadas estratégias de produção.

As quatro famílias que compõem esta segunda parte não o fazem aleatoriamente. Cada uma delas foi selecionada por possuir um conjunto específico de características que as tornam “exemplares” diante das demais.

Entretanto, mais do que tomá-las de antemão como representativas de quaisquer outras famílias existentes no distrito, interessa-nos, justamente, cotejar as características que lhes conferem sua especificidade frente às demais, para compreender os critérios que presidem às suas similitudes e disparidades e, consequentemente, orientam as relações que cada uma estabelece.

Ernesto e Margarida Gutierrez, que compõem a primeira família a ser estudada, são tidos como os maiores produtores de café do distrito – sua unidade de produção possui mais de 200 hectares – e os únicos com propriedade *certificada* que, consequentemente, é exclusivamente voltada à produção de café; são detentores de amplas relações e prestígio fora dali – como na Associação dos Cafeicultores de Araguari ou na Cooperativa de Produção dos Cafeicultores do Cerrado de Araguari –, mas praticamente não possuem relações no distrito, nem mesmo com outras famílias *paranaenses*.

Cícero Amarante, a seu turno, foi apontado por Margarida como o seu oposto, acerca do processo de produção certificado de café; também é tido no distrito como *grande produtor* – possui aproximadamente 100 hectares – mas, ao contrário dos acima mencionados, é detentor de amplas relações no distrito – a despeito de ser baiano, e não paranaense de origem. Desenvolve a atividade produtiva acompanhado por dois filhos, tendo no distrito um terceiro filho que já possui sua própria unidade de produção.

A família Fratelli despertou-nos interesse desde a Fenicafé, quando visualizamos as fotografias de vários parentes no *stand* de uma revenda de insumos. Desde logo, puderam ser identificados como uma numerosa família, que desenvolve com êxito a associação entre produção de café e hortaliças em sociedades estabelecidas entre irmãos e/ou pais e filhos, nas unidades de produção correspondentes, sendo apontados como detentores de amplo prestígio nas relações locais, principalmente por seu papel de destaque na economia e na realização das atividades religiosas do distrito.

Sobre estes últimos, destaque-se ainda o fato de viverem numa *colônia*, ao mesmo tempo isolada e integrada ao *patrimônio*, o que lhes confere especificidade frente a outros produtores acerca de suas relações sociais.

José Belo, com quem também estabelecemos contato na Fenicafé, é um dos pequenos proprietários de *chácaras* da comunidade do Rio Novo. Além de ser um dos menores produtores com quem nos relacionamos – sua propriedade possui 3,19 hectares de área – este produtor mostrou-se-nos como aquele com maiores dificuldades à manutenção da própria unidade de produção – mantendo-se alheio, inclusive, à produção de hortaliças, para que o filho o faça em parcela arrendada de um *mineiro*, por razões que analisaremos a seguir.

Em suma, tais famílias foram selecionadas porque se mostraram detentoras de caracteres específicos, que as aproximam e distanciam na comparação entre si e, ainda, nas relações sociais que têm lugar no distrito; por isso, sua análise colocou-se como fundamental à compreensão do problema que compõe o eixo central do nosso estudo.

Capítulo 3 | ERNESTO E MARGARIDA GUTIERREZ

Ernesto Gutierrez e sua filha, Margarida, são os maiores produtores de café com os quais mantivemos contato no distrito de Corrutelinha. Ali possuem duas propriedades que, somadas, ultrapassam os 200 hectares de área ou 700 mil pés de café plantados.

A propriedade principal, de 108 hectares, ocupa toda a margem oeste do *patrimônio*; sua entrada é guarnevida por um grande portão, que dá passagem ao “terreirão” de secagem de café, à frente, ao portão de acesso à sede, à esquerda, e às casas dos empregados, mais afastadas, à direita. Na sede, espaçosa moradia construída a poucos metros da entrada da propriedade e, consequentemente, da estrada que liga o *patrimônio* à cidade de Araguari, residem Ernesto e sua esposa, Julia.

A segunda propriedade é composta por duas *chácaras* situadas na comunidade do Rio Novo, além de uma terceira parcela de terras, vizinha às anteriores, que somadas atingem 100 hectares.

Ernesto Gutierrez foi o primeiro produtor entrevistado – ainda por ocasião da viagem de reconhecimento – no município de Araguari. Seu “pioneirismo” na cafeicultura nos foi mencionado pelos professores João Cleps Junior e Washington Assunção, da Universidade Federal de Uberlândia, que indicaram a possibilidade de contato por meio da cooperativa de cafeicultores do município, da qual aquele produtor seria um dos fundadores.

Em visita à Cooperativa de Produção dos Cafeicultores do Cerrado de Araguari – Coocacer, fomos encaminhados ao encontro de Margarida Gutierrez, filha de Ernesto e presidente em exercício da entidade – por representação do irmão Maurilio –, que em contato telefônico concordou em nos receber em “sua” propriedade, no distrito de Corrutelinha.

Ernesto Gutierrez nasceu em Taquaritinga, estado de São Paulo, em 1928; seus pais eram imigrantes espanhóis que chegaram ao Brasil em 1914, determinados a incorporar-se à crescente lavoura de café paulista; para tanto, inicialmente instalaram-se em Vargem Grande, deslocando-se para os municípios de Taquaritinga, Doblada (ambos situados na região da Alta Araraquarense) e, por fim, para Tupã (Alta Paulista), onde se estabeleceram.³⁶

O mais novo de quatro irmãos, Ernesto afirma haver plantado o primeiro pé de café aos sete anos de idade; em 1942, aos 14 anos, assumiu o controle da propriedade paterna – adquirida em 1930, com 50 mil pés de café –, por ter o pai perdido a capacidade laborativa, após haver sido picado na mão por uma cobra.

Ernesto Gutierrez chegou a estabelecer propriedade de café no Paraná; contudo, ao contrário dos diversos produtores de café que para ali se deslocaram, com suas famílias, ele o fez mantendo seus domínios no estado de São Paulo e visando exclusivamente à ampliação da área de café plantado, sem deslocar-se; também de maneira diversa ao que verificamos junto à maior parte dos entrevistados – que apontam as sucessivas geadas, que atingiram o norte do Paraná especialmente nos anos 1970, como a principal razão do deslocamento para o cerrado – ao deixar aquele estado, em 1975, Ernesto ainda adquiriu nova propriedade em São Paulo, na região de Mirante do Paranapanema, antes de finalmente transferir-se para o cerrado mineiro.³⁷

A vinda para Araguari ocorreu em 1983, aproximadamente 10 anos após o início do processo de desenvolvimento da cafeicultura no

36 Sobre a relevância da imigração espanhola para a cafeicultura paulista no início do século, notadamente na região da Alta Araraquarense, ver Monbeig (1984:155-163).

37 Estes fatos são aqui destacados porque, além de corroborar a afirmação no sentido de que a categoria *paranaense* é conformada por elementos outros – como um tipo específico de relação com a cultura do café, que já mencionamos – e não a origem, eles se constituem como evidência de que Ernesto Gutierrez já se encontrava economicamente viabilizado antes do deslocamento para o distrito de Corutelinha, o que parece guardar importante relação com os critérios pelos quais este produtor orienta suas relações até a presente data, como veremos a seguir.

cerrado e, segundo Ernesto, foi motivada, principalmente, por interesse do mais velho dentre os filhos homens. Sobre o assunto, afirmou:

Que o meu sonho quando eu era menino é que eu queria ter 100 mil pés de café e 100 vacas. E eu cheguei no Paraíso (distrito de Mirante do Paranapanema) aos 100 mil pés de café, com 60 alqueires de terra, e 300 vaca; então quer dizer que eu já cheguei, praticamente, àquilo que eu desejava. Mas aí o filho se formou, em agronomia, e ele veio ser professor em Ilha Solteira; (...) Uma coisa que não me levava muito ao capricho de Minas é porque eu não via terra de cultura; eu sou criado naquele sistema ‘terra de cultura’; então eu pensava comigo: ‘Mas cerrado? O que é que a gente vai fazer com cerrado?’, a terra é ruim, né? Aí eu fui pro Sul e conheci a terra de cerrado, assim, e terra de cultura, vizinha só divisa duma estradinha assim de terra. Aí eu fui saber por que que aquela terra era diferente; aí me contaram: ‘Não, nós já desmatamo, nós calcareamo várias vezes assim, tal, tal e tal, hoje é terra de cultura que dá milho melhor que qualquer terra que você tenha lá em Mirante’; (...) Esse meu filho que eu comecei a contar pra você, de Ilha Solteira, começou a pensar grande, como se falava muito em café em Minas, e esse Milton Lima daqui, ele era político, era deputado federal, ele foi lá no Paraná, foi em São Paulo, pra trazer gente pra plantar café aqui.

A transferência da família para o distrito de Corrutelinha teria sido, portanto, somente com o retorno do filho Maurilio – o primeiro dentre os filhos homens a concluir sua formação – à unidade de produção familiar, após cursar ensino superior em agronomia e começar “a pensar grande” com a possibilidade de ampliação da área de cultivo por meio da transferência para o cerrado.

No trecho transcrito, Ernesto afirma que, *a priori*, recebia com desconfiança os relatos que lhe davam conta da possibilidade de desenvolvimento da cafeicultura no cerrado; assim, teria sido somente com

a “reincorporação” do filho Maurilio – a esta altura, casado e economicamente independente – à unidade de produção, e após uma viagem ao sul do país e ainda aos vizinhos Argentina e Paraguai, à procura de terras, que aquele produtor convenceu-se da possibilidade de produção de café em terras que não fossem “de cultura”.³⁸

Ernesto Gutierrez foi o único cafeicultor entrevistado a referir-se expressamente à participação do Poder Público em seu processo de estabelecimento no distrito. Não foi possível, contudo, precisar de que forma este “apoio” governamental teria sido dado, já que não houve manifestações posteriores a este respeito. Além de Ernesto, apenas o mineiro Teodorico Santos chegou a mencionar a figura deste mesmo Milton Lima, ex-deputado e ex-prefeito de Araguari, como fomentador do desenvolvimento da cafeicultura no município.³⁹

Por ocasião do deslocamento para o cerrado mineiro, a filha Margarida já se encontrava casada e, no seu caso, totalmente desvinculada da unidade de produção familiar; como afirmou, ao ser questionada quanto ao tempo de envolvimento da família com a cafeicultura:

Veja bem, o papai a vida toda; (...) Eu não tenho nada com isso, me formei em marketing na década de 70, morei em São Paulo, Rio, e só vim pra cá com 40 anos... Eu era executiva de multinacional, meu marido se aposentou, a gente resolveu vir pro interior, sair do Rio de Janeiro, depois de

38 Como afirmamos no capítulo precedente, a manutenção dos filhos casados na unidade de produção é desejável, via de regra, quando esta é suficiente ao trabalho e manutenção das duas unidades domésticas – a paterna e a filial – pelas quais responde. Na hipótese de Ernesto, a reincorporação do filho Maurilio à unidade de produção se deu sobretudo pelo interesse manifestado em retornar à atividade agrícola, impondo a ampliação da unidade de produção paterna através da aquisição de novas áreas no cerrado.

39 Como vimos, via de regra, os contatos pessoais, com familiares e amigos da região de origem foram apontados, de forma absolutamente mais frequente, como a justificativa para o deslocamento. Isto nos leva a crer que a maior parcela de nossos entrevistados chegou ao distrito dispendo de relações previamente estabelecidas, o que não teria se dado com Ernesto Gutierrez.

um assalto e um sequestro, é... e aí, quando a gente veio pra cá eu fui distribuir currículo, queria trabalhar em empresa como eu sempre trabalhei, tanto que eu comprei a passagem de Uberlândia, e aí meu pai e meu irmão: ‘Não, toma que o filho é teu’, me deram uma fazenda de café, ‘você vai aprender!'; que é uma fazenda que vocês passaram por ela ali; (...) Então eu vim pra cá, e eu tinha que aprender sobre café. Até porque nessa época nós já tínhamos comprado uma fazenda em Paracatu, meus irmãos estavam se dedicando muito a Paracatu, tá? Então eu passei a ser, a organizar burocraticamente uma grande bagunça; isso aqui era uma zorra de fazer gosto, tá?

Contando atualmente 54 anos de idade, Margarida Gutierrez chegou a Araguari aproximadamente 10 anos depois de estabelecida a propriedade paterna no município, e após mais de 15 anos de residência na cidade do Rio de Janeiro. Como afirma, ao contrário do irmão, mudou-se sem qualquer pretensão à atividade agrícola – por jamais ter se envolvido diretamente com a lavoura de café, mesmo enquanto ainda dependia economicamente do pai –, tendo sido convencida a assumir a “administração” de uma das “fazendas” de Araguari, pelo pai e pelo irmão Maurilio que, a esta altura, em companhia do irmão mais novo, Marcílio, cuidava então das novas propriedades, maiores, adquiridas em Paracatu, noroeste de Minas Gerais.

Acreditamos que a existência destas propriedades em Paracatu representou a possibilidade de que Margarida fosse também reincorporada à unidade de produção familiar, quando decidiu deixar o Rio de Janeiro, segundo ela, em razão da violência. Aparentemente, neste caso, manifestou-se o interesse paterno de prover à filha os meios necessários a sua manutenção, em Araguari, o que se deu pela concessão da “administração” da menor dentre as duas propriedades existentes no distrito, situada no Rio Novo, possível apenas em razão dos dois filhos homens já se encontrarem à frente das novas propriedades.

A despeito do alegado desinteresse inicial pela atividade agrícola, Margarida é enfática ao ressaltar a condição de atual proprietária das *fazendas* do distrito – inclusive da propriedade principal, onde se encontra a residência paterna –, que lhe teriam sido formalmente transferidas pelo pai após a realização de procedimento análogo, em benefício dos dois filhos homens, das propriedades existentes em Paracatu.⁴⁰

Ressalte-se que mesmo após assumir a administração da primeira propriedade, Margarida jamais se transferiu para o distrito; mora na cidade de Araguari, em apartamento vizinho ao adquirido por Ernesto, mas onde ele, a seu turno, jamais concordou em residir.

* * * * *

Mas eu posso contar como foi o café, porque ela é filha, nasceu depois; mas eu comecei com o café em São Paulo, na região de Dobrada... (Ernesto).

Quer dizer, aqui na verdade é uma mulher rompendo paradigmas de homens, tá?!... (risos) A vida toda! (Margarida).

Desde os primeiros contatos, a relação entre Ernesto e Margarida pareceu estar assentada sobre incontidas divergências, o que observamos, por exemplo, já no primeiro telefonema, quando, ao ser perguntada acerca da propriedade paterna, Margarida posicionou-se como a efetiva proprietária da *fazenda*.

À surpresa inicial, causada pela ênfase aplicada pela interlocutora em tal afirmação, no contato telefônico realizado da sede da Coocacer, somou-se o conjunto de impressões reunidas ainda na primeira visita à propriedade, quando pai e filha interromperam-se, reciprocamente,

40 Como veremos, à transferência da propriedade principal seguiu-se a possibilidade de que Margarida passasse a participar da gestão de toda a unidade de produção, propondo uma série de mudanças que, por fim, foram impostas, com o apoio do irmão Maurilio, como única saída para a grave crise que teria ameaçado de falência aquela unidade, por volta de 2004/2005.

para corrigir manifestações sobre as quais havia qualquer discordância. Ou quando, nesta mesma ocasião, convidados a conhecer a propriedade, pudemos contrastar o orgulho de Ernesto, ao ser fotografado à frente de um pé de café – sendo nisto observado pela filha, do mesmo modo que o era por nós –, ao orgulho de Margarida em nos mostrar a sala de informática, construída praticamente no meio do cafezal, onde os empregados realizam o controle das atividades – quando Ernesto retirou-se indiscretamente, sem sequer ingressar conosco na sala.

Desde logo, observamos que a própria legitimidade em nos receber para falar da propriedade e, em certo sentido, da cafeicultura na região, parece ser objeto de disputa entre ambos.

Neste sentido, a própria trajetória familiar é apresentada, de modo diverso ao apontado por Ernesto, quando é Margarida quem sobre ela se manifesta:

Não, o meu irmão fazia faculdade em Jaboticabal, tinha um professor da área de café muito bom, apaixonado, e meu irmão conseguiu levantar uma documentação, é... sobre clima, é... chuvas, é... todas as informações geográficas de região para café; ele tava buscando onde ele deveria... porque ele ficava meio infeliz com aquele café em Mirante do Paranapanema, porque ali é muito seco, é muito quente, é muito baixo, o terreno é extremamente arenoso... e nós tínhamos café lá; então em Jaboticabal ele começa a estudar onde é que ele acha que poderia ser o futuro do café; (...) E nesse período, ele fez... ele pesquisava muito; ele era assim, ele é meio nerd, sabe?... E ele pesquisou, pesquisou, e um dia ele chamou o papai e disse: ‘Papai, vamos passear numa região que eu acho que tem tudo a ver com café?’, e trouxe o papai a primeira vez pro cerrado.

Em sua fala, Margarida aponta o conhecimento técnico possuído pelo irmão – e não qualquer outro elemento propriamente mediado pela figura paterna – como o fator determinante para o deslocamento da unidade de produção familiar para Araguari. O mesmo se observa

em sentido contrário, quando é Ernesto quem procura legitimar-se, em suas manifestações, valorizando a experiência – e o conhecimento dela decorrente, do qual se julga detentor – em detrimento da técnica, tão presente no discurso de Margarida.

Na disputa entre os discursos de Ernesto e Margarida, pareceu-nos que Margarida considera-se e pretende afirmar-se publicamente como a verdadeira responsável pelo atual ciclo de prosperidade da propriedade, em decorrência das transformações que impôs ao processo produtivo, ao assumir a gestão da unidade de produção, após a crise decorrente da chuva de pedras.

O corolário destas transformações e, consequentemente, da disputa entre pai e filha parece ser a “certificação” da propriedade, para Margarida um objetivo central, materialização de uma relação com a unidade de produção que a coloca em posição diferenciada em relação ao pai e a todos os demais produtores “não certificados”.

3.1 | “A GENTE CRIA TODA UMA CULTURA DIFERENCIADA”: CERTIFICAÇÃO DE PROPRIEDADES E CONFLITOS NO INTERIOR DA FAMÍLIA

A “certificação” da propriedade consiste no atendimento a determinadas normas, de caráter administrativo, ambiental e social, estabelecidas por entidades privadas – organizações não governamentais, via de regra – nacionais e internacionais que exercem a fiscalização e atribuem um *status* diferenciado às propriedades e produtores que atendam às suas exigências.

No caso específico da propriedade de Ernesto e Margarida, a certificação foi obtida junto a mais de uma “certificadora”,⁴¹ dentre as quais destacamos o Sistema Cacer; trata-se de entidade privada, criada e mantida por cafeicultores da própria região, a fim de estabelecer uma diferenciação do café por eles produzido e comercializado, o Café do Cerrado, frente aos demais “cafés do Brasil”. Ao longo da última década, o Sistema Cacer vem atuando no estabelecimento desta diferenciação,

⁴¹ Como as organizações internacionais Rainforest Alliance e UTZ Kapeh.

não apenas pela certificação de propriedades, mas também pela obtenção, junto ao Instituto Nacional da Propriedade Intelectual – INPI, da “denominação de origem” para o café produzido nos 53 municípios da região, componentes do sistema. Em outras palavras, com a obtenção da denominação junto ao INPI, o café produzido nos 53 municípios da região demarcada passou a ser distintamente identificado, frente aos demais cafés do Brasil, pela marca Café do Cerrado, que atesta, além do atendimento aos critérios administrativos, ambientais e sociais previstos pela norma de certificação, a sua produção em área geográfica delimitada: o cerrado mineiro.

Sobre a implantação da certificação em sua propriedade, afirmou Margarida:

Papai é contra a certificação absurdamente! Há três anos atrás, quebrada feito um arroz de terceiro, eu resolvi que nós íamos certificar a fazenda. (...) Eu fui a primeira fazenda a se certificar em Araguari, fiquei dois anos sendo a única, agora tem mais uma ou duas fazendas certificadas... e eu dizia pro papai: ‘Papai, a gente não vende se as coisas não encantarem!'; primeiro você tem que encantar. Eu posso fazer o melhor café do mundo, se ninguém souber que eu faço o melhor café do mundo, o meu café será um café de commodity, igual o de todo mundo! Não é? Não é o marketing da propalacão, não; é você montar a estrutura de maneira que isso seja percebido. Aí foi que a gente começou a ajeitar as coisas e tal, e mulher tem mania de coisa organizada, né? (...) Aí a gente cria toda uma cultura diferenciada.

Margarida (referindo-se à certificação): Então agora nós estamos no momento de operacionalizar e colher frutos...

Ernesto: Mas financeiramente não é muito vantajosa a certificação não... por enquanto...

Margarida: O meu pai tem essa visão, é uma visão que a maioria das pessoas tem, tá? Eu já vejo totalmente diferente; eu não estou nem preocupada se eu vou vender o café com um prêmio ou não; é, o quê que me interessa quando eu certifico a fazenda, o que é que eu descobri com a certificação: eu sou obrigada a anotar cada vez que eu ponho alguma coisa num pé de café; eu sou obrigada a anotar quanto tempo o meu funcionário levou pra fazer aquilo; eu sou obrigada a ter tudo, tanto controle para rastrear o meu café na certificação, que isso cria uma gestão extremamente... racional. Eu diria que hoje eu consigo reduzir o meu custo entre 10% e 15% só na gestão, por saca.

A certificação da propriedade é defendida por Margarida como o símbolo maior de seu modelo de “gestão”, responsável pela recuperação da unidade de produção familiar após a crise, suplantação do “atraso” ainda vigente na maior parte das pequenas propriedades existentes no distrito; por isso mesmo, evidenciou-se durante as entrevistas como o ponto nodal das divergências entre pai e filha, por materializar a lógica de produção “técnica” que Margarida pretende legitimar, em detrimento da lógica paterna, “tradicional”, baseada na experiência.

Sobre os conflitos entre pai e filha – materialização desta disputa entre duas lógicas –, que precederam à implantação da certificação na propriedade, afirmou Margarida:

Nós tivemos um período assim, pós uma chuva de granizo, em 2001, é... nós entramos nesse círculo vicioso, de ser pobre no trato, e quando chegou 2004 pra 2005 eu cheguei pro meu pai e falei: ‘Vamos mudar toda a metodologia ou então nós vamos quebrar!'; nós estávamos entrando no círculo ‘não trato não colho, não colho não trato’, que é uma forma errada, você realmente... você tem que investir em alguma coisa pra superar a crise! (...) E aí a gente começou a mudar essa visão das coisas, é... bater de frente muito vio-

lentamente, a princípio foi um desgaste emocional muito grande, depois não, ele foi assimilando as mudanças, ele foi resistindo menos à mudança, e a gente conseguiu estabelecer algumas coisas que eram mais, vamos dizer assim, mais perto da novidade.

Ainda que o modelo de gestão capitaneado por Margarida tenha se imposto – para o que parece haver ocorrido o agravamento da crise na lavoura de café, entre 2001 e 2004 –, as divergências entre pai e filha continuam a colocar-se até a presente data e, o que é fundamental para os objetivos propostos em nosso trabalho, trazem importantes consequências às relações sociais estabelecidas por um e outro.

Por exemplo, a atribuição da certificação à propriedade depende da comprovação de uma relação adequada entre proprietário e mão de obra – permanente ou eventual –, a ser formalmente estabelecida de acordo com a legislação trabalhista em todos os casos. Os “encargos excessivos” impostos pela legislação à contratação formal de trabalhadores, especialmente *peões*, vêm fomentando, segundo os próprios produtores, a mecanização do trabalho na lavoura de café, o que, na hipótese daqueles que possuem capacidade econômica para a aquisição de *colhedeiras*, envolve até mesmo a etapa de colheita.

Ernesto e Margarida possuem mão de obra contratada em regime permanente. Dos quatro *empregados*, três residem na propriedade principal, em moradias construídas à direita do portão de entrada, e o último é caseiro da propriedade estabelecida às margens da rodovia. São eles os responsáveis pela realização direta e diária das atividades na lavoura. Além destes, a colheita de café da unidade de produção familiar ainda é realizada com recurso à mão de obra contratada – *peões* – a despeito de já existirem colhedeiras na propriedade.

Sobre a contratação de mão de obra para a colheita, Margarida afirmou:

Veja bem: pra minha cabeça, eu tacava colhedeira em tudo, e o café que não cabe na colhedeira a gente poda ele pra

caber; mas eu sou uma pessoa pragmática; o meu pai não, o meu pai se eu bobear ele põe baiano de ponta a ponta, tá, nos 200 hectares de café... ele ama braçal! (...) Talvez ele não lide direto com os problemas... sabe? É uma resistência pela idade, ou é uma resistência porque ele gosta de ser contrário, ou porque efetivamente ele acha que a máquina estraga café, o que não estraga, tá? Eu falo pra ele: ‘Engraçado, só o senhor acha isso, e todos os cafeicultores de sucesso colhem de colhedeira; algo está errado nesse negócio!'; quando você tem 1.000 andando pra um lado, e um ao contrário, quem é que tá errado? Um. Ele tá nadando contra a corrente. Mas ele tem esses conceitos e eu, sinceridade, eu acho que é muito mais de teimosia do que de achar mesmo, tá? (...) Eu acho que a questão dos baianos é uma coisa assim muito, uma forma de marcar posição, estabelecer domínio.

Para Margarida, a solução adequada aos eventuais dissabores com a mão de obra seria a realização de toda a colheita com recurso à mecanização, não contando para tanto com a anuência do pai que, em entrevistas posteriores, reforçou a afirmação de que as colhedeiras ainda devem ser aperfeiçoadas para não comprometer o cafeeiro.

Esta disparidade entre “modos” de realização da colheita não nos pareceu detentora de menor importância. Neste sentido, a manifestação de Margarida evidencia uma relação diferentemente estabelecida entre ela, Ernesto e a atividade agrícola; identificamos que não seria o “braçal”, mas o próprio “pé de café” o objeto de maiores “amores” por Ernesto, frente à Margarida.

No mesmo sentido, destaque-se ainda o que afirmaram os entrevistados, nos trechos abaixo transcritos:

Margarida: O meu pai às vezes... eu falo: ‘Vamos esqueletar⁴² tal talhão?’, e ele fala: ‘Mas tá tão bonito’; quer dizer, eu

42 O “esqueletamento” corresponde a uma poda específica do cafeeiro, destinada à brotação de ramos novos, que somente virão a produzir no ano agrícola seguinte.

tô pensando que, ao longo do tempo, eu preciso acabar com a bienalidade, mas ele olha pra planta e não tem coragem de cortar...

Ernesto: Não, é que eu penso o seguinte: ‘nós tá devendo, e a única maneira de pagar a conta é produzindo café; se cortar ele não vai produzir... vai produzir quando...’

Margarida: Aí eu já digo pra ele: ‘Pai, vamos cortar porque a colheita zera’; quando eu não tenho despesa de colheita, a colheita significa 25% da minha despesa, do meu custo de produção; se eu não tiver 25% do custo, talvez eu ainda consiga pagar a conta, porque uma colheita de café de baixa produção é muito cara.

Enquanto, para Ernesto, importa a produção de tanto café quanto possível – meio adequado ao pagamento da dívida, manutenção da unidade de produção e, consequentemente, do *status de grande produtor* de que dispõe atualmente –, parece fundamental à Margarida, mais do que assegurar uma boa colheita de café, garantir a possibilidade de realização de um determinado “modo” de produção, que lhe garanta – além de uma outra forma de gerir a dívida – a manutenção da *certificação* da propriedade.

Mas eu falo que eu sou danada por... adoro romper um paradigma, então, é... eu já rompi tantos, eu tenho mais uns pela frente; a cada ano eu consigo botar a colhedeira em mais um pedacinho... e vou indo. (...) Café você não pode sonhar com ele, ter uma visão romântica; café é um negócio! Eu falo que a diferença entre eu e meu pai é que eu gosto de dinheiro, meu pai gosta de pé de café – dando dinheiro ou não! (risos) E realmente, pra mim é o seguinte: quanto ele me rende? Ele é viável ou não é viável? Meu pai não! (Margarida)

O “pragmatismo” de Margarida – que interpretamos como valorização de um processo de produção “técnico”, “racional”, “moderno”, claramente orientado pelas imposições da certificação e do mercado⁴³ – encontraria contraste no “romantismo” de Ernesto, que parece valorizar um processo “tradicionalmente” agrícola, orientado para a produção.

Na comparação entre os discursos, em que as oposições entre pai e filha se revelaram como uma disputa pelo estabelecimento de “domínio”, interessou-nos o fato de Margarida – a “mulher”, “moderna”, “administradora” da propriedade – pretender definir-se por uma imagem que seja, em todos os aspectos possíveis, contrária ao “tradicionalismo” ou “atraso” que vincula à imagem do “produtor” Ernesto. Neste sentido, referindo-se a uma discussão que teria tido com outro produtor do distrito – provavelmente Cícero Amarante –, quando este se queixara da falta de informação sobre a cotação de café, por parte de um corretor, Margarida ressaltou:

‘Pois é, seu fulano, mas se o senhor gastasse menos tempo em cima do trator? Porque um tratorista custa R\$600,00, R\$700,00... quanto o senhor perde num erro de venda? De ter perdido o momento? De não estar antenado? Fica menos tempo em cima do trator, paga um tratorista e cuida melhor do seu negócio, da porteira pra fora: é ali que você faz a diferença! Papai fala muito pra mim: você não entende nada de café! Não entendo nada! Entendo pro gasto! Eu falo: ‘Pai, mas agrônomo não é um bicho tão caro!’ (risos) Agora, nem adianta querer que o agrônomo cuide das minhas contas, ele não vai cuidar! (risos) Ou não? Então, o café eu posso deixar por conta do agrônomo, a minha conta não dá!

43 Como mão de obra formalmente contratada, uniformidade de técnicas e etapas de produção – a fim de garantir a rastreabilidade ou acompanhamento remoto dos processos de trabalho empregados – uniformidade de produto final, dentre outros elementos.

Em síntese, acreditamos que as dissensões existentes entre Ernesto e Margarida podem ser compreendidas como um conflito entre duas visões acerca de uma mesma unidade de produção; a primeira, mobilizada por Ernesto, tem na *grande produção* de café o mecanismo da afirmação pública de superioridade; a outra, defendida por Margarida, privilegia o *processo* como um elemento fundamental a esta afirmação – a produção *certificada* como critério distintivo. Em outras palavras, a *certificação* supõe, para Margarida, a possibilidade de afirmar-se publicamente como distinta dos demais produtores do distrito, justamente, o mesmo que a capacidade de produzir um bom café em quantidade elevada, afirmando-se como *grande produtor*, permitiria a Ernesto.

Haveria uma disparidade entre o “lugar” da lavoura na vida de cada um deles; em outras palavras, ainda que ambos sejam produtores de café, o fazem ocupando posições distintas frente à própria unidade de produção; Ernesto, afirmando suas qualidades de *produtor* – ou seja, aquele que possui interesse e envolvimento efetivo com a produção de café, privilegiando claramente a etapa compreendida “da porteira pra dentro” – como a razão que lhe permitiria falar “em nome” da unidade, e Margarida posicionando-se enquanto a efetiva *administradora* da propriedade, justamente pela dedicação que confere à etapa da produção “da porteira pra fora”, considerada por ela como aquela “que faz diferença”, sendo tal característica que lhe dotaria de maior legitimidade para representar a propriedade frente a interlocutores externos, uma propriedade “moderna”, “certificada”, por isso mesmo quase exclusiva no âmbito do distrito e do próprio município.

Como vimos, a gestão da *administradora* Margarida se impôs na disputa interna, a partir da crise.⁴⁴ A oposição do *produtor* Ernesto, contudo, ainda se faz presente, marcando a relação entre pai e filha e caracterizando as relações respectivas que ambos estabelecem externamente, como veremos a seguir.

⁴⁴ Aparentemente, pelas próprias características da produção de café no cerrado, quais sejam, o alto grau de investimento, de aplicação de tecnologia – insumos, maquinário etc. – e, consequentemente, de endividamento, que tendem a tornar mais difícil a gestão de um *produtor* de tipo “tradicional”.

3.2 | ENTRE “CERTIFICADOS” E “ATRASADOS”: AS RELAÇÕES DE ERNESTO E MARGARIDA GUTIERREZ

Como vimos, a relação entre Ernesto e Margarida parece ser presidida por um conflito em torno das respectivas “relações” que ambos estabelecem com a atividade produtiva, cada um deles recorrendo à própria trajetória para afirmar-se, respectivamente, como legítimo *produtor* e *administradora* da propriedade, detentores de caracteres diversos que lhes permitem “falar em nome” da propriedade ou da própria cafeicultura, em certo sentido.

Questionada acerca da relação com a “tecnologia”, tão destacada por ela própria, por parte dos demais produtores de café do distrito, Margarida afirmou-nos:

Araguari não tem uma tradição de incorporação de muita tecnologia não; é... eles usam muito a força da necessidade; por exemplo, o gotejo, embora seja extremamente utilizado em Araguari... não existe uma preocupação com projetos bem feitos; via de regra o produtor monta um gotejo baseado no conhecimento dele, e na informação de algum técnico; (...) Araguari tem característica de ser formada por pequenos produtores, tá? Já fora daqui não, os projetos são muito mais elaborados, as coisas são cientificamente feitas, tá? É, então a gente fala que aqui em Araguari o pessoal diz que faz gotejo, na verdade eles molham café! (risos) Não tem base científica, não tem controle sobre a água que coloca no chão.

Sobre as possíveis razões para tal disparidade, respondeu-nos:

Eu tenho a impressão, na minha opinião, pode ser que eu esteja errada, tem muito a questão cultural; por exemplo, o meu pai, ele veio pra cá já com dois filhos de nível universitário; o meu irmão, inclusive, pós-graduado, tá, o que é agrônomo; eu acho que isso faz uma diferença muito grande em você assimilar novos conceitos, aceitar mudanças em

tecnologia, isso tudo... eu acho que, quem se arraigou ao tradicionalismo não teve muito sucesso. (...) O papai é tradicionalíssimo. Ele não assimila a ideia de maquinário, de tecnologia, ele é contra computador, é... acha uma perda de tempo Educampo, certificação (...) e eu percebo que a maioria dos produtores de Araguari, eles não têm hábito de anotar nem no papel de pão, fica tudo na cabeça deles.

Para Margarida, portanto, os demais cafeicultores do distrito, em geral “pequenos produtores”, orientam-se por um modelo de gestão movido pela “força da necessidade”, com baixa incorporação de “novos conceitos” e “tecnologia”, modelo que não mais caracteriza sua unidade de produção familiar. Para tanto, considera fundamental o retorno à unidade dos filhos de Ernesto, todos de “nível universitário” e detentores de outros padrões “culturais”, impondo uma revisão dos “conceitos” antes empregados pelo pai.

Em nossas entrevistas, Ernesto e Margarida pouco se dedicaram a tratar de temas que “ultrapassassem” os grandes portões da propriedade, contemplando as demais famílias do distrito. Como viemos a observar ao longo do trabalho de campo, especialmente através do contato com os demais produtores, além de não frequentarem a igreja – o principal centro de sociabilidade do *patrimônio*, ao menos para os *paranaenses* – eles estabelecem pouquíssimas relações com as demais famílias, sejam *paranaenses* ou *mineiras*, voltando sua vida cotidiana, no exterior da unidade de produção, para a cidade de Araguari.

Neste sentido, mesmo os eventuais contatos que possuem com outros produtores, como Cícero Amarante – o *grande produtor* de origem baiana, de cujas relações passaremos a nos ocupar no capítulo subsequente – parecem ter lugar exclusivamente na cidade, especialmente na ACA ou Coocacer.

Destaque-se que, ainda por ocasião da primeira entrevista, realizada durante a viagem de reconhecimento, Margarida mencionou a figura de Cícero Amarante e seus filhos como produtores a serem visitados, menos pelas relações porventura existentes, mas principalmente por

considerar a propriedade destes como um contraponto ao seu modelo de produção “certificado”.

Em entrevistas posteriores, observamos que a principal possibilidade de questionarmos Margarida acerca das demais famílias do distrito seria pela colocação em pauta dos temas *associação*, *cooperativa* ou *certificação* – sobre os quais a maior parte das conversas se desenvolveu. Neste diapasão, quando questionada sobre o baixo índice de envolvimento dos demais produtores do distrito com a ACA ou Coocacer, afirmou:

Margarida: É uma coisa que eu não entendo na cabeça das pessoas: historicamente o homem é um bicho comunitário; o homem não sabe viver sozinho! Eu não entendo como um produtor pode achar que ele é uma ilha! Se ele depende de toda uma junção de coisas e pessoas e ações. (...) E é engraçado, que isso acontece só em Araguari, tá? O pessoal de Araguari é muito desunido! A gente é um grupo muito pequeno, que faz parte de associação, que faz parte da cooperativa... e os demais? Na verdade... e o pior de tudo é que eles falam um monte de bobagem, e na verdade eles não conhecem. Eles se beneficiam do trabalho do Café do Cerrado, mas não valorizam o trabalho do Café do Cerrado! Porque é claro que quando a gente vende a imagem ‘Café do Cerrado’, que quando a gente faz todo um esforço em cima da denominação de origem e tal, beneficia a todos, indiretamente a todos; mas isso não é visto. É muito fácil: na Fenicafé, 10% dos frequentadores da Fenicafé são de Araguari; o resto é tudo de fora. (...)

Pesquisador: A falta de envolvimento com a associação, com a cooperativa, não seria uma questão financeira, uma questão de impossibilidade...

Margarida: Não, não, porque o que você contribui com a associação é de acordo com os seus hectares; se você é pequeno, você contribui com pouco, se você é grande você

contribui com muito... é por hectare! A cooperativa independe do tamanho, tem cota de 100 sacos e tem cota de 1.000 sacos; é um pouco de preconceito, eu acho. Pré-conceito, tá, não é preconceito! (risos)”

Interessou-nos perceber a imagem de “isolamento” que Margarida possui em relação aos demais produtores do distrito, referindo-se à escassez de vínculos entre estes e a associação ou a cooperativa, considerando que, no plano das relações no distrito, pudemos observar justamente o contrário, ou seja, a existência de uma ampla rede de relações entre os produtores, da qual não participam, justamente, ela própria e seu pai.

Efetivamente, a maior parte dos produtores que entrevistamos no distrito não guarda qualquer relação com o Sistema Cacer, com associação ou cooperativa. Como veremos ao longo deste trabalho, contudo, apontam uma série de razões para a resistência à vinculação com as respectivas entidades, que vão além de simples preconceito ou desconhecimento.⁴⁵

Como já destacamos, merece atenção o fato de que a maior parte dos produtores do distrito não é certificada; ao contrário do afirmado por Margarida, isso os impediria de obter qualquer benefício direto pela utilização da marca *Café do Cerrado*, visto que, segundo observamos, a certificação da propriedade pelo sistema Cacer seria imprescindível à chamada certificação do produto – ou seja, utilização formal da marca *Café do Cerrado* no mercado.⁴⁶

Em relação à associação, a afirmação de Margarida também contraria a compreensão que firmamos a partir do contato com os demais produtores do distrito; não seria o papel desempenhado pela entidade – de representação política dos cafeicultores – que estaria dissociado dos interesses de *pequenos e médios produtores*, justificando sua ausência

45 Dos produtores entrevistados, apenas Cícero Amarante e seus filhos são associados à ACA e cooperados da Coocacer.

46 Para mais informações, ver página eletrônica do sistema Cacer (www.cafedocerrado.org).

de vinculação, mas a impossibilidade de participar com efetividade das decisões tomadas na entidade – por um obstáculo de ordem econômica, no plano imediato, e de legitimidade material (não formal), no plano mediato.

Aparentemente, há uma compreensão difundida entre os demais produtores do distrito de que, além das dificuldades para o adimplemento com as contribuições exigidas pela Associação, qualquer um dos *pequenos e médios produtores* que optasse pela afiliação careceria da possibilidade de legitimar as suas demandas, justamente porque estas são diversas às demandas dos *grandes produtores* naqueles aspectos que poderiam justificar sua presença na entidade – como a concessão ou ampliação do crédito.

Assim, nas questões de interesse geral, que também dizem respeito às preocupações dos *grandes produtores*, a representação de *pequenos e médios* seria indiretamente realizada por estes; quanto aos temas de interesse específico – como linhas de crédito especificamente voltadas para os *pequenos e médios produtores* – a Associação não é tida como o local privilegiado para o desenvolvimento do pleito, justamente por sua composição majoritária de *grandes produtores* (efetivamente, como afirma Margarida, uma minoria no conjunto de produtores de café do município).

Neste sentido, a própria Associação reconhece que o baixo índice de associação pode ser compreendido em função “da estrutura da cafeicultura local, que na sua maioria é constituída por pequenos agricultores, e cuja mensalidade pode ser considerada onerosa, pelos serviços apresentados”, o que pode ainda justificar a maior adesão observada no município de Patrocínio.⁴⁷

Quanto à participação dos produtores do distrito na Fenicafé, onde, segundo Margarida, estes chegam apenas “às seis horas da tarde, para ganhar brindes e tomar a cerveja dos expositores”, cumpre observar que o acesso ao auditório onde são realizadas as palestras é autorizado

47 Conforme informação obtida no endereço eletrônico da Associação (www.aca.com.br). Sobre Patrocínio, convém lembrar que aquele município é conhecido por abrigar os maiores produtores de café de toda a região.

apenas aos inscritos no evento, que para tanto têm de efetuar o pagamento de taxa que, em 2008, variava entre R\$ 50,00 e R\$ 110,00.

Assim, a opção por fazer-se presente à feira tão somente a partir das 18 horas, mais do que um indicativo de desinteresse pelas palestras – que efetivamente poderiam ser desinteressantes para a maior parte dos presentes, por seu conteúdo excessivamente técnico – colocou-se para nós como um mecanismo de tomar parte no evento, sem ter que realizar a inscrição e, ao mesmo tempo, sem ser imediatamente identificado como um dos que “estão fora da palestra”, o que certamente ocorreria acaso estes produtores optassem por visitar os expositores ao longo do dia.

A despeito de todos estes elementos, e contrariamente ao afirmado por Margarida, contudo, alguns produtores do distrito puderam ser vistos no evento, como Cícero Amarante, grande produtor, ou Josemar Piccolo, médio produtor, participando de diversas palestras.

Por fim, quanto à Coocacer, considerável parcela dos produtores entrevistados no distrito – todos os Fratelli, por exemplo – afirmaram já terem sido cooperados e deixado a entidade amargando prejuízo, pela imposição do rateio, em sacas de café, de um prejuízo causado por transações indevidas, que teriam inclusive propiciado um bloqueio do estoque, por parte da justiça estadual do estado de São Paulo, a pedido de uma empresa lesada.⁴⁸

Contrariando ainda a manifestação de Margarida, merece atenção o profundo interesse despertado nos produtores do distrito pela convocação de uma reunião – da qual também participamos – por parte da Cooxupé – Cooperativa de Cafeicultores de Guaxupé – que abriu escritório, iniciando seu processo de estabelecimento em Araguari, durante o período de realização de nosso trabalho de campo. O caráter diferenciado desta cooperativa frente à Coocacer – ela é tida como mais voltada para o pequeno produtor, o que seus representantes

48 O próprio Cícero Amarante – até hoje um cooperado da Coocacer, e um de seus diretores – arcou com este prejuízo. Aparentemente, este evento teria sido fundamental à decisão de desprover a cooperativa da autorização para comercialização do café estocado. Tornaremos a tratar deste tema no capítulo subsequente.

fizeram questão de ressaltar na palestra que realizaram – e uma série de vantagens oferecidas aos que se associarem e passarem a depositar o café nos seus armazéns parece ter sido capaz de disseminar, entre muitos dos presentes, dentre os quais o já mencionado Josemar Piccolo, o interesse efetivo em se tornarem seus cooperados.

Sobre o baixo interesse dos demais produtores do município, especialmente do distrito de Corrutelinha, em relação à certificação, asseverou Margarida, quando questionada:

(A certificação) É uma ameaça, é uma ameaça; não é uma oportunidade... (...) Cultura. Eles acham que tudo que significa mudança, é complicado; manter as coisas limpas, arrumadas e organizadas é difícil porque o peão é ruim de serviço; na verdade, o ruim de serviço é o dono da fazenda, que a primeira coisa a ser certificada é o dono, é a cabeça do dono, tá? Se não certificar a cabeça do dono, esquece! Não vira! A segunda cabeça a ser certificada é a cabeça do gerente, se houver. Porque certificação independe da propriedade grande ou da pequena, a pequena é muito mais controlável do que a grande, tá? Eu aqui, pra fazer a certificação eu tive que convencer 20 cabeças; se fossem duas seriam mais fáceis, não? Então eu tive que trabalhar 20 cabeças, a do meu pai inclusive!

A resistência dos *pequenos e médios produtores* do distrito à certificação, à associação ou à cooperativa estaria assim, em última instância, assentada sobre base *cultural*, que somente a incorporação das “novas gerações” ao processo produtivo seria capaz de suplantar. Reduzindo a ausência de interesse na certificação ao *atraso*, e afirmando a questão geracional, Margarida não apenas reforça, mais uma vez, a imagem de superioridade frente ao pai, mas, simultaneamente, frente aos demais produtores do distrito.

Por todo o exposto, acreditamos que a mesma oposição que caracteriza as dissensões entre Ernesto e Margarida Gutierrez pode ser observada nas relações que esta última estabelece com os demais pro-

dutores do distrito. Assim, quando contrasta o seu modelo de gestão *certificado*, “moderno”, qualificando os demais como “atrasados”, Margarida mobiliza o mesmo critério de distinção que dedica ao pai, aquele que recorre ao “tradicionalismo” por “pura teimosia”, como forma de estabelecer “domínio”.

Quando, ainda na primeira entrevista que realizamos, por ocasião da viagem de reconhecimento, Margarida referiu-se às figuras de Cícero Amarante e filhos como o seu contraponto a ser observado – produtores capazes de “produzir um ótimo café, em uma propriedade horrível!” –, ela pretendia justamente marcar o quanto, para si, a simples capacidade de produzir um bom café não representa qualquer mérito – mas sim uma consequência da conjunção de condições climáticas favoráveis e dos avanços tecnológicos obtidos pelos *modernos* produtores do cerrado, como o irmão Maurilio, posteriormente difundidos entre os demais; para ela, somente a “gestão” mais ou menos adequada da propriedade pode ser um indicativo da competência do *administrador* respectivo.

* * * * *

Como a filha, Ernesto Gutierrez refere-se apenas, de maneira geral, aos grandes produtores do município, e mesmo de outros municípios do cerrado, como Paracatu, onde os filhos possuem propriedades, ou Unaí, ressaltando as relações que possui, por exemplo, com a família Mânicá, grandes produtores de feijão da região e, atualmente, incumbidos inclusive da administração municipal.⁴⁹

Também como a filha, Ernesto orienta a maior parte de suas relações para a cidade de Araguari, devotando pouca ou nenhuma atenção à vida social no distrito de Corrutelinha. Como já mencionamos, Ernesto deslocou-se para o distrito sem contar com o estabelecimento de quaisquer relações prévias – o que o difere de produtores como os da família Fratelli, por exemplo; some-se a isso a condição de alta capacidade econômica de que dispunha por ocasião de sua chegada, o “baixo desenvolvimento” encontrado na localidade – como ressaltado em uma

49 Antero Mânicá era prefeito municipal de Unaí, noroeste mineiro, por ocasião de realização da pesquisa.

de nossas entrevistas – e teremos a provável conjunção de fatores que influenciaram esta opção por uma sociabilidade voltada para a cidade.

Registre-se, por fim, o fato de Ernesto não frequentar a igreja local – é espírita, segundo Cícero Amarante – e, até hoje, não participar de qualquer um dos eventos de sociabilidade do distrito, pelo menos ao longo de nossa permanência; tudo isto parece importar em grande isolamento, em relação às demais famílias que entrevistamos, sejam *paranaenses* ou *mineiras*.

Sobre as famílias *paranaenses* do distrito, atente-se para o fato de que, quando instado a fazê-lo, Ernesto chega a mencioná-las – provocando inclusive a manifestação de Margarida a respeito –, como destacamos a seguir:

Ernesto: Família que eu conheci, que começaram pouquinho, por exemplo... Os Fratelli. Os Fratelli vieram pra cá com...

Margarida: Com nada.

Ernesto: A bem dizer, nada; hoje eles estão muito bem.

Margarida: É uma família enorme. (...)

Ernesto: Esses Fratelli, eles se equilibraram financeiramente, sem dever, plantando verdura no meio do café.

Pesquisador: Agora, pra um grande produtor como o senhor, não é interessante... ou é?

Margarida: Com certeza, perde a... Porque os Fratelli, eles trabalham muito com mão de obra familiar; então ele planta a hortaliça, e ele que colhe; ele que vai pulverizar o café; já pra uma produção como a nossa, que demanda mão de obra contratada, você começa a encarecer a sua produção, porque

o trator não pode passar, porque a hortaliça tá plantada; aí cê começa a complicar tudo.

Ainda que se considere em posição de destaque frente aos produtores locais, aparentemente Ernesto não se distingue de forma tão marcada, em relação aos mesmos, como Margarida, justamente por assentar os critérios sobre os quais orienta suas relações sociais sobre visões de mundo que são partilhadas por algumas das famílias locais, ao contrário da filha – que o faz a partir de critérios totalmente diversos.

Queremos afirmar, com isso, que os elementos a partir dos quais Ernesto orienta sua distinção frente aos demais produtores do distrito favorecem certa “identidade” entre eles. Afinal, a visão que nutre acerca da atividade agrícola parece ser a mesma do *grande produtor* Cícero Amarante, por exemplo – uma visão caracterizada por uma relação “apaixonada” com a cultura do café, que se revela numa trajetória marcada pela busca da viabilidade econômica através da lavoura; uma visão que, tida como “romantismo” pela filha Margarida, chega a aproxima-lo de alguns *médios produtores*, como os Fratelli.

Referindo-se a estes, por exemplo, no trecho acima destacado, Ernesto manifesta evidente respeito pela conquista de seu “equilíbrio financeiro”, ainda que este êxito – obtido com recurso à lavoura de hortaliças, cultivada nas ruas de café – seja obviamente incomparável ao êxito próprio, de maior monta, atingido exclusivamente através da cafeicultura.⁵⁰

Ainda que, comparado a Margarida, Ernesto conserve maior proximidade em relação aos Fratelli, por exemplo, a menção a estes últimos não nos permite afirmar o reconhecimento de “igualdade”, pelo primeiro, ou o estabelecimento de sólidas relações entre as famílias, mas tão somente que as “imagens” correntes no distrito – como o sucesso

50 Ernesto Gutierrez jamais produziu hortaliças em sua propriedade, e em razão da certificação, que impõe uma série de restrições à aplicação de defensivos, nem poderia fazê-lo, em suas ruas de café. Como já destacamos, contudo, a produção de hortaliças é, frequentemente, um indicativo de necessidade de ordem econômica e, por isso mesmo, inaceitável para Margarida.

dos Fratelli com a lavoura de hortaliças – não lhe são totalmente estranhas e, neste caso, também não são desprezíveis.⁵¹

Quanto a Cícero Amarante, com quem as relações são aparentemente mais frequentes, ainda que também distanciadas, interessou-nos o fato de Ernesto praticamente não haver se referido a este produtor, ao contrário do que ocorreu quando aquele foi entrevistado. Neste diapasão, além de ser o outro *grande produtor* do distrito, Cícero é também o único, além do próprio Ernesto, que possui envolvimento com a ACA ou a Coocacer, o que lhe permite estabelecer algumas relações com este último e Margarida, ainda que, quanto a ela, sejam sempre relações de incontida oposição, como veremos no próximo capítulo.

Assim, a detenção de articulações com entidades representativas da cafeicultura, na cidade de Araguari ou, em outras palavras, a não limitação do produtor à vida social no distrito de Corrutelinha parece ser, para Ernesto, um critério fundamental ao estabelecimento de suas relações sociais. Quanto aos *paranaenses* limitados ao mundo social do distrito, Ernesto parece nutrir uma posição de distanciado respeito, eventualmente referindo-se às suas trajetórias sem recorrer às categorias de distinção sempre mobilizadas por sua filha.

Para Margarida, a simples vinculação à associação ou à cooperativa não parece suficiente à aproximação com outros produtores, já que seu mundo social é conformado por um discurso da *técnica*, da *modernidade*, expresso na busca pela *certificação*, o que chega a excluir *grandes produtores* localmente reconhecidos, como Cícero Amarante, do rol daqueles que podem ser tidos como seus pares, porque são por ela considerados *atrasados*.

Assim, a ausência de menção aos *pequenos produtores* de café do distrito, em mais de cinco horas de entrevistas realizadas com o produtor e sua filha, mais do que um indicativo da ausência de relações, seria justificada pela própria suposição da irrelevância destes atores no

51 Neste diapasão, ressalte-se ainda o fato de alguns membros da família Fratelli, como Genaro Fratelli, terem sido cooperados da Coocacer, ocasião em que, acreditamos, haveriam maiores possibilidades de estabelecimento de contatos ou relações entre estes e Ernesto Gutierrez.

contexto de apresentação da cafeicultura a um observador externo – no caso, oriundo não apenas de uma grande cidade, mas da universidade.

A oposição entre *paranaenses* e *mineiros* pareceu menos constitutiva para Ernesto e Margarida do que para outros produtores entrevistados, justamente porque orientam suas relações sociais, sobretudo, para fora do distrito. Neste sentido, destacamos o trecho abaixo:

Margarida: Quando eu cheguei do Rio, em 1994, era muito comum as pessoas dizerem assim ‘os paranaenses’; era uma categoria de pessoas, era uma classe social, certo, que não fazia parte da sociedade local... tinha os tradicionais, e os paranaenses; chegava ao ponto assim de se ter bairro que tinha 90% de população paranaense, sabe, bairros novos na cidade, é... e eles são, via de regra, até pela própria atividade, né, eles são ligados entre si, e de pouco relacionamento com a sociedade local que é tradicionalista, que é de uma cultura diferente, o mineiro tradicional... (...) Então, essa situação eu assisti de perto; chega um momento em que já não tem muito mais, porque... no princípio dava a impressão, eu não tô garantindo, eu não tô afirmando, a impressão é que dava, quando eu cheguei aqui, é de que existia um certo resquício, de sentimento negativo... ‘Esse pessoal, os paranaenses, vieram pra cá e compraram as nossas terras, e plantaram café, e mudaram a nossa vida!'; uns olhavam com uma certa admiração ‘Pô, aquele cerradinho que tinha uma cabeça de boi marruá por hectare hoje tem um cafezal lindo’; outros diziam que nós incomodávamos; e tinha, por exemplo, um promotor de meio ambiente aqui que...

Ernesto: Tinha não, tem...

Margarida: É... Não, ele era terrível, hoje ele é uma pessoa muito branda...

Ernesto: Ficou um pouquinho mais manso só... (risos).

Margarida: Não, eu diria que ele não é problema hoje... é, mas ele nos ensinou muito sobre meio ambiente; se por um lado ele nos crucificou muito, ele nos ensinou muito também, tá? E Araguari virou ponta...

Ernesto: Ele teve excesso de poder na mão...

Margarida: Pai, só se consegue implantar mudanças com força; de moleza não se implanta nada!

Ainda que destaque o quanto a oposição entre *paranaenses* e *mineiros* era evidente quando de sua chegada ao município, Margarida ressalta a sua baixa relevância no contexto atual, em que teria dado lugar a outras oposições, hoje mais constitutivas. Mais uma vez, parece importar, para Margarida, a oposição entre *modernidade* e *atraso*, como se vê quando um questionamento acerca dos aludidos grupos cede lugar a uma exaltação da competência de um promotor do meio ambiente, *mineiro*, que chegara a processar o próprio pai.

Acreditamos que o fato de Ernesto e Margarida orientarem suas relações para a cidade, onde certamente estabelecem relações com inúmeros *mineiros*, relacionados ou não à atividade agrícola, mas geralmente bem posicionados socialmente – o que se dá justamente pelos critérios a partir dos quais se posicionam a si mesmos –, contribui para que este critério de distinção seja para eles dotado de menor importância, quando comparados a outros produtores do distrito, como veremos nos próximos capítulos.

Capítulo 4 | CÍCERO AMARANTE E FILHOS

Cícero Amarante é frequentemente apontado como o segundo maior produtor de café do distrito de Corrutelinha, atrás apenas de Ernesto Gutierrez. Como Ernesto, reside no *patrimônio* – com a esposa, Penha –, de onde se desloca diariamente para suas propriedades, todas estabelecidas no entorno, a menos ou a pouco mais de um quilômetro de distância da residência.

Cícero Amarante nasceu em Licínio de Almeida, Bahia, em 1929. Filho de pequeno produtor e comerciante “tropeiro” acompanhou o pai em suas atividades, comercializando tropas de bovinos para açouguês de todo o sul da Bahia; na juventude, deixou não apenas a propriedade paterna, mas a própria cidade natal, passando a dedicar-se à atividade comercial no interior de São Paulo – onde trabalhou com um tio em pequeno estabelecimento de propriedade deste, por pouco mais de um ano – chegando, por fim, ainda na década de 1950, ao estado do Paraná, onde iniciou o contato com a lavoura de café.

No norte de Paraná, especificamente nas cidades de Maringá e Nova Esperança – onde se casou com Penha, paulista que migrara para aquele estado acompanhando os pais, também produtores de café – Cícero foi *peão* de fazenda de café por aproximadamente 16 anos, até adquirir sua primeira propriedade, no município vizinho de Umuarama.

Em 1971, quando já contava mais de 10 propriedades distribuídas por todo o estado do Paraná, Cícero Amarante desfez-se de oito delas, investindo os recursos obtidos na compra de uma grande fazenda, de 700 alqueires, no norte do Mato Grosso, “adiante de Alta Floresta ainda uns 200 quilômetros”, como nos disse; entretanto, uma série de dificuldades – como a ausência de estradas, que impunha o deslocamento de avião para a compra dos alimentos necessários à manutenção das famílias de *peões* que levara consigo do Paraná, entre outros eventos,

como a descoberta de ouro na região, incentivando a transferência destes *peões* da colheita para o garimpo – impuseram o abandono da laboura, e o consequente retorno às duas propriedades restantes, no Paraná.

Como relata o produtor, a chegada ao cerrado mineiro teria se dado em 1989, quando, a caminho da Bahia, optou por realizar o trajeto passando pelo Triângulo Mineiro, ocasião em que observou a existência de ótimas labouras de café no município vizinho de Indianópolis, dirigindo-se à Associação dos Cafeicultores de Araguari e, ato contínuo, efetuando negócio em relação a uma propriedade.

Atualmente, Cícero possui ao todo quatro propriedades, nas quais produz café em companhia de dois dos filhos homens, Paulo e Ezequiel Amarante; somadas, tais propriedades atingem aproximadamente 100 hectares de área, onde possui entre 350 mil e 400 mil pés de café plantados.

Além destes, apenas o filho Pedro Amarante também se dedica à cafeicultura, em sua própria unidade de produção, já desvinculada da propriedade paterna; os outros cinco filhos dedicam-se a atividades urbanas, em diversas cidades do Paraná e em Brasília, com as quais já se haviam envolvido antes do deslocamento da família para Minas Gerais.

A primeira menção a Cícero teve lugar na entrevista que realizamos com Ernesto e Margarida Gutierrez, ainda por ocasião da viagem de reconhecimento, quando esta última o mencionou como alguém a ser entrevistado justamente por “produzir um ótimo café, em uma propriedade horrível!” e, consequentemente, representar o contraponto de seu modelo de gestão *certificado*.

Causou-nos certa surpresa e interesse, portanto, encontrá-lo na Fenicafé, participando de todas as palestras do simpósio – a despeito do seu caráter eminentemente técnico –, ocasião em que tivemos a oportunidade de estabelecer um primeiro contato.

* * * * *

Nas quatro propriedades que compõem a unidade de produção familiar de Cícero Amarante, o produto cultivado é o café.

Ao contrário de Ernesto Gutierrez, contudo, que por ocasião do deslocamento para o distrito possuía os filhos adultos e economicamente independentes – dois dos quais “reincorporados” à unidade de produção familiar tão somente por interesse pessoal, o que teria fundamentado o deslocamento –, Cícero aparentemente buscava, na vinda para o distrito, as condições de viabilidade econômica perdidas após o insucesso no estado do Mato Grosso.

Para alcançar tais condições de viabilidade, Cícero afirma haver recorrido à produção de hortaliças, como forma de garantir a manutenção própria e da família:

Aquele homem (empregado) morava ali no sítio, e eu comprei o sítio, e ele ficou comigo; então, quer dizer, eu não entendia de horta não, ele que entendia, então nós trabalhava, ele trabalhava junto mais eu, nós entregava na Ceasa em Uberlândia 360 caixa de verdura por semana; porque eu tinha que mandar dinheiro pra, lá pro Mato Grosso, que o Pedrinho tava naquela fazenda, tinha que mandar dinheiro pra Curitiba, pros filhos que estudava em Curitiba, mandar dinheiro pra Penha que tava em Umuarama, e mandar dinheiro pro Cicerinho (filho) em Viçosa; e aquilo, eu batalhava, vendia aquelas verdura, chegava no fim do mês era dinheirinho pr'aqui, pr'ali, pr'aqui; chegou a colheita de café: ‘O senhor tá devendo’; mas as hortinha deu pra manter o estudo de todo mundo!

Como já destacamos, a produção de hortaliças por *paranaenses*, em suas ruas de café, é comum até a presente data, mesmo por aqueles que, após a implantação de suas unidades de produção de café, não mais dependeriam de tal associação para a manutenção das unidades domésticas. Neste sentido, afirmou Cícero:

Tem um pessoal aqui, tem uma família Fratelli ali, que já fizeram capital com essa vagem rasteira. Eles têm uma família ali, tem assim umas família junto, eles vende 2.000 caixas

de vagem por semana pro Rio Grande do Sul, caminhão vem de lá, e carrega e volta; esse ano todo eles têm vendido umas 3.000 ou 4.000 caixa. Eu sei que eles ali dá serviço pra família deles toda e dá serviço pra 100 mulher (mineiras) o ano inteirinho. Só colhendo vagem, vagem e pimentão. Então isso é uma coisa boa.

Justamente pelo importante papel desempenhado pela produção de hortaliças no momento de instalação da unidade de produção no distrito de Corrutelinha, interessou-nos observar o fato de Cícero não mais realizar este plantio em sua unidade, cedendo algumas ruas de café para que um vizinho – *mineiro* – o faça, em troca apenas da limpeza destas ruas e do pagamento da energia gasta com o funcionamento do sistema de irrigação.

Questionado objetivamente a respeito da recusa à manutenção, até a presente data, da produção de hortaliças em sua unidade de produção, pela qual se habilitaria a obter todos os benefícios que esta cultura tem propiciado às unidades da família Fratelli, como ele próprio asseverou, Cícero nos disse:

Não, não mexia com horta porque precisa ter mais gente; os Fratelli ali têm muita gente na família, sabe? Se for depender de pagar tudo na horta, não vale. Tem que ter a família cuidando. Pagar só pra colher a vagem; mas pra passar veneno, parcelar, não vale não.

Como justificativa para o atual “desinteresse” pela lavoura de hortaliças, portanto, Cícero aponta que o seu cultivo somente seria viável se dispusesse de mão de obra familiar em quantitativo superior, ou seja, mais filhos envolvidos no processo produtivo, tendo em conta que a contratação de mão de obra externa, no caso, de *diaristas/volantes*, para o trabalho cotidiano neste tipo de lavoura a tornaria economicamente desinteressante. Seria esta justamente a razão pela qual a família Fratelli poderia fazê-lo – a possibilidade de envolvimento de todos os membros no processo produtivo, especialmente as esposas e filhos.

A manifestação de Cícero nos indica que a produção de hortaliças se viabiliza pela combinação do binômio *necessidade de cultivo/ disponibilidade de mão de obra* na unidade de produção familiar. Em seu caso, uma vez que a produção de café da unidade é atualmente suficiente à manutenção de todas as unidades domésticas a ela vinculadas – do próprio Cícero e dos dois filhos que com ele exercem a atividade laborativa –, e o trabalho exigido pelas quatro propriedades são suficientes à ocupação da mão de obra familiar, não se faz necessária a aludida associação entre cultivos.

Mais do que isso, contudo, observamos que a abstenção à produção de hortaliças parece relacionar-se à hierarquia estabelecida entre os cultivos – pela qual são definidos o café como cultivo fundamental e as hortaliças como complementares –, hierarquia que se manifesta na organização e divisão do trabalho dentro das unidades de produção, como já ressaltamos, e traz consequências às relações estabelecidas entre seus respectivos produtores.

A produção de hortaliças na unidade de produção parece ser importante elemento a hierarquizar os próprios *paranaenses* entre si, entre aqueles *grandes produtores* que delas não dependem, frente àqueles *pequenos e médios* que precisam recorrer ao seu plantio para a manutenção das unidades domésticas. Neste sentido, não envolver-se com a produção de hortaliças parece ser um indicativo de capacidade econômica fundamental à “identidade” de um *grande produtor* como Cícero Amarante.⁵²

Assim, a importância que Cícero Amarante atribui às hortaliças, para a economia da comunidade local, especialmente para os *mineiros* da região, que nela encontram trabalho e remuneração, mas também para ele próprio, no momento de instalação da unidade de produção, merece destaque quando comparada à (des)importância atribuída a este

52 Os próprios termos empregados por Cícero Amarante ao referir-se à lavoura de hortaliças, como “dinheirinho” ou “hortinha”, podem ser tomados como evidência da imagem atribuída a este cultivo, na hierarquia estabelecida com o café. Sobre a associação entre cultivos intercalares e o café, ver Monbeig (ob. cit., 270-271), trecho já citado à pág. 78, *supra*.

mesmo cultivo, em relação ao café, na sua unidade de produção atualmente.

Em sendo associadas à atividade produtiva dos *mineiros* e sua “impaciência” – que se revela como impossibilidade de realização dos elevados investimentos exigidos pelo café – o cultivo de hortaliças parece representar, para produtores maiores, como Cícero, um indicativo de baixa autonomia econômica:

Porque o mineiro, eles é acostumado assim: eles têm o leite, todo dia eles tira leite, e todo dia eles vende, então eles pega o dinheiro. Planta horta, planta tomate, dá com 90 dia; planta alface, é 40 dia; planta pepino, é 40, 50 dia; então eles tão plantando as tabelinha... planta as vagem, é 60 dia; então é uma tabelinha aqui, outra ali, outra ali, outra ali, então ela vai, quase todo dia tem um dinheirinho... eles não tem paciência, eles fala que não tem paciência de plantar, que nem ali, só ali naquela propriedade, foi 300 mil pra comprar, 350 mil pra comprar, o gotejo, pra montar o gotejo com a energia foi mais 180, então foi pra 500 e poucos mil, pra esperar dois ano pra tirar o primeiro dinheiro de lá, né? (...) Então mineiro não tem paciência pra isso não!

Tal hierarquia entre os cultivos parece fornecer importantes elementos acerca dos critérios que presidem ao estabelecimento de relações sociais no distrito, porque relevantes ao próprio posicionamento social de *produtores de café e hortaliças* – não apenas *paranaenses* e *mineiros*, mas mesmo entre *paranaenses*, como veremos ao longo deste capítulo.

4.1 | “NO BRAÇO PURO!”: O TRABALHO PARA CÍCERO AMARANTE E FILHOS

Como já apontamos, Cícero Amarante realiza a atividade produtiva em sociedade com dois filhos, Paulo e Ezequiel Amarante; casados, ambos constituíram suas próprias unidades domésticas, preservando o vínculo em relação à unidade de produção, como é comum entre os produtores

da região quando, por ocasião do casamento dos filhos homens, a partilha de terras é considerada inviável.

Paulo Amarante, o filho mais velho, afirma ter mantido vínculo permanente com a atividade agrícola, durante toda sua formação acadêmica e mesmo quando, em sociedade com um tio, estabeleceu pequeno comércio no estado do Mato Grosso.⁵³ Primeiro filho a acompanhar o deslocamento paterno, Paulo chegou ao município em 1990, ainda solteiro, passando a residir com os pais até casar-se com mulher *mineira*, da cidade de Araguari. Assim justifica o fato de encontrar-se, hoje, residindo na cidade, e não em qualquer uma das propriedades – o que parece possuir relevância para a imagem por ele afirmada publicamente, como veremos a seguir.

Ezequiel Amarante também se dedicou ao comércio, no estado do Paraná, mas após sucessivos insucessos, segundo Cícero, optou finalmente por retornar à lavoura de café. Já casado – com *paranaense* –, estabeleceu-se na cidade de Araguari, em apartamento cedido por Cícero – onde ele próprio residira até adquirir moradia no distrito –, passando a exercer a atividade laborativa nas propriedades do pai.

Ao contrário do observado na unidade de produção de Ernesto Gutierrez, portanto, a reincorporação de Paulo e Ezequiel Amarante parece ter se dado, principalmente, por necessidade, e não por interesse pessoal no retorno à agricultura, o que não chega a ser expressamente destacado por nenhum dos dois filhos, mas decorre do discurso do próprio Cícero, referindo-se às suas trajetórias.

Pedro Amarante, terceiro filho de Cícero que se encontra estabelecido em Minas Gerais, casou-se com *paranaense* no período em que esteve no Mato Grosso, acompanhando o pai. No distrito de Corruçelinha, chegou a residir em uma das propriedades paternas, optando por transferir-se para a cidade, segundo Cícero, a fim de garantir a segu-

53 Paulo Amarante é formado em matemática, mas, segundo o pai, jamais interessou-se por exercer a profissão ou o magistério. Chegou a residir em Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, antes mesmo do deslocamento paterno para o norte daquele estado. Ali, estabeleceu uma farmácia, mas os resultados obtidos com a atividade não foram considerados satisfatórios, o que impôs o retorno, não apenas à unidade de produção, mas à unidade doméstica paterna, a esta altura já estabelecida no distrito de Corruçelinha.

rança da esposa – o casal não possui filhos, e a moradia então ocupada encontra-se em meio ao cafezal de uma das propriedades, a considerável distância do *patrimônio*. Segundo outros produtores com os quais possui relações próximas, como José Belo, Pedro pretende retornar ao distrito, tão logo adquira moradia no *patrimônio*.

Sobre o filho Pedro Amarante, afirmou Cícero:

É, ele trabalha por conta própria. Separou porque ele, os outros tem filho, e os filhos agora tá estudando, e ele não tem filho, então repartia por todos, né, os outros gastava mais do que ele, e ele gastava menos, porque ele também é mais econômico; então ele achava prejudicado, e se for, realmente tava prejudicado; porque o Ezequiel tem três filhos, tem um filho fazendo faculdade... e ele não tem ninguém; e se olhar, a despesa de faculdade hoje é muito alta, né? Então, repartia o que dava na roça, repartia por partes iguais; ele tava sendo prejudicado! Ele quis separar, ficou o Ezequiel e o Paulo junto.

Para a compreensão das razões que levaram à dissociação de Pedro Amarante da unidade de produção paterna, cumpre recordar que, conforme expusemos no Capítulo 2, as “sociedades” em torno da mesma unidade de produção entre pais e filhos já casados (componentes, portanto, de unidades domésticas distintas), somente se mantêm enquanto não são suscitados conflitos de ordem distributiva dos frutos do trabalho entre os envolvidos.

Mesmo em tais sociedades, as despesas cotidianas destinadas à manutenção das unidades domésticas são satisfeitas com capital obtido na unidade de produção – frequentemente, através do plantio de hortaliças, liberando-se o capital decorrente da comercialização de café para o reinvestimento e ampliação da produção ou, eventualmente, para a divisão “em partes iguais” entre pais e filhos.⁵⁴

54 Ver Item 2.2.3 Aspectos Gerais da Organização e Divisão do Trabalho Familiar.

Na sociedade estabelecida por Cícero Apolinário e filhos, não há produção de hortaliças para desempenhar o papel acima destacado, razão pela qual o próprio capital obtido com a produção de café era destinado às despesas cotidianas dos envolvidos; Pedro Amarante, que não realizava tais despesas em montante equivalente aos irmãos – por não possuir filhos e ser “mais econômico” que os demais, como salientou Cícero –, seria assim “prejudicado” por receber a mesma “parte” dos frutos da colheita apesar de, no cotidiano, onerar a unidade de produção com despesas de valor inferior àquelas feitas pelos demais, razão apontada por Cícero Amarante para a inviabilidade de manutenção da sociedade.

Como veremos, a dissociação de Pedro Amarante redundou em um posicionamento distinto, quando comparado aos irmãos, em termos de relações sociais estabelecidas no âmbito do distrito, das quais passaremos a nos ocupar no próximo item.

Antes de avançarmos à análise concreta de tais relações, entretanto, cumpre-nos desenvolver algumas considerações, a partir das entrevistas e dados de observação que reunimos pelo contato com Cícero Amarante e seus filhos, acerca das representações sociais, por eles construídas, em relação à atividade produtiva, à família e à comunidade em que se encontram inseridos, a partir das quais orientam suas relações sociais.

* * * * *

A minha vida é uma novela, rapaz. Eu sei que eu trabalhava... Essa bobagem que a gente conseguiu aqui e no Paraná, foi no braço puro! (...) Não pode dizer que trabalhar sozinho pra ganhar no braço ninguém ganha, ganha, não ganha se perder tempo. Porque nós nunca fizemos 12 horas de serviço por dia, é 18 hora, 15 hora em diante. Mas cada um fez um meinho pra criar a família e não depender de trabalhar pros outro (Cícero).

Em mais de uma oportunidade, Cícero Amarante afirmou considerar-se um “grande trabalhador”, justamente por haver conquistado

e, mais de uma vez, reconquistado a própria viabilidade econômica, superando diversos obstáculos a partir do sacrifício próprio, ou seja, do trabalho materializado “no braço puro”.

Para Cícero, o que lhe confere o valor distinto que atribui a si mesmo parece ser, justamente, uma especial “capacidade” para o trabalho, medida pelo interesse na realização de um sacrifício pessoal – através do exercício da atividade laborativa em longos períodos, que superam a média diária dos seus pares –, que permitiu-lhe a viabilização enquanto *produtor*, pela aquisição da propriedade e manutenção da unidade doméstica a partir da cafeicultura.

Interessou-nos observar que a categoria frequentemente mobilizada por Cícero para situar-se na relação que estabelece com a própria unidade de produção, qual seja, *produtor*, seja sempre acompanhada por uma afirmação de especial capacidade para o trabalho “no braço puro”, pela qual se distingue não apenas dos *mineiros* do distrito – supostamente desinteressados pelo trabalho, como já salientamos –, mas também de Margarida Gutierrez, por exemplo –, que afirma publicamente uma outra posição em relação à atividade agrícola –, ao mesmo tempo em que estabelece um ponto de contato em relação a Ernesto Gutierrez, como veremos a seguir.

Neste sentido, interessou-nos identificar a relação que Cícero e seus filhos, especialmente Paulo Amarante, a quem entrevistamos, estabelecem com a mão de obra permanente e eventual, ocupada na propriedade. Acerca da necessidade de contratação de trabalhadores migrantes para a realização da colheita, Cícero asseverou:

O pessoal me pediu pra não buscar gente de fora, pra dar o serviço pra eles aqui, eu falei: ‘Eu vou dar o serviço pra vocês’; aí tem um sujeito que é daqui também, é até compadre meu hoje, falou: ‘Compadre, o senhor não conhece o povo da Corrutelinha! O senhor vai passar muito nervoso com eles, porque eles não quer trabalhar, eles enrola... no final, se apura um pouco eles leva no Ministério do Trabalho’; então vamos, eu já tinha tratado; no dia que ia começar a colheita, eu vim aqui e avisei a eles, foram 28; o café tava

carregado que uma beleza... eles chegaram, sentaram tudo: ‘Qual é o preço?’, ‘É 2,50 o saquinho’; ‘Ah, não, não for a três eu não trabalho não!’, eu: ‘Mas, começa o serviço, se não der então eu vejo o que nós faz’; ‘Não, a menos de três eu não começo não!’, falei: ‘Então pode ir embora! Pode ir embora!’.

Longe de reconhecer o “desinteresse” dos *trabalhadores mineiros* da região pelo trabalho na colheita de café como decorrente de uma eventual insatisfação em relação à remuneração proposta, Cícero Amarante procura reforçar uma imagem geral dos *mineiros* como desinteressados pelo trabalho, pela qual justifica a opção pelos trabalhadores migrantes além de, num mesmo movimento, reforçar os caracteres pelos quais se distingue daqueles.

Atualmente, Cícero possui ainda mão de obra contratada em regime permanente, ou seja, *empregados* encarregados da execução pessoal da maior parte das tarefas na lavoura de café. Estes trabalhadores, três no total, são todos migrantes; além de dois baianos, trazidos pelo próprio Cícero após sua chegada ao distrito, há ainda um goiano, justamente o mais antigo dos trabalhadores, que já se encontrava residindo e trabalhando na primeira propriedade adquirida por ele.⁵⁵

Questionado acerca do regime de trabalho que aplica à mão de obra permanente, Cícero cita Ernesto e Margarida Gutierrez, como contraponto:

Não é falar mal não, mas o Ernesto, por exemplo... os meus empregado ganha R\$750,00 por mês; mas os meus empregados, cêvê, eu dou o arroz pra eles e feijão, eles não compra,

55 Registre-se que, após estabelecer-se no distrito, Cícero deu início a um fluxo de trabalhadores *baianos*, que passaram a ser recrutados para a colheita do café nas diversas propriedades de *paranaenses*. Como afirma, com orgulho, chegou a empregar diversos parentes – sobrinhos e primos em segundo grau, especialmente – que, por haverem aproveitado devidamente a oportunidade de trabalho, possuem hoje condições econômicas extremamente favoráveis, no município de Lícínio de Almeida, para onde retornam após os três meses de trabalho.

ajuda muito, né? Mas eles também, eles não tem preguiça! Eles acorda cedinho, eles trabalha até seis, sete horas da noite, então, o que eu tô pagando pra ele é, eu pago R\$750,00 por mês, o Ernesto cumpre a lei trabalhista! Os dele vai às sete, volta às cinco, e não tem mais nada; os meus vai às seis, se for preciso trabalhar de madrugada, sábado, à noite, então eles trabalha, então eu recompenso, pagando R\$200,00 a mais por mês, e dando, ajudando a despesa dele com arroz e feijão pra ele passar o ano. (...) Eu tô fora da lei; que a lei é que nem o Ernesto faz: não dar nada pro empregado, não dar outras condições, e pagar o salário, aqueles R\$500,00 por mês, que é muito pouco. E é só isso mais.⁵⁶

Enunciando o mecanismo pelo qual remunera os empregados, Cícero reforça sua contrariedade em relação à “legislação trabalhista”, indicando o seu descumprimento como única possibilidade de garantir o que considera adequado, em termos de jornada e remuneração pelo trabalho correspondente. Longe de considerar tal descumprimento como um meio de exploração da mão de obra, Cícero entende que é Ernesto Gutierrez quem, ao dar cumprimento à legislação, deixa de beneficiar aos empregados, impedindo que estes efetivamente trabalhem, estabelecendo sua própria jornada e, com isso, habilitando-se a reunir reservas em capital para, como ele próprio, tornarem-se *produtores*.

Ainda sobre a mão de obra, especificamente sobre o processo de mecanização da lavoura que, em sua propriedade, após recente aquisição do maquinário específico, acaba de atingir a colheita – única etapa

56 No trecho transcrito, Cícero parece ressaltar, como vantagens do modelo que adota em relação aos seus trabalhadores, uma série de características do regime de trabalho em que ele próprio foi socializado para o trabalho, o *colonato*. Neste sentido, a ausência de limitação à jornada ou a possibilidade de plantio para a subsistência (no caso, o arroz e feijão dados por ele são plantados em uma das propriedades pelos próprios empregados, em área próxima do *patrimônio* e, por isso, não ocupada pela lavoura de café) são alguns dos elementos que caracterizavam o regime de *colonato*, analisado por Monbeig (1984) e Martins (1986) dentre outros autores.

da produção que ainda era realizada exclusivamente por trabalhadores –, Cícero afirmou:

É triste, porque, aonde 50 ganhava, hoje em dia só seis pode trabalhar; então é muito ruim! Eu toda vida fui contra, mesmo comprando eu ainda fico contra a máquina, porque tira o ganha-pão do pessoal, né? (...) E não é dizer que fica mais barato não, fica a mesma coisa, mas só que, você tem que pagar uma cozinheira, tem que montar aquela... fazer aquela cantina ali, tem uma cozinheira à disponibilidade do pessoal, tem o movimento de, a parte de escritório, que o pessoal tem que ser registrado, então essa parte de escritório fica caro, fica 30% quase do custo a parte fiscal que a gente tem aqui na lavoura, né? E se não registra o pessoal, então, a fiscalização do Ministério do Trabalho dá em cima, então, precisa ter, a gente ter registrado, tudo muito caro.

Cícero Amarante se disse, assim, interessado na manutenção da mão de obra “manual”, pela qual garante trabalho e possibilidade de geração de renda para inúmeros trabalhadores do sudoeste da Bahia, alguns deles, inclusive, parentes; entretanto, por uma demanda de natureza econômica, defendida principalmente pelos filhos, estaria sendo compelido a adotar a mecanização da colheita, tendo adquirido a primeira colhedeira por ocasião da Fenicafé 2008.

Questionado sobre as razões pelas quais decidiu-se pela aquisição da colhedeira, o filho Paulo afirmou:

Ministério do Trabalho. Daqui cinco anos não vai ter mais mão de obra, não vai precisar mais de mão de obra pra colher café; se essas leis trabalhistas continuarem da forma que tá, né? Vai ser tudo mecanizado. Muita gente aqui já não usa mais a mão de obra; quem usava aí, 25, 30 pessoas, tá fazendo a colheita com quatro!

A manifestação de Paulo, a respeito da mecanização da lavoura, mostrou-se-nos como uma expressão da visão que nutrem acerca da atividade produtiva, em geral diversa àquela visão evidenciada no discurso paterno como o trabalho material, voltado para a lavoura ou, como afirma Cícero, “no braço puro”. Sobre o tema, afirmou-nos Paulo:

É que quando a gente morava aqui, basicamente era a gente que tocava a propriedade; agora não, agora a gente fica mais assim do que trabalhar mesmo; (...) Quer dizer, trabalhar, nada! Mas é um mal necessário! (...) Alguém tem que fazer essa parte, né, de correr atrás das coisa e tal, buscar uma peça, buscar um produto, ver um negócio que quebrou, ver alguma coisa que tá sendo lançada, ir numa palestra, participar de um simpósio, alguma coisa, né?

Como registra o trecho acima transscrito, os filhos Paulo e Ezequiel Amarante, face às próprias atividades com as quais se encontram comprometidos, atualmente, possuem uma concepção diversa da paternidade acerca do que sejam seus compromissos com a unidade de produção ou, em outras palavras, do que seja seu “trabalho”; ainda que, eventualmente, Paulo utilize a expressão “trabalho” com a mesma conotação dada pelo pai – ou seja, como o trabalho material, “no braço puro” – certo é que não visualiza sua própria atividade na unidade de produção, ou seja, seu próprio trabalho, neste mesmo sentido.

Pelo contrário, Paulo parece salientar o sentido da expressão “trabalho” na conotação paterna – como o trabalho material – justamente para deixar evidente o quanto sua atividade produtiva não seria materializada pelo trabalho “no braço puro”, mas por um outro tipo de relação, que não mais consiste em “tocar a propriedade”, e sim “buscar um produto” ou “participar de um simpósio”, um “mal necessário” comparado ao “trabalho” que realizava quando ainda morava com os pais.⁵⁷

57 Cumpre registrar que, em mais de uma oportunidade, chegamos a presenciar Paulo Amarante “em cima do trator”, concluindo um trabalho na lavoura. Entretanto, tal fato

A vida na cidade – para onde Paulo Amarante mudou-se após o casamento – parece ser um elemento fortemente caracterizador desta nova relação com o “trabalho”, como veremos adiante.

O tipo de relação com a unidade de produção pela qual Paulo e Ezequiel Amarante passam à condição de “administradores” da propriedade, deixando aos empregados o encargo de realização das atividades designadas por “trabalho” na concepção paterna, parece ser suficiente para aproximar suas visões de mundo às de Margarida Gutierrez, por exemplo, e distingui-los de quem não possui empregados, como o irmão Pedro Amarante – que exerce a atividade em sua própria unidade de produção, após dissociar-se da unidade paterna.

Cumpre ressaltar, contudo, que tal aproximação entre Paulo, Ezequiel e Margarida, acerca das visões em relação à atividade produtiva, parece não corresponder ao reconhecimento recíproco de uma “identidade” nas posições sociais que ocupam; reconhecimento que poderia redundar em aproximação, em termos de relações sociais.

Pelo contrário, as entrevistas que realizamos com Margarida e Paulo demonstraram que a despeito desta “aproximação”, quanto à natureza do “trabalho” que realizam na propriedade pelo qual se definem frente aos pais Ernesto e Cícero, respectivamente, ainda prevalece entre eles uma série de divergências quanto à gestão das unidades de produção respectivas.

A mecanização, por exemplo, tida como um avanço por Margarida, parece ser interpretada por Paulo tão somente como uma imposição do mercado, como no trecho *supra*. Quando questionado acerca da certificação, Paulo afirmou:

Aqui tá parado. Benefício não tem. Vai ter que ter, porque daqui uns dias você não vai conseguir mais vender café sem ser certificado; mas, benefício, não... não vejo não. (...) Essas propriedades aqui, todas, daqui dessa região, o cara vai gastar muito pra certificar uma propriedade dessa, pra adequar

importa menos do que a consideração, pelo próprio, de que deixou de “trabalhar” da mesma forma que o pai, passando à “administração” da propriedade.

ela aos padrões de certificação. Porque aqui o cara faz um terreirão, faz um barracão, e colado no barracão já faz uma casa! (risos) Você pode olhar, todas! Tudo é na beira do terreirão!

Destaque-se que as propriedades de Cícero Amarante e filhos não são certificadas, e não reúnem as condições para que o sejam, como já nos havia dito Margarida Gutierrez por ocasião da primeira entrevista. Do afirmado por Paulo, contudo, interessa-nos observar o fato deste asseverar, categoricamente, a ausência de qualquer benefício decorrente da certificação, para ele também uma imposição do mercado, à mesma maneira da mecanização.

Paulo e Ezequiel Amarante pareceram orientar-se por uma representação acerca de suas atividades produtivas ou, mais amplamente, um conjunto de visões de mundo que nos permitem situá-los em uma posição intermediária entre o próprio pai, um *produtor paranaense*, e Margarida Gutierrez, que atribui a si mesma o caráter de *administradora* da propriedade – possuindo algumas similitudes e divergências com um e outra.

A própria recorrência na comparação com Margarida, e não com quaisquer outros produtores do distrito demonstra o quanto esta *administradora* é para Paulo um “ponto de mira” pelo qual se orienta em seu posicionamento social. Mesmo nas hipóteses em que a comparação é feita no sentido da indicação de divergências, o simples apontamento daquela nos mostra a “direção” para onde Paulo parece estar se orientando.

Ocorre que, diferentemente de Margarida, que após a crise galhou legitimidade para “tomar as rédeas” da propriedade paterna, Paulo e Ezequiel Amarante ainda não o fizeram; a unidade de produção permanece, assim, como a unidade de Cícero Amarante e seus filhos – mantendo o *produtor* o comando das ações e, consequentemente, orientando-as com atenção às suas próprias visões de mundo – o que pode justificar as disparidades que ainda possuem com Margarida, ou o tipo específico de relações sociais que se habilitam a estabelecer, dentro e fora do distrito, como veremos com maior propriedade a seguir.

4.2 | “A GENTE AJUDA SEMPRE A QUEM PRECISA”: A SOCIABILIDADE DE CÍCERO AMARANTE E FILHOS

Como já afirmamos, Cícero Amarante é um dos mais conhecidos produtores da Corrutelinha, possuindo algum envolvimento com quase todas as demais famílias do distrito. A despeito da origem – é baiano –, por todas elas é mencionado com extremo respeito, como um dos mais exitosos *paranaenses* a terem se estabelecido na região.⁵⁸

Interessou-nos observar a posição ocupada por Cícero no âmbito das relações locais, considerando a imagem que dele havíamos constituído após a primeira entrevista que fizemos a Margarida Gutierrez, ocasião em que acreditávamos fosse seu pai Ernesto a referência de êxito para os demais produtores do distrito, e Cícero apenas mais um deles.

Ao longo de nossa permanência no distrito, contudo, pudemos observar que enquanto Ernesto se conservava alheio às relações locais, Cícero possuía um amplo envolvimento, sem conseguirmos de plano compreender as razões desta diferença, considerando o fato de serem ambos tidos como “os grandes” produtores do distrito.

Como já afirmamos, Cícero é um dos mais conhecidos e mencionados produtores do distrito, possuindo efetiva “proeminência” em termos de relações sociais locais, para o que parecem ter concorrido determinados fatores.

Entre as famílias de produtores de café, por exemplo, Cícero parece ter sido sempre identificado como um *paranaense* por excelência, aquele que materializa em sua trajetória visões de mundo comuns a todo o grupo, como a “paixão” pela lavoura – “Café é vício pra tomar, e vício pra cuidar”, como nos disse certa vez –, o sacrifício pessoal e, por fim, o êxito na conquista da terra e da autonomia para a continuidade da lavoura.

58 Destaque-se ainda o fato de Cícero Amarante poder ser considerado negro, frente aos demais produtores *paranaenses*, o que, contudo, não foi objeto de qualquer comentário. Assim, origem e raça não parecem ser constitutivas da imagem pela qual Cícero é reconhecido no distrito.

De forma geral, contudo, entre todas as famílias do distrito, um dos elementos fundamentais para a configuração desta posição de destaque parece ser, justamente, a participação na comunidade religiosa. Neste sentido, em todas as celebrações e demais eventos da comunidade católica que tiveram lugar no distrito, ao longo de nossa permanência, Cícero Amarante se fez presente com efetividade.

Mais do que simples manifestação do “fervor” religioso – ainda que também não deixe de sê-lo – a posição capital na comunidade religiosa do distrito parece decorrer de uma postura adotada por Cícero em todas as suas relações, qual seja, a de afirmar publicamente sua posição social pela *presença*, não pela *ausência* – como faz Ernesto, retirando-se da vida social do distrito, por considerar-se a si mesmo distintamente em comparação aos demais, já que dispõe de mais amplas relações na cidade.

Em outras palavras, a disposição em participar ativamente da vida religiosa, dedicando-se ao incremento das atividades da comunidade católica no distrito – inclusive pela melhoria das instalações físicas da capela – mostrou-se-nos como o mecanismo pelo qual Cícero reafirma, para si mesmo e para os demais, o caráter de *grande trabalhador*, *grande religioso* e, consequentemente, reconhece e tem reconhecido o próprio valor diferencial.

A postura adotada por Cícero Amarante nos pareceu, assim, meio eficaz para a garantia de poder simbólico, frente aos “muito trabalhadores” e igualmente “fervorosos” *paranaenses*.

Quanto às suas relações específicas, além das amplas relações que conserva com as famílias *paranaenses*, em geral, Cícero Amarante se destaca como um dos únicos produtores de toda a Corrutelinha que possui contato efetivo com Ernesto Gutierrez, com certa regularidade.

Para tanto, o fato de ser um *grande produtor* parece ser de crucial importância, favorecendo a presença de Cícero em determinados espaços de sociabilidade, como a Associação dos Cafeicultores ou a Cooperativa, considerados fundamentais por Ernesto que, como já destacamos, praticamente não estabelece relações no âmbito do distrito.

A simples possibilidade de estabelecimento de contato nos espaços constituídos por estas entidades não nos pareceu, contudo, suficiente

para determinar uma efetiva proximidade entre estes dois produtores, tendo sido observadas, sobretudo nas entrevistas realizadas com Cícero, manifestações quase simultâneas de identificação e distinção, conforme abaixo destacamos:

Os maiores, quanto mais grande, mais deve. Que nem o Ernesto mesmo, é grande, aqui e lá em Paracatu, mas deve demais! Tá igual a eu também. Eu também devo muito. Se falar assim: 'Vou pagar hoje', tem que vender metade do que tem!

Os grandes, é uma coisa... o pequeno tem medo da dívida, e o grande não tem! Que nem, o Ernesto, o banco cobra juro dele, e ele não tá nem aí! Mas, já eu não sou assim, eu gosto de pagar minhas conta! (...) Hoje o médio produtor tá numa luta danada pra não perder o capitalzinho que tem; e o grande, ele não tem esse medo. O grande é sempre assim: ele tem mais o Estado, o governo, tudo protege mais os grande; cêvê, o grande capitalista, ele não tem problema com nada! O pequeno tem muito cuidado com o nome dele; e os grande, o nome dele é os bens! Não tem nada disso não!

Questionado acerca da estratégia que adota frente à dívida, Cícero Amarante pareceu situar-se em posição de igualdade frente a Ernesto – afirmando que “deve muito”, como este último e todos os outros *grandes produtores* – mas, ao mesmo tempo, qualificando-se como aqueles que “têm medo da dívida”, novamente indicando a Ernesto, só que desta vez como um contraponto.

Pelo que observamos, a distinção salientada por Cícero neste aspecto específico da postura frente à dívida poderia estar menos relacionada ao próprio Ernesto, e mais à sua imagem enquanto “representante” da unidade de produção que, como sabemos, tem atualmente em Margarida sua figura central. Isto porque, nas entrevistas que fizemos com pai e filha, Ernesto apontou-se e foi apontado como possuidor de

profundo receio pela dívida, assim como Cícero no trecho acima. Portanto, quando Cícero refere-se a Ernesto para dele distinguir-se acerca da postura frente à dívida, acentua uma característica própria à filha Margarida.

A sociabilidade no distrito, a seu turno, seria o campo da absoluta disparidade entre os dois produtores. Se Cícero Amarante afirma uma “identidade” frente a Ernesto, especialmente ao caracterizar-se como *grande produtor*, ressalta a distância que este último mantém em relação aos demais produtores do distrito, que frequentemente corroboram a afirmação ao manifestarem-se na comparação (não eventual) entre aqueles dois *grandes produtores*.

Na primeira entrevista que realizamos com Cícero, interessou-nos um relato pelo qual ele apontou-se como o principal responsável pela difusão da irrigação na região, tendo sido o primeiro a instalar um poço artesiano na propriedade, imediatamente seguido por Ernesto Gutierrez. Ao contrário deste último, contudo, após a construção do seu próprio poço, Cícero teria apoiado a construção de poços e aquisição dos sistemas de irrigação de outras famílias do distrito:

Nós (Ernesto e Cícero) irrigamos o café, deu uma florada, a coisa mais linda! E o dos outros, precisava de ver, tava sequinho! E o nosso branquinho de flor! Aí o pessoal começou, animou de irrigar, e naquele ano, o Ernesto não fez isso, o Ernesto não, é só pra ele; então eu emprestei o café, que naquele tempo era colheita, emprestei pra todos os vizinho aqui, eu emprestei, com 15 sacas de café fazia um poço e comprava as mangueira pra molhar o café; (...) Então, eu arrumei pras 20 pessoa, 300 sacas de café, pra 20 propriedades, cada um, quando não irrigava tudo, irrigava metade, mas no outro ano seguinte, aí já teve quase tudo dessa região aqui produzindo bastante café; aí continuou todo mundo produzindo, né?

O evento registrado no trecho acima transcrito nos foi descrito, não apenas pelo próprio Cícero, mas por alguns dos produtores que

teriam sido beneficiados pelo empréstimo de café realizado por ele, confirmando o relato. Odalmir Bartolo, pequeno produtor da comunidade do Rio Novo, por exemplo, relatou-nos o ocorrido, destacando o quanto o auxílio de Cícero foi fundamental para a sua permanência na região e, até mesmo, na atividade.

Ainda referindo-se ao evento, Cícero asseverou:

Cícero: E naquele ano seguinte, todos eles molharam, e todo mundo colheu café; então eles ficou naquela, dizendo que fui eu que ajudei eles a se saírem aqui; e aí, qualquer coisinha, pra reunião, pra fazer uma coisa, então eu tava junto com o pessoal; a comunidade era muito apagada, eu juntei com o prefeito, fiz essa praça que tem aqui, reformei a igreja, fiz aquele salão, né, então, a gente fez alguma coisa pela comunidade. (...) A gente sempre ajuda sempre a quem precisa, né? Se a gente pode, na medida que a gente pode... tem gente doente, quem morre, quem casa, então, vira e mexe tão comigo aqui.

Pesquisador: Mas o Seu Ernesto, por exemplo, é um grande produtor, e não é visto como o senhor...

Cícero: Aqui não, pelo povo aqui não. Ele não tem nem amizade aqui na Corrutelinha; ele tem muita amizade na cidade, com pessoas da alta sociedade, tudo é amigo dele; mas falou do povo, pequeno daqui, não tem! Então, isso aí, não tem sentido, você morar num lugar que você não tem conhecimento! O que vale é a amizade, é a vivência com o povo. Ele não participa de nada aqui na comunidade, de nada, só na cidade!

Cícero pontua, assim, a razão pela qual seria detentor de tão amplo prestígio nas relações locais; para ele, o envolvimento direto no cotidiano do distrito seria justamente a razão de ser tomado em tão boa conta por todos os demais interlocutores, especialmente os próprios

paranaenses; Ernesto Gutierrez, a seu turno, parece voluntariamente retirar-se deste cotidiano “local”, por considerar a si mesmo como ocupante de uma posição social que lhe permite voltar suas relações para a cidade.

Como observamos, Cícero parece reconhecer a importância das relações sociais que estabelece no distrito para o *status* de que dispõe atualmente, na comunidade, sinalizando a disposição, de Ernesto, em situar-se como alguém que orienta suas relações “para fora”, alguém “da alta sociedade” – à qual ele próprio, Cícero, aparentemente não pode ascender. Parece ser justamente por não poder, à maneira de Ernesto, orientar-se integralmente para fora, para a cidade, que Cícero dedica tanto valor à posição alcançada no seio do distrito.

Registre-se, no entanto, que ainda que não ostente a posição ocupada por Ernesto, as relações “da cidade” não são totalmente estranhas a Cícero, sendo este, justamente, um dos elementos que permitem a relação eventual entre ambos. Neste sentido, em mais de uma oportunidade Cícero referiu-se a contatos mantidos com Ernesto, no âmbito da associação, da cooperativa ou, inclusive, na Câmara de Dirigentes Lojistas do município, em evento para o qual ambos teriam sido convidados.

Assim, Cícero Amarante parece considerar-se como suficientemente próximo para o estabelecimento de relações com Ernesto Gutierrez – ainda que os dois jamais se visitem, por exemplo; ainda que reconheça que não compõe a mesma “alta sociedade” para a qual Ernesto orienta sua sociabilidade cotidiana, Cícero registra que, ao contrário dos demais produtores do distrito, não está totalmente alheio à sua esfera de relações, porque possui a de uma esfera da própria vida cotidiana que integra o mundo social “da cidade”.

A sociabilidade no distrito parece não ocupar o mesmo “lugar” na vida de Ernesto e Cícero. No entanto, ainda que Ernesto efetivamente mantenha certa distância, Cícero Apolinário parece identificar neste último alguma “identidade” em relação a si próprio e aos demais produtores, que ele expressa em afirmações como “Ernesto não nasceu rico não, Ernesto ficou rico depois”; aparentemente, encontra-se em jogo para Cícero a necessidade de indicar proximidade em relação a

Ernesto e, ao mesmo tempo, justificar a distinção e ausência de relações com Margarida.

A chave de distinção entre as duas famílias parece ser, para Cícero Amarante, especificamente Margarida, não Ernesto – com quem considera partilhar determinadas características. Ainda que este último não participe dos espaços de sociabilidade no distrito, as relações que estabelecem em tais espaços na cidade, como a associação – permitem a Cícero a identificação desta proximidade social, ao contrário do que ocorre em relação à Margarida que, a seu turno, estaria totalmente inserida em outro universo de relações sociais, realizando práticas orientadas por uma visão de mundo distinta àquela do próprio pai.

Por fim, destacamos ainda a relação estabelecida entre Cícero e a família Fratelli, por aquele citada – sempre positivamente – em inúmeras oportunidades ao longo das entrevistas. Aparentemente, as relações entre as famílias se efetivam, especialmente, em torno da igreja – onde ambos, Cícero e “os Fratelli”, possuem posição de destaque, graças ao empenho que denotam nas suas diversas atividades. Assim, a própria “abordagem” aos Fratelli, quando iniciávamos nosso trabalho de pesquisa, foi possível a partir de Cícero, que já nas primeiras entrevistas qualificara-os como “gente muito boa”, “trabalhadora”, que “deu certo no distrito”, destacando sua presença constante à igreja, onde nos apresentou a alguns deles, após o fim da celebração.

* * * * *

Ao longo dos cerca de três meses de pesquisa de campo, logramos estabelecer, com alguns produtores de café do distrito, relações de efetiva proximidade. Dentre todos os entrevistados, Cícero foi um dos que demonstrou maior atenção e solicitude em relação ao trabalho que realizávamos, tendo sido aquele que nos forneceu maiores informações a respeito do conjunto da vida social do distrito.

Quanto aos filhos, no entanto, o estabelecimento de contatos foi consideravelmente mais difícil, tendo em conta, especialmente, o fato de residirem na cidade. Observamos que, enquanto Cícero sempre pôde ser encontrado, com certa facilidade, em sua residência ou em uma das propriedades, os filhos passavam boa parte do dia fora do distrito.

Assim, a despeito destes contatos terem sido diferentemente estabelecidos, em relação a cada um dos três – ou justamente por isso, tomando a menor ou maior presença ao distrito, e ainda a disponibilidade em nos receber como um dado – o conjunto de informações que reunimos nos permite afirmar que os filhos de Cícero Amarante estabelecem suas relações sociais a partir de critérios diversos, se comparados ao pai ou entre si.

Nosso primeiro contato com Paulo, o filho mais velho, ocorreu na residência de Cícero, quando aquele ali esteve enquanto o pai nos concedia sua primeira entrevista, na varanda. Nesta oportunidade, Paulo limitou-se a nos cumprimentar, antes de ingressar na moradia, permanecer ali por poucos minutos e retirar-se, aparentemente sem se interessar pelas razões de nossa presença. Causou-nos certa estranheza, assim, tornar a encontrá-lo poucos dias depois, em uma das corretoras de café do município, em animadíssima conversa com outros produtores de café de Araguari, nenhum dos quais do distrito de Corrutelinha.⁵⁹

Como já destacamos, Paulo reside na cidade de Araguari, com esposa e filho. É associado à ACA, cooperado da Coocacer e, como observamos, parece conservar maiores laços de amizade com produtores igualmente relacionados a estas duas entidades. Quando logramos entrevistá-lo, Paulo assim referiu-se às relações dos produtores do distrito:

Paulo: E eu, assim, conheço mais pessoas fora, né, por causa da associação, por causa da cooperativa, Café do Cerrado... mas a maioria não tem esses contatos... (...)

Pesquisador: Aqui, associados e cooperados são poucos também?

59 A todos os que se encontravam na corretora, naquela tarde – inclusive nós mesmos, de quem aparentemente ele não se recordou –, Paulo Amarante dirigiu-se de forma alegre e extrovertida, o que contrastou com a absoluta discrição com que nos tratou quando a ele fomos apresentados, na residência de seu pai.

Paulo: São poucos. (...) É quase mesmo só os maiores... (os menores) Pensa que é só despesa, né? (risos) Tem a mensalidade da associação... a cooperativa aí, quando fizeram a... quando compraram a cooperativa, teve umas compras malfeita, era só pagar, pagar, pagar... (risos).

No trecho acima, Paulo Amarante expressamente menciona a existência de maiores laços entre ele próprio e produtores externos – que “personificam” uma vida social externa ao distrito – como um elemento a distingui-lo dos demais. Segundo ele, a possibilidade de contar com esses “contatos” seria produto da relação com a associação ou com a cooperativa, das quais os demais produtores locais optam por se manterem afastados. Neste sentido, tentando aprofundar-nos nas razões desta opção, questionamos:

Pesquisador: E você concorda com eles que é só despesa?

Paulo: O caso da associação... ela tem a parte política, né, que tem que ter; se não tiver alguém lá pra brigar pela parte política do trem, da mercadoria, não vai não!... que é o caso da associação. (...) E tem que ter a cooperativa também, porque, vamos supor, caboclo colheu o café aqui, se ele levar lá no depósito, no armazém particular, o café dele entra pra dentro, da porta pra dentro ele só vem com um saquinho, daquele tamanho ali assim, com a amostra do café, escrito ‘150 saca’; ele nunca mais vê o café dele! Nunca mais! Ele só vem com aquele papel na mão e um saquinho de amostra! ‘O meu café é esse aqui’... E na cooperativa não! Ele põe o café lá dentro, se ele quiser acompanhar pela internet ele acompanha, se ele quiser ir lá todo dia ver o café dele, ele vai chegar lá, ele vai ver a pilha dos café dele, com o nome dele escrito; (...) Mas tem um custo, lógico! Você manter um negócio assim tem que ter um custo... que não chega a ser tão caro; que nem o Seu Genaro Fratelli; Seu Genaro Fratelli bota o café dele lá no Homerinho; ele teve, acho que

há três anos atrás, ele tinha uma CPR, pra fazer, pra entregar no Banco do Brasil; aí... o café dele era bom, tenho certeza que o café dele dava CPR; chegou lá ele mandou preparar o café dele pra fazer a CPR, o cara, o rapaz falou: ‘Não, o café do senhor não passou não! Vai ter que comprar outro café pra fazer’; Certeza que ele comprou o café dele de novo! (risos) Não, eles manipulam o café, e faz o rolo, e faz o cara comprar o café dele de volta, mais caro.

Segundo Paulo, justamente porque consideram a associação apenas como “despesa”, os demais *produtores* não dispõem dos contatos que poderiam, a partir dela, estabelecer. Fora da cooperativa, deixam de contar com a possibilidade de acompanhamento direto de suas pilhas de café, via internet, confiando a venda a corretores e sujeitando-se assim a transações indevidas.

Ocorre que, como veremos, o próprio Genaro Fratelli, quando entrevistado, salienta o quanto a cooperativa lhe foi objeto de dissabores, tendo em vista a divisão, entre os cooperados, de um passivo que eles não teriam gerado; por isso mesmo, a recusa a “cooperar”, optando por depositar seu café em armazém particular, a partir de uma relação de confiança com o representante.

Aparentemente, a disparidade se assenta na importância conferida a uma etapa do processo de produção, em detrimento de outra; enquanto para Paulo parecem fundamentais os diversos benefícios da “cooperativa”, como a possibilidade de gestão direta da pilha de café, além, justamente, das “relações” que esta lhe confere – como aquelas garantidas pela associação –, Genaro Fratelli, justamente por estar mais vinculado à lavoura, parece depositar na confiança em relação ao representante do armazém o valor fundamental à garantia do depósito de café.

Paulo Amarante parece distinguir-se, assim, de outros *produtores* do distrito justamente pelo privilégio que concede a determinadas etapas do processo de produção – como fazer parte da associação ou estar pessoalmente na cooperativa, estabelecendo relações “para fora” do distrito – em contraposição àquela etapa compreendida pelas atividades próprias da lavoura.

Neste sentido, a própria vida na cidade parece constituir-se como materialização dessa postura diversa, frente aos produtores do distrito. Destaque-se que não tivemos oportunidade de conhecer a esposa de Paulo, mas temos razões para crer que seja socialmente bem posicionada, por havermos identificado que a “ascensão” de Paulo a um novo tipo de sociabilidade está relacionada a este momento de mudança para a cidade.

Como ele próprio afirma, foi justamente ao deixar de residir com o pai – após o casamento e a mudança para a cidade, o que se deu porque a mulher “não gosta da roça” – que passou a administrar a propriedade, ou seja, “trabalhar” em tarefas como “comprar uma peça” ou “ir numa palestra”, já que antes disso era ele mesmo quem “tocava” o serviço, ou seja, o realizava pessoalmente.

Com a mudança, Paulo teria passado a frequentar uma das igrejas da cidade, ampliado sua presença na associação, cooperativa ou na corretora de café e, consequentemente, cada vez mais orientado suas relações para fora do distrito.

Por fim, importante destacar, ainda a respeito de Paulo Amarante, o quanto a ascensão à vida social da cidade é, ainda, uma ascensão diversamente reconhecida pelos outros atores sociais com quem estabelecemos nossas relações. Em relação a Ernesto e Margarida Gutierrez, por exemplo, Paulo Amarante parece conservar uma posição de oposição – talvez mais marcada do que aquela ostentada pelo pai, que salienta em relação a Ernesto uma identidade de “trajetórias” –, justamente por tomá-los como quem se alça a uma posição de superioridade diante dele.

Se a oposição com Margarida parece estabelecer-se pelo “não reconhecimento”, por aquela, da proximidade de Paulo Amarante, o estabelecimento das relações, no sentido da cidade, parece corresponder, para Paulo e Ezequiel, como para ela, num afastamento das relações no distrito.⁶⁰ Neste sentido, além de não frequentarem as missas na capela

60 Não logramos êxito em entrevistar ou observar as relações sociais de Ezequiel Amarante, razão pela qual o relacionamos a Paulo a partir, apenas, do que nos foi possível propor em relação ao primeiro.

do *patrimônio*, Paulo e Ezequiel jamais foram citados em qualquer uma de nossas entrevistas, ao contrário do irmão Pedro Amarante. Destaque-se, à guisa de ilustração, o exemplo de José Belo que, “compadre duas vezes de Pedrinho” – termo pelo qual Pedro Amarante é reconhecido por seus amigos mais próximos –, afirmou nem mesmo conhecer Paulo ou Ezequiel Amarante, sabendo apenas que são os filhos de Cícero “que moram na cidade”, mas que não são conhecidos no distrito.

Interessou-nos observar que, ainda que Paulo destaque a oposição com Margarida, essa é evidentemente o seu “ponto de mira”, ou seja, ele somente se compara a ela quando deseja situar-se ou demonstrar suas próprias visões de mundo. Ainda que os conheça, Paulo cita os Fratelli apenas ocasionalmente.

Ao contrário dos dois irmãos, Pedro Amarante parece possuir relações mais estreitas com as demais famílias *paranaenses* do distrito.

Neste sentido, ainda que resida na cidade, e lá frequente a igreja, por exemplo, Pedro possui relações com vários dos produtores que entrevistamos, como José Belo e Cristiano Reis, da comunidade do Rio Novo, ou Augustinho Ferrari e Josemar Piccolo, ambos produtores de café e hortaliças do distrito – este último casado com Aparecida Fratelli, filha de Giacomo Fratelli. Ainda que não tenhamos logrado êxito em entrevistá-lo, com ele estivemos – em companhia dos demais produtores –, em um “costelão” na Igreja do Rosário, na cidade. Registre-se que, nesta mesma oportunidade, Paulo se fez presente, mas, ao contrário do irmão, não estabeleceu qualquer conversação com os demais, mantendo-se tão alheio ao que ali ocorria como quando encontrou-nos, pela primeira vez, na residência do pai.

Assim, nas relações sociais do distrito, enquanto Pedro Amarante parece ostentar a condição de *produtor*, Paulo e Ezequiel seriam apenas “os filhos da cidade” de Cícero.

Acreditamos que, para tanto, a dissociação de Pedro Amarante da propriedade paterna tem papel preponderante. Pelo que observamos, a dissociação materializa, no caso de Pedrinho, uma ascensão nas relações sociais do distrito, alçando-o à condição de verdadeiro *paranaense*, enquanto a manutenção da sociedade com o pai é justamente o que permite, a Paulo e Ezequiel, situar-se como iguais frente a *grandes produtores*.

“da cidade”, como Margarida Gutierrez (ainda que esta não reconheça a igualdade). O que leva Paulo a permanecer associado ao pai – a possibilidade de situar-se como *grande produtor* nas relações da cidade – parece não ter sido suficiente à manutenção de Pedro, que optou por legitimar-se enquanto produtor no âmbito das relações sociais do distrito.

Como já destacamos, a dissociação permitiu que Pedrinho passasse a estabelecer relações próprias, inclusive de compadrio – é padrinho de “crisma” de Tiago e, por ocasião das entrevistas, já havia sido convidado para padrinho de casamento de Fernanda, ambos filhos de José Belo.

Fechamos este capítulo ressaltando que, mais do que simples determinação da quantidade de terras possuídas, portanto, a manutenção ou não de sociedades entre pais e filhos diz respeito, profundamente, a visões acerca da propriedade, do trabalho, mobilizadas como valores de distinção, interesses em termos de reprodução econômica e social.

Capítulo 5 | A FAMÍLIA FRATELLI

A família Fratelli é uma das mais conhecidas famílias de produtores de café do distrito. Possui marcante presença na economia local, não apenas pela produção de café, mas principalmente pela produção de hortaliças, o que, somado à participação efetiva nos eventos de sociabilidade locais – destaque para a comunidade religiosa – faz com que seja frequentemente citada, em conversas entre cafeicultores ou mesmo entre *mineiros*.

A família Fratelli reside em uma “colônia”, pequeno agrupamento de casas construídas na propriedade, adquirida em duas “parcelas” após a primeira visita ao distrito, quando a família ainda encontrava-se estabelecida no noroeste do Paraná.⁶¹

Não foi possível precisar a extensão das propriedades atualmente possuídas por toda a família, tendo em vista que nem todos os seis irmãos, que compõem sua primeira geração, e seus descendentes, puderam ser entrevistados; as unidades de produção de cada um dos seis irmãos parecem ter se estabelecido a partir de uma mesma parcela, obtida pela divisão da área total inicialmente adquirida, e a partir daí incorporado novas propriedades.

Genaro Fratelli, por exemplo, um dos irmãos da primeira geração, com quem estabelecemos contato logo após a primeira missa de que participamos na capela do *patrimônio*, a convite de Cícero Ama-

61 Como já destacamos, a utilização do termo *colônia* parece remeter a um tipo específico de agrupamento de residências na propriedade, comum às antigas propriedades produtoras de café do estado de São Paulo e do norte do Paraná, onde vigia o regime de *colonato*, como descrevem Monbeig (1984) e Martins (1986). A utilização do termo, trazido pela família do estado do Paraná, foi difundida por todo o distrito. Adiante, dedicaremos maiores considerações às implicações da vida na colônia acerca das relações estabelecidas pela família Fratelli.

rante – atualmente conta com mais de 50 hectares de café plantado, em sociedade com seus filhos homens.

Médios produtores, em geral, os membros da família acabam gozando de prestígio equivalente àquele conferido aos *grandes produtores*, como o próprio Cícero, justamente por suas características específicas, de que destacamos uma grande “coesão” nas relações internas à família –, como veremos ao longo deste capítulo.

A primeira geração da família Fratelli a desenvolver a cafeicultura em Araguari é composta por seis irmãos homens, do total de 11 filhos de imigrantes italianos que chegaram ao Paraná no primeiro quartel do século XX. Giacomo (73 anos), Belarmino (70 anos), Hilario (68 anos), Lauro (66 anos), Genaro (61 anos) e Abel (58 anos), além de cinco mulheres, nasceram em Arapongas, noroeste paranaense, logo deslocando-se para a cidade de Japurá, na mesma região, onde permaneceram até a vinda para Araguari.

Em Japurá, a família residia na propriedade, no mesmo modelo de *colônia* que veio a ser, posteriormente, reproduzido em Araguari, mantendo a unidade de produção em uma única sociedade, que reunia os seis irmãos e seus dependentes; lá, contudo, haviam abandonado a cafeicultura, após grande geada que dizimou os cafezais de todo o noroeste paranaense, em 1975; a partir de então, passaram a produzir soja, mas, considerando reduzida a extensão de terras para o cultivo de “lavoura branca”⁶² (aproximadamente 60 hectares para os seis irmãos e dependentes), acabaram por ver na migração para Araguari uma oportunidade de retorno à cafeicultura.

O deslocamento para Minas Gerais teria se dado a partir de laços de amizade, quando quatro daqueles seis irmãos foram convidados por um antigo vizinho – o *paranaense* Josias Caputo, por nós entrevistado – então já estabelecido no distrito de Corrutelinha, para uma visita a sua propriedade; ali chegando, três destes quatro irmãos (Genaro, Hilario e

62 Termo frequentemente utilizado para designar as lavouras de soja e milho, em contraposição ao café.

Lauro Fratelli) teriam decidido adquirir, de pronto, uma primeira parcela de terras, propondo a transferência da família para o cerrado.⁶³

Conforme nos relatou Giacomo Fratelli, um dos irmãos que não participou da primeira viagem e, consequentemente, da aquisição da primeira parcela de terras, a transferência da família teria sido precedida de alguma discordância por parte daqueles que não chegaram a conhecer o distrito e, assim, não confiavam na possibilidade de se viabilizarem em Minas; contudo, a sociedade mantida em relação à propriedade e aos implementos possuídos no Paraná – sociedade então fundamental à manutenção das unidades domésticas de cada um deles – acabou impondo o deslocamento de toda a família.

Assim, ainda em 1984, pouco após a aquisição da primeira parcela de terras, os irmãos Giacomo, Belarmino e Abel Fratelli concordaram com a venda da propriedade e dos implementos possuídos em Japurá e, com parte do capital obtido, adquiriram a segunda parcela de terras, vizinha àquela anteriormente negociada pelos irmãos; o processo de aquisição da propriedade em Minas fomentou, assim, o surgimento de duas sociedades, cada uma composta por três deles, e não mais apenas uma sociedade envolvendo a todos, como se dava no Paraná.

Estas duas sociedades também viriam a ser dissolvidas, apenas alguns anos mais tarde, em virtude do crescimento da família, ingresso dos filhos homens no processo de produção e possibilidade de aquisição de novas áreas, como já abordamos. Com a participação de dependentes, em número desigual, na unidade de produção, conflitos de ordem redistributiva dos frutos do trabalho poderiam ser suscitados, razão pela

63 Josias Caputo atualmente vive no *patrimônio* com a esposa. Dos seus quatro filhos, dois ainda são *produtores de café*, possuindo propriedades no entorno do *patrimônio*. A parcela correspondente à propriedade de Josias é, atualmente, gerida pelo filho Aldir Caputo, que lhe paga renda correspondente ao café que ali é produzido. Interessou-nos observar que, a despeito de haver deixado a atividade laborativa há alguns anos – ou justamente por isso – Josias cultiva café no quintal da casa, em pleno *patrimônio* – onde possui aproximadamente 100 cafeeiros em produção, destinados apenas ao consumo próprio. Questionado, indicou que o faz pelo “gosto” de lidar com a lavoura, já que o café para consumo poderia ser obtido na propriedade.

qual os irmãos dividiram a propriedade conjunta e passaram a gerir suas próprias unidades, em companhia dos seus filhos homens.

Desde a dissociação até a presente data, novas áreas estão sendo adquiridas, fora da *colônia*, por cada um daqueles seis irmãos, em sociedade com os filhos. Geralmente, estas novas áreas são escrituradas em nome destes últimos, como já destacamos anteriormente, para garantir a transmissão da terra àqueles que efetivamente trabalham com os pais.

A dissolução da sociedade entre os irmãos parece ter se dado em decorrência da possibilidade/necessidade material de fazê-lo, e não por qualquer divergência entre eles, como atesta o fato destes sustentarem, até a presente data, uma grande “identidade” em termos de estratégias e relações, que a vida na *colônia*, também inalterada com o fim da sociedade, parece reforçar.

5.1 | “AQUI É TUDO IGUAL, É TUDO FRATELLI”: TRABALHO E VIDA FAMILIAR NA COLÔNIA DOS FRATELLI

A *colônia dos Fratelli* encontra-se estabelecida a aproximadamente 1,5 quilômetro da praça da capela, no *patrimônio*, ligando-se a este por uma estrada de terra – margeada por plantios de café e hortaliças – e, ao final, por um “carreador de café”.⁶⁴

Por ocasião da aquisição da propriedade – imediatamente sucedida pela transferência da família que, além da presença física, dependia dos recursos obtidos com a venda das terras e implementos possuídos no estado do Paraná para dar-lhe quitação e iniciar a produção no cerrado – não haviam casas; até a implantação da nova *colônia*, portanto, os seis irmãos e seus dependentes passaram a viver na cidade de Araguari, em residências alugadas.

A possibilidade de residir na cidade de Araguari, no entanto, parece não ter exercido qualquer efeito sobre o pretendido pelos irmãos

⁶⁴ *Carreador* é o termo empregado, ao menos localmente, aos caminhos mais largos, que delimitam o fim das ruas de café, e por onde é realizado o trânsito de máquinas e, na colheita, das *carretas* para o recolhimento do café, depositado pelo *peão* naquele local, dentro dos *saquinhos*.

– qual seja, a implantação de nova *colônia*, nos moldes daquela antes existente no Paraná –, tendo em vista que as primeiras construções foram erguidas e ocupadas tão logo possível, antes mesmo da primeira colheita do café, o que aponta para o caráter fundamental deste modo de vida familiar, posto em prática pelos Fratelli até o presente.

A entrada da propriedade é delimitada por dois grandes “pinheiros do Paraná” – ou araucárias, típicas daquele estado –, plantadas à entrada do *carreador* por um dos irmãos. A partir das araucárias, estamos em terra “dos Fratelli”, passando a atravessar diversas ruas de café, algumas delas ocupadas com plantios de hortaliças, até avistar a primeira habitação. Nenhuma das casas pode ser vista da estrada, tendo sido construídas, aparentemente, num ponto central do limite entre as duas propriedades, estando assim cercadas de café por todos os lados.

Na colônia, existem atualmente nove residências – dispostas em uma linha, desnivelada, apenas no trecho onde se encontram as duas parcelas originalmente adquiridas – sem qualquer separação física entre os terrenos. Grandes *terreirões* de café, com pelo menos 30 metros de largura, são a única construção existente entre os terrenos das casas e aavoura.

As residências da colônia são ocupadas não apenas pelos seis irmãos, mas por alguns de seus descendentes. Em verdade, por ocasião do trabalho de campo, um daqueles seis irmãos, Belarmino Fratelli, já não mais residia na *colônia*, como também alguns dos descendentes que, casados, passaram a residir no *patrimônio*. A razão alegada para tanto foi, em todos os casos, a inexistência de espaço na *colônia* para a construção de novas habitações. Quanto a Belarmino Fratelli, a mudança teria se dado para que um dos filhos, Vantuil, pudesse ocupar a moradia paterna, por haver assumido a propriedade, em sociedade com os irmãos, após o pai deixar de exercer a atividade laborativa.⁶⁵

65 Quanto aos descendentes, cite-se o caso de Pedro Paulo Fratelli, filho de Abel – o mais novo dos seis irmãos –, que reside em uma grande moradia no *patrimônio*. Questionado, afirmou não ter sido possível construir a moradia na *colônia*, por falta de espaço; isto não interfere, contudo, em sua presença constante na *colônia*, ao longo do dia de trabalho, ou ainda para visitar o pai, o que afirmou fazer com certa frequência.

O fato da residência na *colônia* ser, em geral, preferida pelos Fratelli – mesmo os de segunda geração que, como no caso de Vantuil Fratelli, optam por assumir a residência paterna, quando este se retira da atividade – colocou-se como de extrema relevância para a compreensão de um modo específico de relações internas à família, que garante a coesão e esclarece a forma como a família se situa (e é situada) nas relações sociais na comunidade.

Esta opção pela colônia pareceu-nos intimamente relacionada a um tipo específico de ligação com as culturas do café e hortaliças, que produz consequências aparentes no plano da organização do trabalho nas unidades de produção, cumprindo-nos desde já estabelecer seus caracteres gerais, para a compreensão das relações estabelecidas pela família no distrito.

* * * * *

Em todas as unidades de produção da família Fratelli, resultantes da divisão das duas propriedades inicialmente adquiridas no distrito, às quais foram adicionadas novas parcelas ao longo dos anos, a produção de café é associada à produção de hortaliças. Questionado acerca do tema, Genaro Fratelli asseverou:

Tem, tem; aqui eles plantam vagem também; usa assim sempre os café mais novo, no meio do cafezinho novo, assim; tem vezes que, às vezes não tem café, é uma área limpa, também uso plantar... Ah, dizer muita vantagem, não é, né? Ajuda assim um pouco, né? Sempre ajuda, porque... isso aí varia, porque... os preços é conforme a procura, né? Quando tiver bastante, o preço vai lá em baixo; na hora que não tem, tá faltando, então os preço é mais alto. Mas ajuda sim, dá uma ajudadinha sim. (...) Essas verdura assim, vagem, essas coisa, até eu não mexo, é os meus filho que mexe, então é pra eles, sabe? Manutenção deles, de mercado, posto, gasolina que eles coloca no carro, coisa assim, e manutenção assim da familinha deles.

Como já afirmamos, uma das razões para o destaque local da família Fratelli parece ser, justamente, o relevante papel que desempenha na economia do distrito, através da produção de hortaliças, cultivo que mobiliza, particularmente na colheita, considerável parcela da mão de obra, especialmente de mulheres *mineiras*. O representativo envolvimento da família com a produção de hortaliças foi destacado, por Cícero Amarante, já em nosso primeiro contato – ressaltando, assim, o quanto a “imagem pública” dos Fratelli parece estar associada a uma exitosa associação deste cultivo com o café.

Em todo o distrito de Corruçal, a produção de hortaliças por *paranaenses* tornou-se comum após a chamada “chuva de pedra”, quando diversos cafeicultores incorporaram este cultivo às suas unidades de produção, como forma de manter as unidades domésticas até que os cafeeiros tornassem a produzir.

Nas propriedades pertencentes à família Fratelli, contudo, estas hortaliças mantiveram sua relevância para a economia familiar, mesmo após a recuperação do cafezal e, desde então, parecem desempenhar um papel fundamental para os arranjos produtivos em cada uma das explorações familiares. Neste sentido, mais do que simples “ajuda” à manutenção das unidades domésticas, em termos econômicos, elas se mostraram fundamentais à manutenção do trabalho familiar nas unidades de produção e, consequentemente, à configuração de cada uma daquelas famílias e da própria “família Fratelli”, enquanto tal.

Como afirma Genaro Fratelli, no trecho acima destacado, o cultivo de hortaliças em sua unidade de produção tem caráter acessório, ou seja, complementar ao café, que permanece como o cultivo principal.

Segundo observamos, nas diversas propriedades da família, dentro e fora da *colônia*, as hortaliças são frequentemente cultivadas especialmente para que os filhos possam manter suas unidades domésticas. Função disso é que, ao ser questionado sobre se produzia hortas, Genaro Fratelli respondeu afirmativamente para, em seguida, dizer que “aqui *eles* plantam vagem também” e, depois de ser novamente indagado, deixar claro que referia-se aos filhos, como proprietários efetivos deste cultivo.

As hortaliças inserem-se, assim, nas unidades de produção da família Fratelli, mantidas em sociedades de pais e filhos, para desempenhar um papel bem determinado, na distribuição do “trabalho” e dos frutos correspondentes. Elas pertencem aos filhos, que mantêm suas unidades domésticas a partir do resultado dessas colheitas, ainda que também participem da colheita do café.

Como consequência da adoção deste modelo de organização do trabalho familiar, temos a designação do pai como o único autorizado a manter sua unidade doméstica a partir do capital obtido com o café. Longe de representar uma desagregação entre pai e filhos, estes direitos respectivos de fruir do capital obtido através do café e da hortaliça – considerando-se o café como o cultivo principal, central para a unidade de produção e, assim, hierarquicamente superior às hortaliças – reforçam a autoridade paterna frente aos filhos.

Ademais, ao desonerar o capital obtido com a colheita do café, as hortaliças permitem a aquisição de novas parcelas de terras, o que é gerido pelo pai sob o fundamento de garantir a possibilidade de manutenção dos filhos após seus casamentos. Efetivamente, com a aquisição de novas parcelas, e a consequente escrituração destas em nome dos filhos, o pai assegura a transmissão da propriedade ainda em vida, apenas para aqueles filhos que com ele efetivamente exerçam a atividade laborativa. Neste processo, observamos um novo reforço à autoridade paterna sobre toda a unidade, já que, sendo ele o principal proprietário do café, e sendo ainda o capital obtido com o café quem permite a compra de terras, simbolicamente, é o pai quem está viabilizando esta compra das terras e, consequentemente, o desenvolvimento econômico dos filhos.

Ao viabilizar, de forma direta, a manutenção das unidades domésticas filiais e, indiretamente, a aquisição de novas parcelas – pela liberação do capital obtido na colheita de café –, o plantio de hortaliças no modelo acima esboçado assegura a permanência dos filhos, suas esposas e descendentes respectivos na unidade de produção, o que tem efeitos econômicos – por ocupar a todos, até mulheres, tornando a família o principal suprimento de mão de obra da unidade –, e também não econômicos.

Dentre estes efeitos que classificamos como “não econômicos”, apontamos o fato de que a existência de trabalho suficiente à ocupação de todos os filhos – e eventualmente de suas esposas – na propriedade impede o abandono da unidade de produção, o que poderia ocorrer, caso o capital gerado exclusivamente pelo café fosse insuficiente à manutenção de todas as unidades domésticas dependentes da mesma unidade de produção.

Este arranjo produtivo – baseado numa específica associação entre café e hortaliças – ao fomentar que toda a família trabalhe na propriedade, garantir a possibilidade de aquisição de novas parcelas de terra e, consequentemente, o envolvimento dos descendentes com as respectivas unidades de produção paternas – refreia o processo de dissociação, observado quando se dão conflitos de ordem redistributiva dos frutos do trabalho. A permanência da família na mesma unidade de produção, com trabalho para todos, acreditamos, reforça a coesão interna que caracteriza aos Fratelli nas relações que estabelecem na comunidade.

Cumpre ressaltar que todas as unidades de produção da família Fratelli possuem cultivos de hortaliças; muitos dos filhos e netos dos irmãos da primeira geração já conseguem adquirir bens de consumo duráveis, inclusive automóveis, a partir de recursos gerados pela produção de hortaliças – obtidos por ocasião de uma alta qualquer nos preços do cultivo, que são altamente voláteis –, que lhes passa a competir por autorização paterna, no processo de aquisição de autonomia e participação efetiva na unidade de produção familiar.

Neste diapasão, vale destacar o que disse Cícero Amarante, referindo-se aos Fratelli, quando questionado sobre o envolvimento dos filhos no processo produtivo:

Cícero Amarante: Que nem ali, nos Fratelli ali, aquele Cesar, irmão do Garibaldo, você conheceu o Cesar, né? Tem aquele rapazinho dele, que é muito econômico... ele dá sempre pra ele, tá trabalhando com o pai, mas dá a oportunidade dele plantar um quadro de vagem pra ele; então ele falou: ‘Pai, eu vou comprar um carro pra mim agora, eu quero novo, zero’, ‘De quanto é que você precisa pra comprar o seu carro?’,

‘Não, pai, eu não preciso não, eu tenho meu dinheiro guardado!’. Pegou e comprou o carro zerinho! O Cesar disse que se surpreendeu, que não pensava que o menino tinha aquele dinheiro, que ele não gasta com nada! Então, ele foi plantar, vendia a vagem, vendia uma coisa, fazia 2.000 esse mês, 3.000 mês que vem, e foi juntando. E foi comprar o carro, ele tava com os 25 mil guardadinho pra comprar o carro! Ele colhia o que era dele, ajudava o pai, mas tinha aquela parte que era dele... (...)

Pesquisador: Agora, o Cesar deu uma parcela pra horta, né, não deu café pro filho...

Cícero: É. Não, não é o café.

Resta claro, portanto, o papel fundamental do cultivo de hortaliças na realização desta estratégia, que viabiliza o envolvimento e a manutenção dos filhos nas unidades de produção da família Fratelli, como destaca Cícero Amarante, que conserva grandes laços com a família.

Por fim, cumpre destacar ainda que a maior parte das atividades relativas à lavoura efetivamente são realizadas por mão de obra familiar. Como asseverou Genaro Fratelli:

Aqui, na colheita nós ocupa gente, sabe? Tirando disso aí, nós não ocupa mais quase ninguém, porque é tudo feito assim, por máquina, né? E é eu e meus filho mesmo que toca, e a gente também... eu também dou umas arada aí de vez em quando... que nem hoje, existe o roundup; roundup é pra matar mato; então, acabou carpir, assim, sabe, aquele sistema de carpir, essas coisa, hoje é tudo mecânico; aí cê pega um trator aí cê passa em 50, 60 mil pé por dia, um herbicida aí, você mata todo o mato; não precisa de mexer com gente, né? E só mesmo na colheita, né, porque você vai passar um veneno no café, é trator e a máquina também; então é tudo feito assim com máquina.

Como observamos, o trabalho em cada uma das unidades de produção da família Fratelli é materializado, basicamente, a partir da mão de obra do produtor, seus descendentes em linha reta e, eventualmente, as esposas destes – frequentemente envolvidas com a produção de hortaliças. Com a mecanização, o próprio produtor, acompanhado exclusivamente pelos filhos homens, consegue realizar as principais tarefas cotidianas.

Este envolvimento de toda a família na produção de hortaliças é tido, no distrito, como uma característica extremamente positiva. Como destacou Cícero Amarante:

A mulher do Garibaldo (Fratelli), por exemplo, trabalha na roça feito uma... aquilo é braba na roça! Ela foi criada na roça, e é na roça até hoje! Agora já tão bem de situação, mas ainda trabalha feito ninguém! (...) Ali nos Fratelli tem aquelas nora deles, aquelas filha, todo mundo é na roça! Os homem, as mulheres, tudo na roça! E estão crescendo! Tão crescendo cada ano!

Para Cícero, portanto, o amplo envolvimento da família Fratelli com “a roça”, ou seja, com as atividades diretamente relacionadas à lavoura, é representativo de um amplo interesse pela atividade produtiva, ainda que dela pudesse eventualmente prescindir, por estarem todos “bem de situação”; como destaca, seu crescimento parece estar vinculado a esta manutenção de toda a família, principalmente dos descendentes, nas atividades da lavoura.

Esta atividade produtiva diretamente relacionada à unidade de produção parece garantir ainda maior vinculação de pais e filhos com a propriedade, reforçando seu caráter de *produtores*, o que os distingue de Margarida Gutierrez, Paulo e Ezequiel Amarante, por exemplo.

Como já registramos, este arranjo produtivo específico pode ser observado nas mais diversas unidades de produção “dos Fratelli”; ele parece assegurar, além de uma série de efeitos econômicos, resultados não econômicos que garantem, em suma, uma grande coesão à família, que caracteriza suas relações na comunidade.

Neste sentido, importante destacar que mesmo aqueles membros da família Fratelli de segunda geração que deixaram a *colônia*, por impossibilidade de construção de suas moradias, optaram por residir no *patrimônio*, e não na cidade, como fizeram Margarida, Paulo e Ezequiel Amarante, dentre outros. A forte vinculação que mantêm com a lavoura, diversa daquela mantida por Margarida, Paulo ou Ezequiel, parece ser a garantia disto.

Todos os elementos acima destacados – o arranjo produtivo específico entre café, hortaliças e trabalho familiar, somado à vida na colônia – parecem ser suficientes à conformação de uma identidade comum à família, identidade que éposta em operação frequentemente, nas relações sociais estabelecidas no distrito, como veremos adiante.

* * * * *

Aqui é tudo Fratelli! Aqui, cé ir pra lá, é tudo igual, é tudo Fratelli! E eu nem sei se você precisava ir conversar com eles, porque o que eu tô falando aqui, é o que eles vai falar... eu acho que, num sei, eu acho que essa entrevista aqui já vale pra toda a turma aí! (Genaro Fratelli).

Por todo o exposto, observamos a existência de uma forte “coesão” interna à família Fratelli, que no plano das unidades de produção parece ser justificada pelo modelo específico de exploração familiar, e no plano mais amplo pela vida na *colônia*, com a qual aquele se relaciona diretamente. A compreensão dos mecanismos que alimentam esta bem marcada “identidade”, o “ser Fratelli”, nos pareceu fundamental à compreensão das relações sociais estabelecidas pelos mais diversos membros da família, no âmbito do distrito, ou fora dele.

Primeiro, consideramos a própria existência da *colônia* como representativa de um tipo específico de relações, tomando o espaço como materialização destas. O “isolamento” cotidiano, na *colônia*, quebrado principalmente nos finais de semana, por ocasião das missas no *patrimônio*, parece corresponder a um privilégio, no cotidiano, das rela-

ções entre os parentes frente às relações exteriores, sobre o que discorremos no próximo item.

Mais do que a moradia, contudo, o trabalho na colônia pareceu-nos fundamental à constituição da família. Sociedades de pais e filhos, ou entre irmãos, existem em outras unidades de produção; a *colônia*, contudo, pôde ser observada tão somente no caso dos Fratelli.

A manutenção da família na unidade de produção e, consequentemente, na atividade agrícola, representa a manutenção de uma identidade social, conformada por visões de mundo específicas. Significa, por exemplo, a manutenção do compromisso com a igreja, onde a família tem afirmado o seu caráter diante das demais.

Não queremos propor que seja o modelo de exploração das unidades de produção ou a vida na *colônia* que, isoladamente, conferem este papel aos Fratelli. Parece ser, entretanto, a conjunção destes elementos que lhes permitem ser “os Fratelli” nas relações locais, o que analisaremos a seguir.

5.2 | “*O Povo Daqui NÃO COSTA DE TRABALHAR MUITO ASSIM*”: TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS DA FAMÍLIA FRATELLI NO DISTRITO

Como já destacamos, a residência na *colônia* não traz consequências tão somente no próprio plano “territorial” da vida familiar. Uma série de aspectos da vida cotidiana, como a sociabilidade, é orientada pelas mesmas “visões de mundo” que conformam este modelo específico de moradia e são por ele conformadas.

Apesar de existirem diversas unidades de produção, congregando uma ou mais unidades domésticas da família Fratelli, é curioso ressaltar que a característica de “unidade” da família, fortemente marcada pelo modelo de exploração econômica e pela vida na *colônia*, faz com que, geralmente, em suas relações sociais, os parentes sejam tratados como componentes fracionários de uma “unidade” maior. Neste sentido, são frequentes nas conversas no distrito a menção à “família Fratelli” ou “aos Fratelli”, mais do que a qualquer um deles, isoladamente.

Os Fratelli possuem amplas relações com os demais produtores de café do distrito, especialmente a partir da igreja, pelo relevante papel que desempenham na organização das atividades. Como nos disse Genaro Fratelli:

É, lá, no sábado, foi tudo lá, na igreja, se encontra lá, né? De vez em quando sai uma festinha aí, aniversário, reúne tudo de novo, junta tudo... mas a igreja é mais, todo sábado, lá é sagrado mesmo! Tudo junta lá. Até à frente da comunidade, da nossa turma aqui, tem acho que uns 40% que mexe lá com a igreja lá... cântico, diretoria, essas coisa... é, maioria é tudo dos Fratelli aqui! Tem um que é ministro, que mora aqui, o outro é guitarrista, e por aí vai... até outro dia eu tava oiando lá, sábado, no coral lá, tinha parece que nove pessoa, tinha sete que era daqui! Sete Fratelli! Ó, que beleza! Sete, só da turma daqui!

A marcante presença dos Fratelli à capela, comparável apenas à de Cícero Amarante, por sua constância e simbolismo, parece ser motivo de grande orgulho, como destacou o próprio Genaro Fratelli, no trecho acima.

Do mesmo modo que aferimos em relação a Cícero Amarante, esta participação dos Fratelli na comunidade religiosa parece estar profundamente relacionada ao *status* de que gozam os familiares nas relações sociais do distrito.

Acreditamos que esta grande “coesão” interna permite a conformação de uma espécie de “identidade” que, mobilizada por eles próprios, reconhecida e reproduzida por seus interlocutores, se faz presente também no ambiente religioso, em que os “Fratelli” aparentemente se fazem valer desta “unidade” para posicionar-se diferencialmente, remarcando sua legitimidade em colocar-se à frente da comunidade.

Neste sentido, foram diversos os relatos – inclusive de *mineiros* – que nos deram conta de que os Fratelli seriam os responsáveis por colocar a igreja “de pé”, já que teriam sido os principais articuladores

da principal reforma ali realizada, nos últimos anos, e até a presente data, os principais mantenedores da capela, a partir de suas contribuições financeiras e mobilização para a obtenção de recursos em campanhas etc.

Neste diapasão, destaque-se que a capela é anterior ao próprio estabelecimento do *patrimônio* e, consequentemente, anterior à chegada dos *paranaenses*; como nos relataram alguns entrevistados, a ocupação destes postos de direção dos trabalhos religiosos, pela família, teria se dado na forma de uma verdadeira “expropriação”, pela qual teriam eles – a partir de suas iniciativas e do capital empregado nas ações correspondentes – solapado a legitimidade dos *mineiros*, então ocupantes destas mesmas funções.

Para tanto, fundamental importância pareceu-nos possuir o caráter de “coesão” que destacamos no item anterior, e que para nós caracteriza a família em suas mais diversas relações. Assim, quando Genaro Fratelli afirma que “tem um que é ministro, que mora aqui”, ele deixa claro o quanto a residência na *colônia* pode ser mobilizada, no discurso, como um sinônimo para ser “parente”, para ser “família”. Ser da *colônia* é ser Fratelli. E ser Fratelli é não apenas ser da igreja, mas ser “ministro”, “guitarrista” ou do “coral”; é ser necessariamente “alguém” na igreja.

Por outro lado, a sociabilidade da família Fratelli parece bastante limitada ao próprio distrito, e mesmo à comunidade religiosa, já que não observamos, por parte dos irmãos entrevistados, efetiva participação em outros “centros” de sociabilidade dos cafeicultores, como a Associação ou a Cooperativa. Questionado sobre seu vínculo com tais entidades, Genaro Fratelli asseverou:

Não. Lá (na Coocacer) eu era, e saí fora. (...) Ah, o problema ali é que, café, sabe, desaparecia café lá da cooperativa. Você depositava o café lá e de repente cê não tinha mais o café lá; muitos andou perdendo, eu não perdi, mas muitos andou perdendo... eu soube disso, outro soube, aí... andei até pagando pra sair fora.

Como relevante parcela dos produtores do distrito – dentre os quais, todos os seus irmãos entrevistados –, Genaro Fratelli não é associado à ACA ou à Coocacer.

A Associação praticamente não foi objeto de manifestação, por parte de Genaro, ao passo em que a Coocacer, da qual já foi cooperado, foi por ele situada como pouco inspiradora de confiança, desde que ali se deram perdas de café – atribuídas à comercialização indevida, em bolsa, do produto armazenado, gerando prejuízo amargado por muitos outros produtores do distrito –, evento que estimulou sua saída.

Neste sentido, Genaro Fratelli contraria Paulo Amarante, para quem a Coocacer garante segurança superior em relação aos armazéns particulares, além de uma série de “contatos” que ele considera fundamentais. Estas duas “vantagens” parecem não estar colocadas, nestes mesmos termos, para Genaro Fratelli.

Entre Genaro e Paulo, aparentemente, vige a diferença que preside a relação entre este último e o próprio pai, quanto ao privilégio de determinadas etapas do processo produtivo, em detrimento de outras.

No caso de Margarida, como já mencionamos, a condição de *administradora* é composta não apenas pelo privilégio das etapas “pós-lavoura” da produção de café, mas, principalmente, do processo de gestão *certificado*, empregado ao longo da cadeia produtiva.

Sobre a visão que conservam da própria atividade, cumpre registrar o que nos disse Josemar Piccolo, citando o sogro Giacomo Fratelli que, segundo ele, “tem pena de vender o café”; ou seja, seria tal a relação entre os pioneiros da família Fratelli e a lavoura, propriamente dita, que a eles importaria muito mais produzir café do que ser capaz de comercializar esse café e obter bons preços com isso – no que estariam assemelhados a Ernesto e Cícero Amarante, por exemplo.

Quanto à certificação de propriedades, Genaro Fratelli demonstrou relativo desconhecimento e desinteresse:

Pesquisador: Eu queria que o senhor me explicasse um pouco como é essa coisa da certificação... como está essa coisa aqui em Araguari, principalmente aqui na Corrutelinha?

Genaro: Você fala certificação de que jeito aí?

Pesquisador: Essa certificação das fazendas, que o pessoal está querendo implantar... Tem essa coisa do Café do Cerrado, da Denominação de Origem...

Genaro: Ah, sim, de muitos café assim, já não pode fazer o que a gente faz no normal assim, tudo isso? Ah, eu acho que isso aí, acho que vai demorar um pouco, porque não é tudo que tá concordando com isso aí não... Aqui em Araguari tem bem poucos que tem isso aí, né?... Até tem isso de despolpar café, muitos até parou, que não compensou. Não é tanto o investimento alto, é que pra vender o café depois, quase no preço do outro café comum, aí... Então o Ernesto Gutierrez tem isso essa certificação aí, né? Eu não sei se é vantagem, que eu quase não conheço essa área aí, mas, é bem poucos aqui no Araguari que faz isso daí. (...) Aqui mesmo, na nossa turma mesmo, acho que ninguém pensa em fazer isso daí ainda não... Aqui nos Fratelli, eu acho que não pensa...

O próprio Genaro, ao mencionar a “despolpa” do café, quando questionado acerca da *certificação* indica-nos que esta só seria pensada se representasse incremento no resultado final da produção de café de sua propriedade, e não apenas um processo específico. A *certificação* garante um *status* diferenciado, tão somente, em mercados e espaços nos quais este produtor não toma parte, como a associação, o que justifica sua indiferença ao tema.

Assim, todas as vantagens decorrentes da certificação – elencadas nas entrevistas realizadas com Margarida Gutierrez – não se traduzem como “vantagens” suficientes para que sejam promovidas as modificações exigidas na estrutura física e organizacional da propriedade. Pelo contrário, as alterações estariam apenas, para eles, interferindo na sua autonomia, na sua capacidade de produzir café, pela necessidade de recorrer, cada vez mais, à tecnificação e aplicação de recursos obtidos em financiamento bancário.

* * * * *

Cumpre-nos agora desenvolver algumas impressões acerca da relação que os Fratelli estabelecem com a mão de obra em suas propriedades, que foi o mecanismo pelo qual pudemos explorar suas relações com os outros atores sociais do distrito, *mineiros* especialmente.

Nenhum dos produtores da família Fratelli realiza suas colheitas de café com recurso à mecanização. Frequentemente, contam com mão de obra de *peões* trazidos da Bahia, do mesmo grupo que compõe a mão de obra utilizada por Cícero Amarante.

Questionado sobre as razões para a contratação de trabalhadores migrantes, Genaro Fratelli asseverou:

O pessoal daqui já não é bem... prático que nem esse pessoal que vem de lá. (...) Eles vêm mais interessado, e trabalha até mais, mas é por causa disso daí, porque se a gente for com o pessoal daqui, a colheita demora muito mais, né? O meu não é muito, ano passado veio 12 pessoas; esse ano aqui eu calculo que vai vim umas... mesma coisa, de 10 a 12 também; e eles colhe essa quantia de café tranquilo, com 90 dia mais ou menos. (...) O povo daqui não gosta de trabalhar muito assim. Trabalha até as três, quatro hora, vai embora a hora que quer, mesmo que você registrar eles, fazer tudo, mudou muito, de primeiro tinha um povinho até bão aí, né? Mas esse povo bão, a maioria foram embora. (...) Outra que já entrou máquina também, muitas máquina no café também, no final vai ser só máquina, não vai ter outro resultado... porque, com gente assim... Cê vê, nós vai buscar gente lá no Paraná pra colher café aqui, cê acha que precisava disso? Podia ser gente daqui, né? Mas, se cê punhar gente daqui, enrola, aí, difícil pr'ocê fazer a colheita, aí tem que pegar gente de fora.

As razões para a contratação de trabalhadores migrantes, e não *mineiros*, para a realização da colheita do café parecem estar relacionadas, destarte, a um conjunto de representações sociais pelo qual os

mineiros são considerados inaptos a este tipo de trabalho, como já ressaltamos anteriormente.

Tal não se dá com a produção de hortaliças; como já destacamos, este cultivo mobiliza a maior parte da mão de obra local, especialmente de mulheres *mineiras*, moradoras do próprio *patrimônio*, o que aparentemente se impõe tendo em conta a frequência de sua realização e o próprio caráter da colheita de hortaliças – considerado um trabalho feminino, como já destacamos.

As mulheres da região são consideradas, assim, genericamente mais aptas ao trabalho, porque podem se dedicar à lavoura de hortaliças. Os homens *mineiros*, contudo, além de não “servir” para o trabalho com o café, supostamente não sabem, não gostam e não aceitam trabalhar com hortaliças, razão pela qual permanecem alheios também a esta atividade produtiva.

Sendo os maiores produtores de hortaliças dentre os *paranaenses*, os Fratelli são aqueles que maiores relações estabelecem com *diaristas/volantes*, ao longo de um dia de trabalho.

Quanto aos *mineiros* residentes no distrito, interessou-nos observar que, superado o discurso inicial de grande proximidade entre todas as famílias, a distância entre Genaro Fratelli e os *mineiros* do distrito pôde ser observada com evidência como quando, ao longo de uma de nossas conversas, o entrevistado manifestou-se sobre roubos, cada vez mais frequentes na região:

Ontem mesmo eu fui no sítio que tem pra lá, cheguei lá: ‘Uai!’, roubaram o transformador; já viu, transformador de energia? Então, naquela propriedade, que dá uns quatro quilômetro daqui lá... No fundo lá tem um poço, o transformador, uma casinha lá perto... roubaram o transformador lá em cima do poste! (...) E é pessoa da Corrutelinha. Porque, o cara não trabalhando, ele vai viver do quê? Esses um que a gente vê aí, que não faz nada, não trabalha... (...) Você vê muita gente aí, um mexe com tomate, outros mexe com outra coisa, não vê falar nada disso aí, né? Mas esse povinho aí que não mexe com nada, nem na colheita do café não

trabalha, então... (...) Esses que são os perigoso, né? Porque a gente que tem a propriedade, e nós não para, nós não pode parar, tem que tá trabalhando, né?

Segundo o produtor, seriam os próprios moradores do distrito, *mineiros*, os responsáveis por estes roubos. Registre-se, contudo, que não seriam quaisquer *mineiros*, mas apenas aqueles “desocupados”, ou seja, que não estão submetidos ao “controle” dele próprio, Genaro, enquanto mão de obra vinculada à produção de hortaliças em sua unidade de produção.⁶⁶

Neste sentido, interessante observar como Genaro Fratelli mobiliza o “trabalho” como critério de distinção e de desqualificação dos *mineiros*, de forma genérica; *a priori*, não haveria obstáculos às relações com estes, desde que fossem “trabalhadores”. Entretanto, contudo, há uma percepção geral de que esta não é uma qualidade frequentemente ostentada pelos moradores do distrito:

O povo daqui, chega o povo, sete e meia, oito horas no café, senta ali, primeiro vai tomado o café, comendo o pão, aí vai, trabalha de pouquinho, chega a hora do almoço, e vai enrolando; tem muitos que não é três hora, quatro hora, pega e já vai embora, vem com uma bicicleta dali... tá nem aí de ganhar mais não, porque é por saquinho, você panhou um saquinho de três lata, cê colheu um a mais, cê ganhou um saquinho a mais, assim... não tão nem aí não! E tem essa ainda: pedem aumento de preço direto! Falam que não tá dando, que não sei o quê... então, pra mim não serve!

66 Genaro Fratelli não foi o único a tratar de roubos na região associando-os à população local, *mineira*. Neste sentido, o casal Josemar Piccolo e Aparecida Fratelli, filha de Giacomo Fratelli, tratando do aumento no número de roubos, especificamente na época da colheita, reputaram sua autoria aos *mineiros* que, com a presença dos “de fora” – muitos oriundos do estado do Paraná, como os próprios *paranaenses* –, teriam o alibi perfeito para o fazerem.

Sobre as razões para esta alegada disparidade entre os comportamentos de *paranaenses* e *mineiros*, Genaro asseverou, quando questionado:

Eu acho que vem de família, de criação mesmo, né? Agora, sobre vagem, essas coisa, é as mulherada que mexe com isso, né, a maioria; e pra isso, são bão; elas vêm aí, sete horas, até quatro e meia, trabalha das sete às quatro e meia, que é o dia... Aí vai, esse serviço mais leve assim. Se partir pr'uma colheita de café, assim, aí cê só sofre na unha deles. A maioria é povo de fora, a maioria. E eu acho que é por isso que aumenta os roubo também, porque, sobra gente aí à toa aí, que a gente não quer dar serviço pra eles, né? Então fala: 'Agora, vamos roubar aí'. E outra, que tem gente que mesmo que a gente dê serviço aí, fala 'Não, já arrumei gente!', já conheço a fera, né? Eu já arrumei gente, vou arrumar alguém pra me levar só lá na justiça, esse que é o problema; eles têm isso aí, eles leva a gente lá na justiça, no Ministério do Trabalho; então, você pega o pessoal de fora, é muito difícil deles fazer isso.

Destarte, Genaro Fratelli parece salientar uma impossibilidade geral de estabelecimento de relações com *mineiros*, justamente em razão deste critério pelo qual eles são pouco afetos aos compromissos com o “trabalho” – o que seria demeritório de todo o seu modo de vida, afastando-os do mundo social integrado por este *produtor*.

Como destacado no trecho acima transcrito, para Genaro Fratelli parece residir na estrutura familiar a justificativa para as virtudes e defeitos ostentados pelos indivíduos. Neste sentido, merece atenção o que o mesmo afirma a respeito das relações de parentesco estabelecidas por seus filhos:

Misturou! (risos) Um casou com uma baiana, outro com uma mineira, e os outros dois com paranaense, mas morando aqui, paranaense que morava lá e mudou pra cá. (...) É o que se dá mais certo, mas... muitos casam com paranaenses que

vem de lá, já é conhecido, conheceu talvez até aqui... mas isso aí a gente não tem assim uma certeza assim, porque... varia muito...

Sobre os casamentos, curioso observar que as fortes ressalvas ao comportamento geral de *mineiros* parecem não ser aplicadas, em geral, no casamento dos filhos homens, que “misturaram-se” com uma *baiana* e uma *mineira*; observamos o mesmo na família de Abel Fratelli, irmão caçula de Genaro, que possui um casal de filhos, ambos casados com *mineiros*.

Questionado, Abel Fratelli afirma que jamais houve qualquer vedação ao casamento de sua filha com quem quer que fosse, *paranaense* ou *mineiro*, mas sim a preocupação com a possibilidade de que o genro fosse capaz de dar a ela “condições adequadas de sobrevivência”. Indagado a este respeito, afirmou que “o rapaz é trabalhador”, aparentemente confirmando que a própria distinção entre *paranaenses* e *mineiros* é constantemente complexificada, na prática, pelas partes envolvidas, importando, isto sim, a presença dos elementos considerados fundamentais ao casamento desejável.⁶⁷

Longe de podermos afirmar que estes casamentos entre *paranaenses* e *mineiros* representam transgressões aos critérios familiares vigentes para as relações no distrito, acreditamos que eles os confirmam, como poderemos demonstrar após a análise das relações estabelecidas por José Belo e filhos.

67 Aparentemente, maior preocupação recai sobre os casamentos das filhas, tendo em vista que, em sendo o homem o responsável pela unidade de produção e pela manutenção da unidade doméstica, menor relevância possuem, na definição do “bom casamento” as características das esposas dos filhos homens acerca do trabalho.

Capítulo 6 | JOSÉ BELO E FILHOS

José Belo é um produtor de café da comunidade do Rio Novo. Possui uma *chácara*, pequena propriedade com 3,19 hectares de área, além de arrendar parcela de terras de uma propriedade vizinha, com aproximadamente dois hectares, totalizando pouco mais de cinco hectares de café plantado.

Sua propriedade é uma das quatro *chácaras* da comunidade do Rio Novo localizadas na margem direita da estrada que liga a cidade de Araguari ao *patrimônio* do distrito de Corrutelinha; a residência encontra-se construída a menos de 100 metros da estrada, e dela encontra-se separada apenas por uma cerca baixa, e pelo terreirão de secagem de café.

Tivemos a oportunidade de estabelecer contato com José Belo ainda no primeiro dia da Fenicafé 2008 – quando este aproximou-se de Cícero Amarante, a fim de solicitar uma “carona” até o distrito.⁶⁸ A partir de então, realizamos inúmeras visitas à sua residência, sendo sempre recebidos com grande boa vontade e interesse por parte do produtor, sua esposa e, eventualmente, seus filhos.

José Belo nasceu em Paiçandu, pequena cidade distante menos de sete quilômetros de Maringá, norte do estado do Paraná; viveu ainda nas cidades de São Tomé e Altônia, situadas naquela mesma região,

68 Sobre este evento, interessante destacar que, além de Cícero Amarante, também Ernesto Gutierrez chegou a ser abordado por José Belo, com um pedido de carona para o distrito. Ao contrário de Cícero, contudo, que permitiu-lhe tomar parte em nossa conversa, Ernesto Gutierrez pareceu-nos um tanto constrangido com a presença de José Belo, apressando-se em afirmar que não estaria retornando ao distrito naquele momento. O significado deste encontro somente se colocou para nós ao longo do trabalho de campo, quando logramos identificar as respectivas posições sociais de cada um destes produtores no esquema de relações vigente no distrito. A presença de José Belo à Fenicafé será objeto de maiores considerações ao longo do capítulo.

vindo por fim a deslocar-se para Araguari, atendendo ao convite de um ex-patrão – e compadre – da cidade de São Tomé.

Em Minas, chegou acompanhado por dois colegas que, segundo ele, ali não “fizeram futuro”, retornando após algum tempo à cidade de origem; um destes encontra-se, atualmente, em São Paulo, onde se dedica à construção civil.

José Belo salienta que sua permanência no distrito somente foi possível por já haver se deslocado com contrato de trabalho avençado (com aquele compadre, que permaneceu residindo no norte do Paraná), ao contrário dos colegas, que vieram sem qualquer garantia, e acabaram não conseguindo estabelecer-se.

Por aproximadamente seis anos, José Belo foi administrador da propriedade do compadre, situada no distrito de Ararapira, ali permanecendo, por mais cinco anos, mesmo após sua aquisição por um *grande fazendeiro mineiro*. Ao longo deste período, reuniu a renda recebida anualmente pelo café produzido – equivalente a 5% da colheita – para, por fim, adquirir pequena parcela de terras, em área próxima à cidade de Araguari, onde “formou” sua lavoura de café; contudo, face à ausência de moradia, dentre outros fatores, optou por vender tal propriedade e adquirir a pequena chácara, de 3,19 hectares, onde vive até hoje.

O fato de haver chegado ao distrito na condição de *empregado*, aparentemente, trouxe importantes consequências no plano das relações sociais deste *produtor*; se, por um lado, ao passar à condição de *produtor*, José Belo pôde ascender a uma posição social correspondente, observamos que suas relações sociais ainda são marcadas por esta trajetória específica, como veremos ao longo deste capítulo.

Neste sentido, José Belo pareceu-nos ocupar uma posição limite na escala social do distrito, mas, ainda assim, ser visto como *produtor* e tratado com respeito por seus pares – como atesta o casamento entre uma de suas filhas e um dos filhos de Genaro Fratelli. Interessou-nos, assim, desenvolver considerações a respeito das características da unidade de produção de José Belo, estabelecendo suas ligações com os critérios de sociabilidade que orientam suas relações na comunidade.

6.1 | “É PORQUE CAFÉ É COISA DO PAI”: A UNIDADE DE PRODUÇÃO DE JOSÉ BELO

José Belo reside na propriedade, com a esposa – Helena – e dois filhos – Fernanda e Tiago, que contavam 26 e 22 anos de idade, respectivamente, à época da pesquisa. A filha Marcia, de 23 anos, não mais compõe a unidade doméstica, desde que se casou com um dos filhos de Genaro Fratelli.

José Belo possui aproximadamente 18 mil pés de café plantados, distribuídos entre a chácara e outros dois hectares de terra arrendada. No momento em que realizamos o trabalho de campo, a produção de café consistia na única forma de exploração da terra na unidade.

Em pelo menos uma oportunidade, contudo, após a transferência para o distrito, José Belo chegou a manter-se exclusivamente a partir da produção de hortaliças – por período superior a um ano –, em razão da necessidade de renovação do cafezal. Sobre o episódio, afirmaram o produtor e sua filha, Fernanda:

Fernanda: Nós viveu do mesmo jeito!

José: Se bobear, nós ganhou mais dinheiro do que com o café.

Fernanda: Porque naquele ano nós não gastou! Porque naquele ano que a gente foi arrancar o café, a gente tirou uma colheita boa lá no que a gente tinha arrendado, e tirou aqui, e aqui a gente quase não tratou pra tirar colheita, porque, no caso, ia rancar, e não gastou no ano seguinte, que não tinha café... (...) É que tinha uma época que a gente, todo mundo tinha medo de rancar café e passar fome, né?

José: Passar fome! Falava assim: ‘Vou rancar e vou ficar sem renda, porque eu vou viver do quê depois?’; agora, hoje não, cê ranca o café, cê planta tomate, cê planta pimentão, planta couve-flor, ali você ganha mais do que com o café! Então nós

não depende do café pra viver, né? Antigamente nós dependia do café pra viver, hoje não, hoje tem a verdura, né?

Como asseverou José Belo, a produção de hortaliças foi fundamental à manutenção da unidade doméstica durante o processo de renovação da lavoura de café; segundo afirma, deverá reproduzir este processo de renovação da lavoura na *chácara* vizinha, oportunidade em que a terra deverá ser aproveitada para o plantio de hortas.⁶⁹

A despeito de tais alegações, observamos que José Belo não se dedica, como fazem inúmeros outros produtores da região – com propriedades inclusive mais extensas que a sua –, à produção de hortaliças, fato que interessou-nos especialmente.

Questionados quanto à relação que possuem com as duas culturas – café e hortaliças – afirmaram José Belo e a filha Fernanda:

José: Posso rancar, plantar verdura um ano, e depois voltar no café de novo... a gente não vive sem café não! (risos)

Fernanda: Ele não vive sem café! (risos)

José: Eu não vivo sem café; os daqui já veve sem café!

Como observamos, ser *produtor de café* parece fundamental para José Belo, mais pelo papel que este cultivo representa, em termos de hierarquia entre cultivos e, consequentemente, entre produtores, do que especificamente por uma questão econômica.

Como sugerem os dados a serem analisados ao longo deste estudo, a condição de liminaridade em que se encontra José Belo torna este produtor ainda mais “dependente” da lavoura de café, quando comparado a outros produtores do distrito que associam café e hortaliças com maior liberdade. Justamente por possuir tão reduzida parcela de terras, a identidade de “cafeicultor” – e tudo o que dela decorre, como uma determi-

⁶⁹ José Belo está negociando a aquisição da chácara vizinha junto a uma conhecida, mineira, moradora do distrito.

nada posição na hierarquia social local, possibilidades de obtenção de crédito etc. – é defendida por José Belo com empenho particularmente considerável.

Neste sentido, os filhos de José parecem sofrer as consequências desta condição de “liminaridade” em suas relações, na medida em que a constituição de suas unidades domésticas passa a estar menos sujeita a liberalidades ou interesses pessoais e mais orientada no sentido da permanência desta relação específica com a unidade de produção, sumamente identificada como uma relação que permita, especialmente ao filho Tiago, a manutenção do título de *produtor de café*.

Antes de desenvolvêrmos todas as consequências que a condição econômica de José Belo traz para as relações que ele próprio, e seus filhos, estabelecem no distrito, impõe-se traçarmos algumas considerações sobre o próprio regime de trabalho da família, que interessou-nos especialmente pelo tipo específico de vinculação dos filhos com a unidade.

* * * * *

O trabalho na *chácara* de José Belo sempre foi materializado a partir de mão de obra familiar – atualmente, do próprio produtor e, eventualmente, da esposa ou dos filhos que ainda residem na propriedade. Eventualmente porque, como o próprio José informa, a propriedade é pequena e não comporta o envolvimento de toda a família; neste sentido, esposa e filhos já começaram a desenvolver outras atividades, especialmente as ligadas à produção de hortaliças.

Quanto à esposa, ao longo de todo o trabalho de campo, não raro tivemos notícia de que esta teria se ausentado da casa para trabalhar na colheita de hortaliças em outra propriedade do município, frequentemente fora do distrito. Questionada, a mesma informou que o capital obtido a partir de suas atividades seria destinado à aquisição “das suas coisas”, itens em que estivesse pessoalmente interessada, como uma roupa ou “qualquer coisa diferente que tivesse vontade de comer”.⁷⁰

70 Chegamos a realizar mais de uma refeição na residência de José Belo e, em todas elas, havia grande fartura. Acreditamos que a família não esteja submetida a dificuldades

A filha mais velha, Fernanda, além de frequentemente acompanhar a mãe na colheita de hortaliças em propriedades vizinhas, exerce também a atividade laborativa junto ao irmão mais novo, Tiago, que arrendou parcela de terras de um conhecido *mineiro* do distrito – Chico Pereira, proprietário de uma das “vendas” existentes no local – e lá realiza o seu próprio plantio de hortas, especialmente tomate. Quando questionado sobre a preferência dos filhos pelas hortaliças, José Belo afirmou:

José: Ah, sei lá, porque ele gosta, né? Ele decerto achou mais vantagem mexer com tomate do que com café, né? É porque café é coisa do pai, é coisa minha, né? E tomate, isso daí é renda dele, eu não vou interferir na renda de tomate, se ele plantar e colher é tudo dele, né?... agora o café ele sabe que é meu, então o café eu não vou dividir, eu não vou colher meu café e dividir com ele, né? O negócio dele, é porque ele quer o dinheiro pra ele, né? E ele colhendo o tomate, o tomate é tudo dele! Ele fala: ‘O café é do pai, o tomate é meu!’ (risos) Por isso que ele prefere plantar tomate...

Pesquisador: Mas ele trabalha com café aqui, junto com o senhor?

José: Quando eu tenho serviço aqui, quando ele tem, quando ele sobra tempo, que ele tá parado, ele me ajuda com o café, né?

Pesquisador: E quando ele ajuda o senhor aqui a cuidar do seu café, ele ajuda sem receber nada?

que importem em restrições à alimentação, mas a declaração de Helena deixa evidente a existência de um controle na aquisição de qualquer item de consumo considerado “diferente”, dispensável, mesmo os alimentícios.

José: Não recebe nada não. Não recebe nada em troca. Também, ele come dentro de casa, ele usa meu carro pra passear, né, não põe a gasolina, ele tem as mordomia dele, né? (risos) E aqui, o que ele ajuda eu ganhar, o que eu comprar aqui vai servir pra ele, né? Que é investimento pra ele, né? Porque ele ajudando eu, se eu comprar um pedaço de terra, vai servir pra ele no futuro, né? Então ele tem que cuidar do patrimônio dele, que isso aqui também é patrimônio dele, né? Não é só meu.

Como já destacamos, os filhos Fernanda e Tiago – ambos solteiros por ocasião da pesquisa de campo – ainda vivem sob a tutela paterna, na unidade doméstica, a despeito de já desenvolverem atividade produtiva de forma relativamente independente, em terra arrendada pelo rapaz.

Neste diapasão, afirmamos que os filhos mantêm unidade de produção “relativamente” independente da unidade paterna, tendo em conta que o desenvolvimento da aludida lavoura de hortaliças, em terra arrendada, parece estar vinculado à estratégia de produção estabelecida pelo pai e, por isso mesmo, não afetar o esquema de autoridade na unidade doméstica.

Conforme observamos, o fato de possuir pequena extensão de terras impede que José Belo realize, na propriedade, o plantio de hortaliças através do qual poderia garantir a aquisição de autonomia, pelos filhos, como se dá comumente em outras unidades domésticas do distrito, onde o capital das hortas libera o capital de café para a aquisição de novas parcelas, e consequente manutenção da família na propriedade.

Na família Fratelli, por exemplo, observamos a existência de unidades de produção em que os filhos, ainda solteiros e componentes da unidade doméstica paterna, já obtêm renda própria a partir da lavoura de hortaliças; observamos também, em outras unidades da família Fratelli, filhos já casados que administravam as despesas de suas próprias unidades domésticas a partir da produção de hortaliças, desenvolvida em terras originalmente pertencentes ao pai.

Na propriedade de José Belo, tal não poderia ocorrer, face à sua reduzida extensão, o que parece ter imposto ao filho Tiago o arrenda-

mento das terras em que desenvolve seu cultivo. Como afirma o produtor:

Nós quer aumentar nossa área, porque nossa terra é pequena; nós num trabalha não é só pra viver, nós tem que pensar no futuro, porque se o cara tomar aquela terra de nós, nós vamo ficar só vivendo aqui, nós não vamo fazer futuro! Nós não vamos conseguir comprar carro, trocar de carro, nós não vamos conseguir comprar outra terra, vai trabalhar só pra comer! Chega aí nesses Fratelli aí, os Fratelli aí, tem uns aí que tem 300 mil pé de café, e todo ano tá comprando terra, eles não pára de comprar! (...) Eu quero comprar porque eu não tenho, ué? Porque não dá pros filho viver! Porque se eu tivesse um montão de terra meu filho não tava trabalhando nas terra do Chico Pereira! Porque que ele tá trabalhando lá? Porque a terra aqui é pequena! Então não tem onde ele plantar verdura aqui, né? Então tem que pensar em comprar pra ele! (...) Porque um dia eles vão casar, eles vão ter filho, vão precisar ter uma casa. Já é uma família a mais, então tem que ir aumentando as terra, né?

Este arrendamento realizado pelos filhos, e a consequente autonomia obtida com a comercialização das hortas, assim, não deixam de compor a unidade de produção paterna, do mesmo modo que se dá na hipótese geral dos filhos homens que passam a produzir hortaliças em terras do pai.

A parcela arrendada por Tiago corresponde, simbolicamente, aos plantios de hortaliças realizados pelos filhos solteiros da família Fratelli, nas próprias unidades de produção de seus pais. Nos dois casos, os filhos obtêm apenas autonomia relativa para, com o capital decorrente de suas atividades, adquirir bens de consumo que não podem ser providos pelo pai.

No caso de Tiago, ainda que sua produção se realize em terras arrendadas por ele próprio, sem a participação paterna, é como se estivessem vinculadas à *chácara* do pai, justamente porque ele ainda

se encontra sob a égide da autoridade paterna, compondo a unidade doméstica e, consequentemente, dependendo do capital empregado pelo pai, a partir da lavoura de café, na manutenção da família.

Uma dissociação em termos de unidade de produção certamente se daria, apenas, quando o filho Tiago tivesse meios de produzir e manter-se, por conta própria, sem consumir na unidade doméstica paterna. Qualquer outra solução – se o filho passasse a produzir café em sua parcela, ou mesmo se o pai começasse a explorar sua *chácara* com o cultivo de hortas – provavelmente suscitaria conflitos de autoridade.

Ao abster-se da produção de hortaliças, como observamos, o pai passa a manter a unidade doméstica exclusivamente a partir da renda do café; com isso, reforça o fato de ser a lavoura cafeeira a responsável pela manutenção da família – o que inclui os filhos – e, consequentemente, reforça sua autoridade sobre estes, enquanto àquela permanecerem vinculados.

A manutenção da coesão interna e do esquema de autoridade na unidade doméstica de José Belo parece estar, assim, relacionada a este arranjo produtivo – dissonante frente aos demais investigados até aqui –, pelo qual o filho Tiago reconhece que apenas possui legitimidade para plantar verduras, já que, se o plantio fosse café, este seria “coisa do pai”, de que o pai poderia dispor livremente para a manutenção da unidade doméstica.

Aparentemente, enquanto as verduras podem ser algo plantado em benefício individual, o café pertence ao *produtor*, destinando-se à manutenção da unidade doméstica. O filho que pretendesse produzir café de forma autônoma estaria, assim, quebrando o vínculo com o pai e, com isso, forçando o rompimento da sociedade mantida com este, o que não é possível a Tiago, neste momento.

Em suma, Fernanda e Tiago preferem as hortaliças porque desejam tornar-se *produtores*, o que sabem não será possível até que, pelo menos, o pai adquira a tão desejada chácara vizinha. Antes que isso ocorra, contudo, os dois se propõem a auferir rendimentos de forma autônoma a partir das hortaliças, o que garante a possibilidade de permanecerem na atividade agrícola, e não ter que deslocar-se para a cidade em busca de uma ocupação de outra natureza.

A possibilidade de plantar café e tornar-se um produtor de café depende de um arranjo familiar, no caso dos filhos de *paranaenses* do distrito. Ao interesse filial, deve somar-se a possibilidade de que o pai estabeleça com eles uma sociedade, o que somente se dá com a ampliação das áreas de exploração familiar. Se o pai não tem meios de realizar tal ampliação, o ingresso do filho no processo produtivo deve permanecer limitado à lavoura de hortaliças, até que sua absorção pela lavoura de café seja possível. No caso de José Belo, mesmo a produção de hortaliças, pelo filho, teve que se dar fora da propriedade o que, como vimos, não interfere no esquema de autoridade justamente pela existência da hierarquia entre o café e as hortas como meios de manutenção da unidade doméstica.

Aparentemente, José Belo possui limitações ainda maiores do que aquelas observadas nas unidades de produção de outros entrevistados, na própria comunidade do Rio Novo. Acreditamos encontrar-se o mesmo numa posição “liminar” em termos de capacidade econômica e possibilidade de reprodução social, razão pela qual deve orientar suas relações externas à família em atenção a uma série de ressalvas, realizando uma prática social bem específica, de que passaremos a nos ocupar no próximo item.

6.2 | “ELES TÊM MORAL PORQUE ELES É GENTE GRANDE”: A SOCIALIZAÇÃO DE JOSÉ BELO E FILHOS

O fato de ser não apenas *pequeno produtor*, mas, principalmente, encontrar-se em tal situação de “liminaridade” na hierarquia social do distrito, parece trazer consequências ao plano da sociabilidade local de José Belo, como ele mesmo destaca:

Eles chega naqueles cara grande de Araguari, onde eles compra muito veneno, né, Seu Cícero, Garibaldo, né, quando eles é festeiro, aí eles chega lá naquelas loja de Araguari onde eles compra veneno, adubo, essas coisa, aí eles pede é costela, sabe? Aí os cara fica com vergonha, porque eles é forte, eles compra lá, eles paga lá é 4.000, 5.000 de coisas que

compra lá, é compra de R\$5.000,00, né? (...) Aí eles punham eu pra festeiro uma vez, e falaram pra mim assim: ‘Ó, cê vê se cê consegue um costelão lá!’, falei: ‘Ah, eu não vou pedir costelão não...’ porque, como é que eu vou chegar numa loja, eu quando eu vou pagar conta, a minha conta é, quando é estourando é 2.000, quem tem que pedir costelão é esses cara que nem o Ernesto, o Seu Garibaldo, o Seu Cícero, eles têm, eles é... eles têm moral, sabe?, porque eles é gente grande lá, né?

Em geral, as festas do distrito parecem reunir os mais diversos produtores, como já asseveramos. A participação deles, contudo, parece se dar em diferentes níveis de envolvimento, cabendo apenas aos detentores de maior prestígio local o “privilegio” de se responsabilizarem pela realização das ações mais relevantes.

Neste sentido, José Belo revela que já na preparação destes eventos, a participação de determinados produtores é tida como preferencial, pela possibilidade que possuem de obter maiores benefícios, tendo em conta suas relações específicas com determinados atores sociais “mais aptos” à prestação do apoio necessário.

Conforme afirma, ele próprio teria sido convidado e declinado do convite para assumir a posição de *festeiro*, por considerar a si mesmo *pequeno* demais para obter a doação do “costelão” necessário à realização do almoço, que seria angariado por outros produtores do distrito – como Cícero Amarante e Garibaldo Fratelli – através das relações que detêm junto às revendas de insumos, sediadas na cidade de Araguari, considerando as vultosas compras que nelas realizam.

Como já afirmamos, o envolvimento com as “obras” da igreja parece se constituir como uma via de mão dupla: com a ampla participação, os produtores “socialmente” destacados passam a ser qualificados diferencialmente na comunidade, como aqueles que efetivamente viabilizam as atividades da igreja; com isso, obtêm cada vez mais legitimidade para se colocar à frente da comunidade, na realização dos eventos. Não parece ser outra a posição de que gozam Cícero Amarante ou os membros da família Fratelli, em geral.

Neste sentido, ainda que se tenha revelado católico, não estivemos com José em nenhuma das missas nas quais marcamos presença, mesmo naquelas realizadas na capela do Rio Novo, com exceção apenas das celebradas por ocasião da novena – que estão, assim, mais relacionadas à “festividade” do que à prática religiosa propriamente dita. Este fato acabou por colocar-se, para nós, como mais um elemento a ressaltar o caráter de “liminaridade” de José Belo na hierarquia social local, que consideramos fundamental para a compreensão das relações sociais que o mesmo estabelece.

Observamos, neste diapasão, que José Belo faz questão de deixar marcado, com frequência, o caráter de *pequeno produtor* frente aos demais do distrito, ao mesmo tempo procurando demonstrar ampla participação em sua vida social, e afirmar-se como detentor de importantes relações no local, como com Cícero Amarante e boa parcela da família Fratelli, por exemplo.

Sobre estes últimos, cumpre desenvolver maiores considerações, tendo em conta o estabelecimento de relações de parentesco entre José Belo e Genaro Fratelli, através do casamento de seus filhos.

* * * * *

José: Aqui nós é em cinco em casa. Só que uma já casou, agora nós só tá em quatro. Tem um filho e duas filha; a minha filha caçula, a mais nova já casou. (...) Casou com o povo dos Fratelli aí, né? Eles mexem muito com café, sabe? Casou com um cafeicultor também, né? (...)

Helena: É, a foto dele tava lá no Pica Pau (local da Fenicafé)... do Seu Genaro...

José: Genaro Fratelli, Abel Fratelli, Cesar Fratelli...

Como já destacamos, José Belo possui três filhos. A filha Marcia, de 23 anos, já não mantém vínculo com a unidade de produção paterna, desde que se casou, recentemente, com “um dos Fratelli” de segunda

geração, filho de Genaro Fratelli. Aparentemente, não desenvolve atividade relacionada ao café, podendo envolver-se eventualmente com a colheita de hortaliças, na propriedade do marido ou acompanhando mãe e irmã, quando estas se lançam às colheitas em propriedades do distrito, a fim de garantir a obtenção de uma renda própria.

Deixando evidente a admiração que parece nutrir pela família do marido da filha, José Belo destaca que:

A igreja da Corrutelinha aqui é quase eles que construíram... Eles é a família mais importante da Corrutelinha, são esse povo dos Fratelli aí. (...) Quando eles entraram aqui na comunidade da Corrutelinha, a igreja da Corrutelinha dava vergonha! Não tinha nem salão pra fazer festa! Agora vai lá pra você ver a igreja e o salão que tem na Corrutelinha, tudo eles que construíram! (...) A 'Fratelada' aí, eles punharam o peito lá e levantou a igreja! Tinha a igrejinha feia, e o salãozinho feio no meio da pracinha aí... aí os Fratelli entraram lá e tomou conta...

Confirmando a hipótese de que a igreja representa, efetivamente, o principal centro de sociabilidade do distrito de Corrutelinha, José Belo refere-se à presença e participação dos Fratelli às celebrações semanais que ali se realizam como indicativo de respeito e prestígio possuído por esta família, principal fator que faz deles “a família mais importante da Corrutelinha”.

Questionado sobre as relações que estabelece com os Fratelli, José afirmou:

Quando eles faz uma festinha eles chamam nós, quando nós faz uma festa aqui nós chama eles, de vez em quando eles faz umas festinha de aniversário... Aí eles chama nós pra participar da festinha, sabe? E nós, quando faz alguma coisa ali, nós chama eles... porque a gente tem que conviver bem com eles, porque eles é o único parente que nós tem aqui, né?

Que os parentes mora tudo longe... Então o melhor parente que eu tenho aqui são os amigo e os vizinhos, né?

Interessante observar que, questionado a respeito das relações que mantém com os Fratelli, José Belo parece pretender apresentar-se como próximo àqueles produtores, justamente pela consideração que reputa à família e à possibilidade de encontrar-se ligado a ela por uma relação de casamento. Neste sentido, na festividade dos padroeiros, interessou-nos observar José Belo e esposa almoçando em companhia da família de Genaro Fratelli.

A relação entre as duas famílias, entretanto, apesar de materialmente viabilizada pela relação de casamento entre seus filhos, pareceu-nos revestida de reduzida intimidade – como atestam os fatos de Genaro Fratelli jamais haver se referido nominalmente a José Belo, ao longo de nossas entrevistas; as famílias nunca terem se visitado, ao longo dos três meses de nossa permanência no campo; o filho de Genaro, Claudinei, jamais ter sido visto na propriedade de José, quando Marcia ali se fez presente.⁷¹

Com efeito, as relações entre José Belo e Genaro Fratelli nos pareceram bem menos aprofundadas do que aquelas mantidas pelo mencionado produtor em relação a outros indivíduos e famílias do distrito, como os já citados compadres, Josemar Piccolo, Candir Daltro, ou Pedrinho Amarante.

Agora, tem gente aí que é melhor do que parente pra nós, né? (...) Um cara que é igual parente nosso, é melhor do que parente nosso, é o meu compadre Candir (paranaense); aquele sim, né? Aquele lá, a casa dele é como se a nossa casa, a nossa casa é igual a casa dele, e o compadre Josemar (para-

71 Neste diapasão, registre-se ainda o fato de José Belo nos haver apresentado, após a entrevista que realizamos em sua residência, ao compadre Josemar Piccolo, e não ao sogro Genaro Fratelli, a despeito de havermos mencionado expressamente o interesse em conhecer e entrevistar a este último.

naense)... é tudo compadre, é gente dos Fratelli, tudo esse povo é gente dos Fratelli.

Ou seja: ainda que saliente o fato de “se dar muito bem com o sogro” – o que parece ser dito como forma de afirmar a própria condição social no distrito, já que uma aproximação com os Fratelli representa uma aproximação “da mais importante família da Corrutelinha”, aparentemente a relação entre ambos parece presidida por certa distância, o que o próprio José Belo parece indicar ao ressaltar que os Fratelli são parentes, mas “tem gente aí que é melhor do que parente”, gente com quem possui maior identidade e proximidade.

Para compreendermos a maneira pela qual pode ser classificado nas relações sociais do distrito, interessou-nos notar como, nas entrevistas que realizamos com Josemar Piccolo e Augustinho Ferrari – dois produtores mencionados como muito próximos, por exemplo –, ambos manifestaram-se de forma elogiosa em relação a José Belo, demonstrando a existência de efetivas relações de proximidade, mas, ao mesmo tempo, ressaltando o quanto seriam mais “corajosos” do que ele na realização de manobras com vistas à ampliação de suas unidades de produção e, consequentemente, de garantia de permanência dos filhos na atividade produtiva.

* * * * *

Por fim, cumpre estabelecer algumas considerações a respeito do esquema de relações dedicado por José Belo aos *mineiros*, que expressa as consequências da posição de liminaridade ocupada por este produtor nas relações sociais no distrito.

Por ser possuidor de pequena extensão de terras, como vimos, José Belo encontra maiores obstáculos do que outros produtores à manutenção de seus filhos na unidade de produção. O interesse em não desprover-lhes da possibilidade de manterem a relação com a lavoura parece ser, justamente, o que impele José a abrir mão da produção de hortaliças na propriedade, em benefício dos filhos, e ainda possuir restrições ao ingresso de homens *mineiros* no seio da família, o que poderia comprometer o caráter *paranaense* de que esta é dotada.

A fim de compreendermos a dimensão de tal afirmação, observemos desde já que a impossibilidade de construir um barracão em sua propriedade impele o produtor a contar com mão de obra local, *mineira*, obtida a partir de relações pessoalizadas, como ele afirmou:

É manual. Ah, a máquina... porque a minha área é pequena, e a máquina estraga muito, né? Agora, quem tem um milhão de pé de café não tem que colher na mão; agora, a minha área é pequena, aí é fácil de colher na mão, né? Qualquer pessoa, eu faço a minha colheita; e manual não estraga o pé de café igual na máquina, na máquina estraga mais; (...) Ah, se fosse bom colher com máquina, os Fratelli colhia tudo com máquina; e os Fratelli tudo panha café... não põe máquina no café deles; Garibaldo vai colher... Garibaldo, ele colhe mais de 1.000 saca de café por ano, ele não colhe um saco com colhedeira, é tudo na mão, tudo manual. (...) Agora, que nem eu, que é área pequena assim, eu já pego o povo daqui de perto, pego vizinho... que eu não tenho alojamento, né? Pr'ocê ter alojamento tem que ter área grande de café, né? Seu Cícero tem alojamento, o Ernesto Gutierrez tem, mas também ele tem quase um milhão de pés de café, né?

Na colheita, José Belo contrata pessoas da região, sob a alegação de que não tem meios de trazer de fora; uma imposição de ordem econômica, que parece não interferir na relação de bem marcada distinção entre ele próprio, sua família e os *mineiros* do distrito.

Pelo contrário, a mesma condição de limitação econômica que impele José Belo a contratar *mineiros* para a realização de sua colheita, dentre outras razões, por não dispor de alojamento para a instalação da mão de obra, parece dotar-lhe de especial “espírito crítico” quando se refere aos antigos moradores do distrito. Quando questionados sobre as atividades que caracterizam a *paranaenses* e *mineiros*, José Belo e a filha Fernanda foram alguns dos entrevistados que, de forma mais incisiva, destacaram as “divergências” entre os dois “grupos”.

Tratando da incorporação da produção de hortaliças pelos *para-naenses*, por exemplo, José Belo e Fernanda afirmaram:

Fernanda: Até os mineiro brinca que os paranaenses... cabou com eles, porque os paranaense... eles vivia tranquilo, aqui, sabe? Aquela vida sossegada... os paranaense veio, eles têm que trabalhar igual um louco!

José: Plantava 4.000 pé de tomate, aí fazia um dinheirinho bão, aí levava um ano pra plantar outra, né? Agora não, eles têm que plantar o ano inteiro pra poder viver, porque o paranaense cabou com eles!

Fernanda: Porque o paranaense é mais...

José: É ganancioso...

Fernanda: É ganancioso.

José: Planta de muito, e eles não, eles planta só de pouquinho, né?

Fernanda: O mineiro ele gosta de viver tranquilo, no jeitinho deles... e paranaense não; paranaense, se tiver um carro, ele tem que ter um carro melhor do que o outro; se o fulano comprou um alqueire, ele quer comprar dois, paranaense é assim, ele tem um olho no do outro, sabe? Ele quer sempre mais!

José: Agora, mineiro ele conforma com tudo o que ele tem, né?...

Fernanda: Um sitiozinho lá na serra, com uma aguinha, vaquinha, porquinho...

José: Vaquinha, leite, queijinho, tá bão!

A necessidade de contratação de *mineiros*, portanto, nenhuma diferença parece trazer à sociabilidade cotidiana entre a família de José Belo e este grupo; pelo contrário, a posição de “liminaridade” econômica parece gerar uma necessidade ainda maior de se posicionar criticamente frente aos *mineiros*, de forma a tornar bem marcadas as supostas diferenças que conserva frente a estes.

A posição ocupada na hierarquia local parece ser fundamental na determinação dos casamentos. Na família de José Belo, por exemplo, a despeito de todos os filhos terem passado a juventude no distrito, apesar o filho Tiago namora moça *mineira*.

A filha mais velha, Fernanda, permanece solteira, como já mencionamos; possui, porém, casamento marcado com um *empregado paranaense*, filho de produtores que, por possuírem pequena extensão de terras, não puderam mantê-lo envolvido nas atividades da unidade doméstica.

Questionada, a moça justifica sua escolha com a afirmação de que somente o casamento entre *homens paranaenses* e *mulheres mineiras* é adequado, tendo em vista que as divergências em relação a alguns elementos de “identidade” mais caros à família – como as distintas concepções sobre a propriedade ou sobre a atividade produtiva – tornariam inviável a composição de uma unidade de produção familiar pelo casamento entre um *homem mineiro*, “acomodado”, e uma *mulher paranaense*, “que sempre quer progredir”:

Fernanda: É porque paranaense, eu não sei, pelo menos eu, minha irmã, a maioria por aí que vem de lá, a gente não tem paciência de ficar parado, a gente corre atrás... agora imagina você com um marido parado, olhando o tempo passar, não vai dar certo, não é mesmo?

José: Agora, a mulher vai cuidar da casa, quem vai administrar as economias, o dinheiro é o homem, né? Então o homem não dá problema de casar com mineira. Agora se uma paranaense casar com um mineiro, aí já é meio complicado. Já vai que o marido é meio sossegado, ele não quer

correr atrás de dinheiro, aquela... ‘Ah, essa carrocinha pra mim tá boa, esse pedacinho de terra pra mim já dá pra nós viver, não vou mexer com mais nada não, deixa quieto, vamos viver com essas vaquinha aí, né?’, e o paranaense não, eles quer evoluir, ele quer comprar terra, quer trocar de carro, quer comprar uma geladeira nova...

Fernanda: Não, não é mentira mesmo não, se você andar por aí, você pode ver um fazendeiro, mineiro fazendeiro, não querendo reparar, mas já reparando, olha onde que eles moram, a casa deles, o que eles têm dentro de casa... é de assustar! (...) A gente que não tem nada, vai dentro de uma casa de um fazendeiro desses mineiro, você fica assustado! Tem menos do que a gente! (...)

José: O mineiro é isso aí... E bão de amizade, é muito bão, eles é pessoa muito bão de você se dar com eles, só que eles não gosta assim de, eles não corre atrás de dinheiro, eles tando com a barriga cheia, tá bão! Com queijo, pão, essas coisa de comer, e carne, pão de queijo... você chegar na casa dos mineiros você vê lá é porco, vaca de leite, é queijo, essas coisa a casa deles tem fartura... só que a tralhinha de cozinha deles é sempre aquelas coisinha antiga, sabe? O carro deles às vezes é um fusquinha velho lá, caindo os paralama, e a geladeira é aquelas geladeirinha antiga...

A filha mais nova, a seu turno, está casada com um dos Fratelli, mas, como já ressaltamos, e a despeito do que nos afirmou José Belo, as relações entre as duas famílias parecem estar limitadas aos eventos de sociabilidade do distrito.

O casamento com um *mineiro* não garantiria às filhas de José Belo, justamente, ascensão social, na medida em que se realizaria “para baixo”, ou seja, com *mineiro* sem destaque na hierarquia local.

Assim, uma vez que as terras disponíveis somente poderão ser cedidas ao filho Tiago, a forma pela qual José Belo pode garantir a

manutenção da posição social das filhas parece ser, justamente, assegurar-se em garantir-lhes o casamento com um *paranaense*, que irá lhe dotar da possibilidade de permanência no seio do grupo.

Considerações finais | O LUGAR DO PROGRESSO

No presente trabalho, propusemos uma análise de relações sociais estabelecidas por famílias de produtores de café em uma comunidade do cerrado mineiro.

A compreensão destas relações colocou, para nós, o desafio da “desconstrução” de diversas categorias mobilizadas nos discursos correntes no distrito de Corutelinha em seus elementos constitutivos.

Desde a viagem de reconhecimento, pretendíamos investigar famílias de “pequenos produtores de café paranaenses”, responsáveis pela cafeicultura no cerrado; iniciado o trabalho de pesquisa, pudemos perceber a profunda heterogeneidade que caracterizava as famílias assim designadas no distrito, que então deixaram de ser exclusivamente de *pequenos produtores* – havendo entre eles produtores tidos como *médios* ou *grandes* – além de também não serem apenas produtores *de café* – produzindo hortaliças de forma expressiva – nem mesmo *paranaenses* em razão de uma “origem” comum, havendo inclusive um baiano, um dos maiores produtores do distrito, no seio do grupo.

Assim, se nas entrevistas que realizamos as categorias *paranaense* e *mineiro* – mobilizadas em oposição – foram referidas com significativa frequência, à medida que nos esforçávamos por colocá-las em questão, promovendo sua “desconstrução”, elas abriram espaço ao surgimento de categorias e oposições outras como *cafeicultor/hortaliçheiro*, *produtor/trabalhador*, *empregados/peões/diaristas/volantes*, como também *certificado/não certificado*, *moderno/atrasado*, *trabalhador/acomodado*, passando a ser por estas complexificadas.

Dessa forma, logo se colocou para nós a necessidade de compreender o que conferia conteúdo a tais categorias, promovendo a classificação social entre famílias e, consequentemente, definindo a teia de relações sociais pela qual conforma-se a comunidade.

Em primeiro lugar, interessou-nos identificar a presença de determinadas famílias *mineiras* nessa teia de relações sociais, com as quais algumas famílias *paranaenses* estabelecem relações de efetiva proximidade, como compadrio e casamento.

Nesse sentido, cumpre destacar que a atividade de produção de café manteve-se, em todo o distrito, concentrada nas mãos de migrantes, permanecendo os *mineiros* envolvidos basicamente com a produção de hortaliças; ademais, com a incorporação do cultivo de hortas pelos *paranaenses*, os *mineiros* viram-se ainda compelidos a arrendar parcelas de terra no *cerrado* como única forma de ampliarem sua produção e, assim, manterem-se no mercado.

Como já afirmamos, o conjunto de políticas públicas que viabilizou a vinda dos *paranaenses* para o distrito sustentava um privilégio ao modelo de produção destes – produção de café, com alto grau de tecnificação e investimento de recursos, obtidos a partir de linhas de crédito postas à disposição pelos governos federal e estadual – em detrimento do modelo tradicionalmente empregado pelos *mineiros*.

Temos assim razões suficientes para crer que os *mineiros* não tiveram o mesmo acesso à tecnologia que permitiu aos *paranaenses* o “desenvolvimento” do *cerrado*, desenvolvimento pelo qual estes últimos são hoje considerados como “os grandes trabalhadores, aqueles que puseram o cerrado para produzir”.

Aparentemente, entre *paranaenses* e *mineiros* existem inúmeras diferenças no tipo de relação que estabelecem com suas unidades de produção, para o que parecem concorrer as próprias atividades com as quais os dois grupos encontram-se envolvidos; enquanto os primeiros têm hoje acesso a crédito, implementos, insumos e, principalmente, à terra, estes últimos tornaram-se arrendatários daqueles a quem venderam suas parcelas no cerrado, sendo compelidos ao desenvolvimento da horticultura em larga escala, num modelo de produção que demanda alto investimento, o que lhes coloca diante de sérias dificuldades em relação à capacidade de reprodução, trazendo consequências ao esquema de classificações sociais vigente no distrito; assim, o fato dos *paranaenses* serem tidos comunitariamente como “mais capazes de trabalhar” parece ser o resultado “indireto” do conjunto de políticas públicas que lhes

permitiram fixar-se no cerrado mineiro e, ao contrário dos habitantes locais, para os quais aquela era *terra improdutiva*, pudessem aplicar todo um aparato tecnológico a fim de desenvolver suas parcelas de terra.

A hierarquia entre cultivos de café e hortaliças, que se estabeleceu com a difusão da produção de café no cerrado e incorporação da horticultura pelos *paranaenses*, parece reforçar tal distinção, estando vinculada a uma diferença entre diversas possibilidades e modos de se relacionar com a unidade de produção, importando na categorização entre *quem sabe* e *quem não sabe trabalhar*.

Em última instância, mesmo a ausência dos *mineiros* do ambiente religioso parece estar relacionada a isso, tendo em vista que a consideração de estarem em posição economicamente inferior aos *paranaenses* parece importar em sua ausência, com exceção justamente daquelas famílias que não são assim “tão inferiores” – justamente as mesmas que possuem relações com os *paranaenses*, como as de Teodorico Santos ou Luis Garcia, antes dominantes no cenário local, que mantém certa presença às atividades religiosas e possuem, também, descendentes casados com cafeicultores.

Obviamente, tais considerações gerais não solucionam a questão das relações entre *paranaenses* e *mineiros* no distrito, ainda que, de fato, com ela guardem relação; como já afirmamos na introdução, tal é a heterogeneidade observada entre *paranaenses*, que somente a análise mais aprofundada de algumas dentre tais famílias nos legaram possibilidades efetivas de compreensão dos critérios que orientam ao estabelecimento de relações.

Todas as características específicas de cada uma das famílias que analisamos pareceram-nos apontar para “relações” específicas com suas unidades de produção que impunham uma série de consequências, no plano da sociabilidade local.

Assim, a razão pela qual cada um dos produtores entrevistados adota estratégias distintas em relação à associação entre café e hortaliças e mobilização da mão de obra, por exemplo, permitiu-nos observar como cada um deles mediatiza uma “relação” com a unidade de produção, em consideração aos meios de produção de que dispõe, acarretando na conformação de “posições” diversas na estrutura social da comunidade;

posições expressas em categorias como *grande, pequeno, administrador, produtor, cafeicultor, hortaliçheiro, certificado etc.*, que não se definem apenas pelas características materiais da unidade de produção, mas pelas visões de mundo conformadas a partir das relações que nestas unidades se estabelecem, no processo de implementação das estratégias de produção.

Nesse sentido, observamos que a ausência de relações de Ernesto e Margarida no distrito estaria intimamente relacionada a “posição” que eles supõem “ocupar” na hierarquia social local; aos “maiores produtores de café” do distrito, especialmente à Margarida, importa sobretudo o fato de produzirem café *certificado*, em uma unidade “organizada” segundo rígidos padrões – e, portanto, sem produção de hortaliças –, o que a distingue radicalmente, segundo ela própria, dos demais produtores do distrito, impondo que oriente suas relações integralmente para a cidade, onde encontra seus “pares”.

A seu turno, Cícero Amarante é detentor de amplas relações sociais no distrito, através das quais reafirma suas próprias qualidades e reforça o prestígio na comunidade. Considerado como *grande produtor* para os padrões locais, conserva algum contato com Ernesto Gutierrez, mas não parece ser objeto de grande estima por Margarida, justamente porque não possui os atributos pelos quais poderia ser tido como “par”; seus três filhos, que hoje vivem no distrito, são também *produtores*, dois deles em “sociedade” com o pai – mantendo, para si próprios, o atributo de *grandes produtores* – e um terceiro em unidade de produção própria, definindo-se, como pudemos observar a partir de suas próprias relações, como um *pequeno produtor* que, contudo, estabelece relações sociais próprias – compadrio, por exemplo –, não mediadas pela figura paterna.

Na família Fratelli, interessou-nos observar a existência de unidades domésticas distintas articuladas em uma mesma unidade de produção, graças às “sociedades” entre irmãos ou entre pais e filhos (o que ocorre também no caso de Cícero e os dois filhos), mas, sobretudo, a existência de diversas unidades de produção simbolicamente articuladas em torno de uma “unidade familiar” que corresponde à “família Fratelli”, para o que a vida na *colônia*, além de uma exitosa articulação entre

café, hortaliças e mão de obra familiar, parece contribuir; articulação que lhes permite garantir a permanência do envolvimento de filhos, filhas e noras na atividade agrícola familiar, conferindo “coesão” interna à família e, consequentemente, posição de destaque nas relações sociais do distrito, especialmente no ambiente religioso.

A família de José Belo forneceu-nos importantes elementos para compreender as relações sociais no distrito, graças às relações que ele próprio estabelece na unidade e fora dela; um dos menores produtores de café que contactamos, realiza a atividade agrícola na unidade de produção com baixo envolvimento da família, face à ausência de trabalho “para todos”; os dois filhos ainda inseridos na unidade doméstica realizam plantio de hortaliças em terra arrendada, o que poderia suscitar conflitos de autoridade caso esta atividade não fosse vista e articulada pelo pai como uma atividade vinculada à unidade de produção paterna, ou seja, realizada pelos filhos com “autorização” dele, como se o fosse no interior da *chácara* da família. Tal posição de “liminaridade” impõe que as relações estabelecidas por José e seus filhos sejam orientadas, com certo rigor, à reafirmação do caráter *paranaense*, o que percebemos num marcante posicionamento distintivo frente aos *mineiros* – que ele é compelido a empregar inclusive na colheita de café, ao contrário de outros produtores, que podem manter *peões* migrantes em barracões de suas propriedades.

Enfim, a conformação daquilo que tomamos por “família” parece estar relacionada com o estabelecimento de inúmeras relações, seja entre indivíduos e unidades de produção, entre componentes das unidades de produção e, por fim, entre as diversas unidades, relações pelas quais cada uma das famílias passa a definir-se reciprocamente.

Assim, não são aleatórias as maneiras pelas quais cada uma destas famílias é normalmente referida nas conversas com diversos atores sociais do distrito. “Ernesto e Margarida Gutierrez”, “Cícero Amarante e Filhos”, “Família Fratelli” ou ainda “José Belo e Filhos” nos pareceram referências designatórias das relações que se estabelecem no interior dos núcleos familiares, pelas quais estes núcleos se definem – razão pela qual intitulam os capítulos destinados a cada um deles.

Por fim, observamos que tais *produtores* e suas famílias parecem inserir-se em determinados círculos de relação que determinam a possibilidade de serem “alcançados” pelas relações daqueles que estão posicionados acima ou abaixo dele, na hierarquia das posições sociais.

Margarida Gutierrez, que parece ocupar um “polo” deste complexo no distrito, orienta suas relações integralmente para fora do distrito; Ernesto Gutierrez, a seu turno, ainda que também possua uma sociabilidade voltada para o mundo social da cidade, mantém elementos de conformação de sua posição social que permitem algum contato, por exemplo, com Cícero Amarante – que também possui meios de estender suas relações ao âmbito da cidade, ainda que as realize igualmente no distrito.

Cada uma das famílias que estudamos parece haver encontrado, no cotidiano do distrito, os meios de definir-se e ocupar uma posição social na interação com as demais. Neste sentido, o reconhecimento da “ascensão social” não diz respeito, exclusivamente, ao acesso a terra ou a bens de consumo, mas a uma afirmação pública desta ascensão, que depende das relações com as outras famílias.

Grandes, médios ou pequenos, os “pequenos produtores de café paranaenses” do distrito possuem caracteres especificamente relacionados à realidade social do distrito, definindo-se em padrões próprios, não apenas a partir da extensão das propriedades, mas razões outras que remetem às suas próprias relações sociais.

As famílias constroem suas posições sociais no cotidiano e, por isso mesmo, qualquer tentativa de compreender essas posições e suas relações somente pode se dar pela observação do cotidiano em que elas se afirmam, num complexo de relações de distinção e posicionamento hierárquico que parecem envolver, em última instância, relações de poder.

* * * * *

O “Lugar do Progresso” é, como afirmado por Gerson Baraca na epígrafe deste trabalho, o lugar da *família paranaense*. Ao mesmo tempo, origem e destino de todos aqueles que se deslocam em busca

da realização de seus projetos de reprodução econômica e social, fortemente marcados pela relação que possuem com suas lavouras.

Se o distrito de Corruçelinha é “lugar do progresso” para as diversas famílias que para ali se deslocaram e lograram êxito na realização de suas pretensões acerca das unidades de produção respectivas, a análise que fizemos nos permite afirmar que a própria família é, por excelência, para estes “paranaenses” o “lugar do progresso”.

Em outras palavras, vimos que o “progresso” é um valor compreendido a partir da família, buscado e obtido através da família e, por fim, afirmado nas relações pelas quais as famílias conformam sua comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENSBERG, Conrad; KIMBALL, Solon. O método do Estudo de Comunidade. In: FERNANDES, F. (Org.). *Comunidade e Sociedade*: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Editora Nacional – Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 168-200.
- BAILEY, F. G. *Gifts and Poison*. The Politics of Reputation. Oxford: Basil Blackwell, 1971. p. 1-25.
- BOHANNAN, Paul. Africa's Land. *Tribal and Peasant Economies*. New York: The Natural History Press, 1967.
- BOURDIEU, Pierre. La Société Traditionnelle: attitudes à l'égard du temps et conduite économique. *Sociologie du Travail*, Paris, n. 1, p. 24-44, 1963.
- . Introdução a uma Sociologia Reflexiva. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. p. 17-58.
- . Celibato y Condición Campesina. *El Baile de Los Solteros*. La Crisis de La Sociedad Campesina en el Bearne. Tradução Thomas Kauf. Barcelona: Anagrama, 2004.
- . *A Distinção*. Crítica Social do Julgamento. Tradução Daniela Kern, São Paulo: Edusp, Porto Alegre: Zouk, 2008.
- CHAMPAGNE, Patrick. La restructuration de l'espace villageois. *Actes de la Recherche*, n. 03, p. 43-67, mar. 1975.
- CHAYANOV, A. V. On the Theory of Non-capitalist Economic Systems. *The Theory of Peasant Economy*. Homewood: American Economic Association, 1966. p. 1-28.
- CHIVA, I. A propos des communautés rurales. In: ALTHABE et al. (Dir.). *Vers une Ethnologie du Present*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1992. p. 155-174.
- COMERFORD, John Cunha. *Como uma Família*. Sociabilidade, Territórios de Parentesco e Sindicalismo Rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

FOSTER, George. The Dyadic Contract: a model for the social structure of a mexican peasant village. In: POTTER et al. (Ed.). *Peasant Society: A Reader*. Boston: Little Brown, 1967. p. 213-320.

GALESKI, Boguslaw. *Sociología del Campesinado*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.

GEERTZ, Clifford. Form and Variation in Balinese Village Structure. In: POTTER et al. (Ed.). *Peasant Society: A Reader*. Boston: Little Brown, 1967. p. 255-278.

GUIDI, Maria Laís Mousinho. Elementos de Análise dos 'Estudos de Comunidades' realizados no Brasil e publicados de 1948 a 1960. *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 4-87, 1962.

HAESBAERT Rogério. *Des-territorialização e identidade. A Rede Gaúcha no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.

HEREDIA, Beatriz. *A Morada da Vida*. Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAMARCHE, Hugues. *A Agricultura Familiar*. Comparação Internacional. Vol. I: Uma realidade multiforme. Tradução Angela Tijima. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

—. *A Agricultura Familiar*. Vol. II: Do Mito à Realidade. Tradução Frédéric Bazin. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LINHART, A. M. G. M. Êxodo Rural, Fazendas e Desagregação. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 6-39, 2002.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A Oeste das Minas*. Escravos, Índios e Homens Livres numa Fronteira Oitocentista – Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: EDUFU, 2005.

MARQUES, Ana Claudia. *Intrigas e Questões*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra*. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MENDRAS, Henri. *Les Paysans et la Modernisation de L'Agriculture*. Compte-rendu d'une enquête pilote. Paris: Centre National de La Recherche Scientifique, 1958.

MEYER, Doris Rinaldi. *A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos*. Estudo de uma Comunidade Rural Nordestina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Tradução Ary França e Raul Silva. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

- MOURA, Margarida Maria. *Os Herdeiros da Terra*. Parentesco e Herança numa Área Rural. São Paulo: Hucitec, 1978.
- NASCIMENTO, Amariles Alves. *O Tiro que Matou 4*. Saga das Famílias Medeiros, Branquinho e Mendes do Nascimento. Araguari: edição pessoal, s/d.
- OLIVEIRA, C. R. G. *A Frente Caficultora em Araguari – MG*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1991.
- OLIVEIRA, Fábio Divino de. Araguari, a História e a Importância da Diversificação Agrícola. *Diário de Araguari*, Araguari, 12 de dezembro de 2000.
- PESSÔA, V. L. S. *Ação do Estado e as Transformações Agrárias no Cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG*. Tese de Doutorado. Rio Claro: IGCE/UNESP, 1988.
- POLANYI, Karl. The Economy as an Instituted Process. In: POLANYI, K. et al. *Trade and Market in the Early Empires*. New York: The Free Press, 1957. p. 139-157.
- REDFIELD, Robert. *The Little Community and Peasant Society and Culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1965.
- RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães. *Os Fazendeiros da Cultura*. Estudo Sobre a Fazenda “Tradicional” e a Modernização Agrícola na Região Mineira dos Cerrados. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1986.
- SEGALEN, Martine. *Mari et Femme dans la Société Paysanne*. Paris: Flammarion, 1980. p. 4-85.
- SHANIN, Teodor. Peasantry as a Political Factor. In: SHANIN, Teodor (Ed.). *Peasants and Peasant Societies*. Middlesex: Penguin Books, 1971. p. 238-263.
- SHIKI, Shigeo. Introdução – Em Busca de Alternativas Sustentáveis no Processo de Reestruturação Global do Sistema Agroalimentar no Domínio dos Cerrados. *Sustentabilidade do Sistema Agroalimentar nos Cerrados: Entorno de Iraí de Minas*. Uberlândia: EDUFU, 2000.
- STEWARD, J. et al. *The People of Puerto Rico*. Urbana: University of Illinois Press, 1956.
- TEPITCH, Jerzy. *Marxisme et Agriculture*: Le Paysan Polonais. Paris: Armand Colin, 1973.
- THOMAS, W. I.; ZNANIECKI, F. The Peasant Family. The Marriage. *The Polish Peasant in Europe and America*. New York: Octagon Books, 1974. p. 87-128.

VASCONCELOS, V. F.; SANTOS, R. J. A Chegada do Projeto PRODECER-I em Iraí de Minas e os Migrantes. *II Simpósio Regional de Geografia. Perspectivas para o Cerrado no Século XXI*. Uberlândia: UFU, 2003.

VELHO, Otávio Guilherme. *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

WOLF, Eric R. *Sociedades Camponesas*. Tradução Oswaldo Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

Anexo | FIGURAS

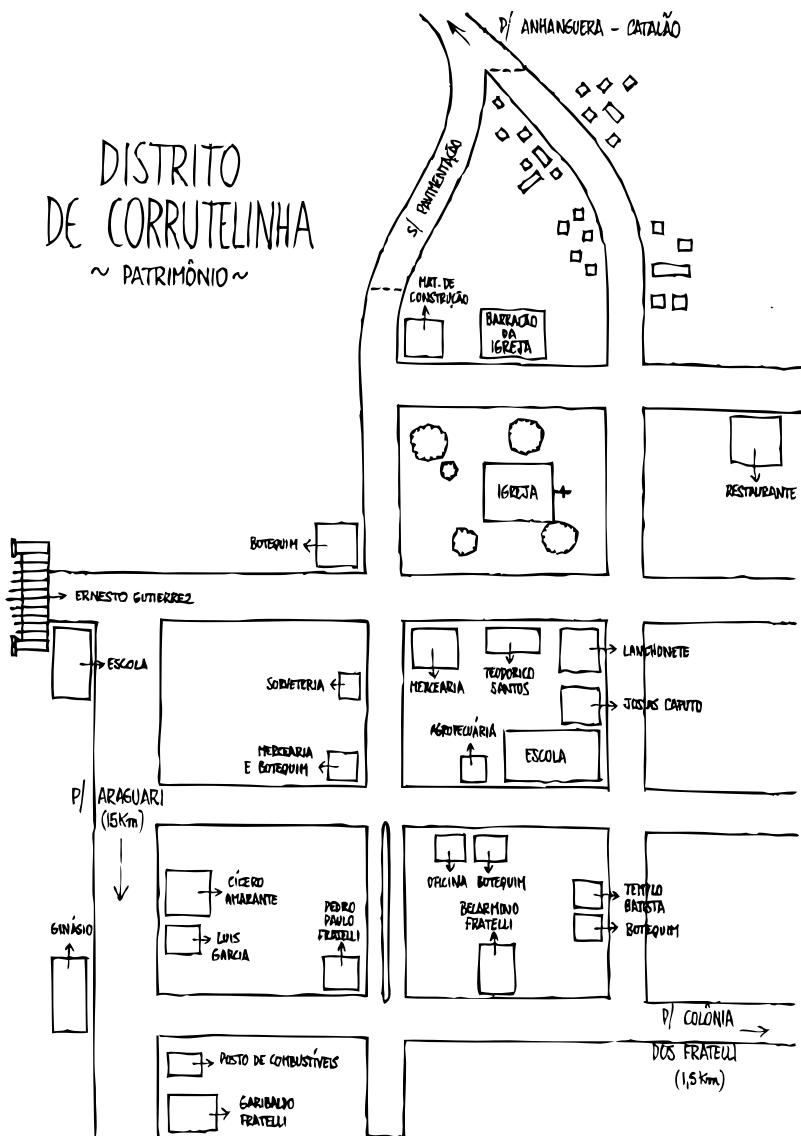


Figura I | Mapa do Patrimônio.

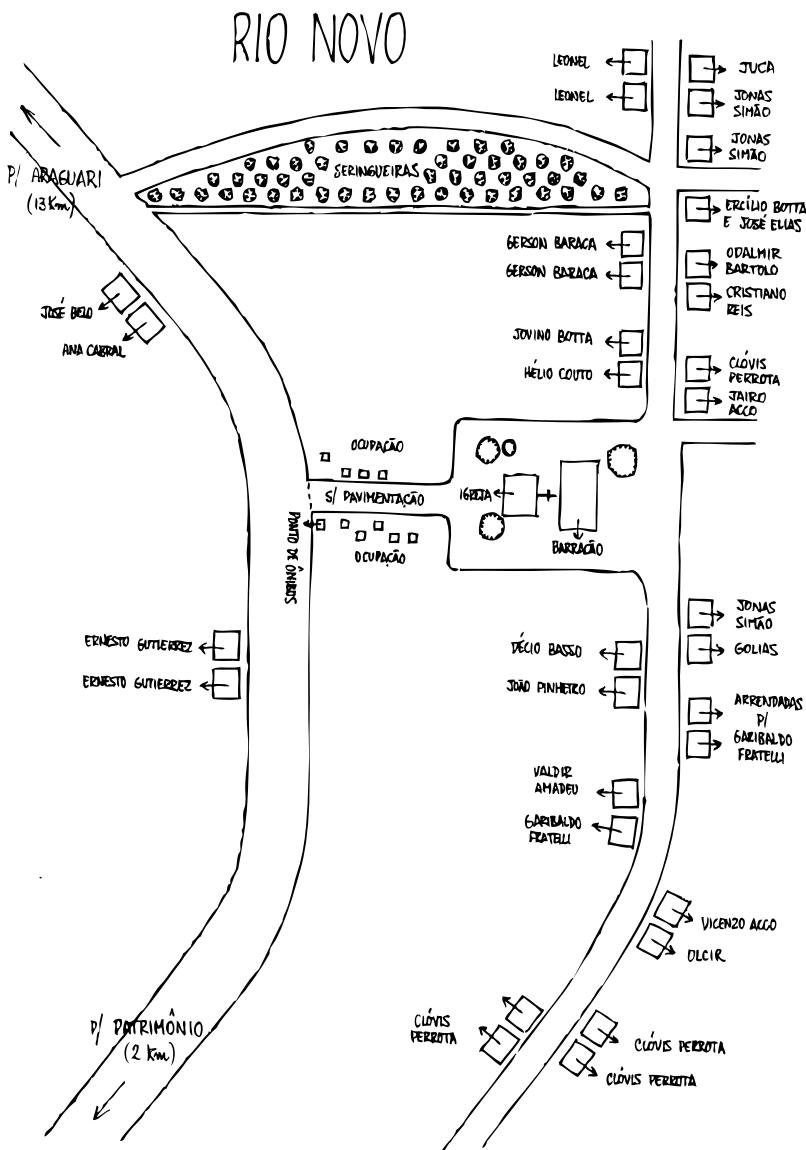


Figura II | Mapa do Rio Novo.

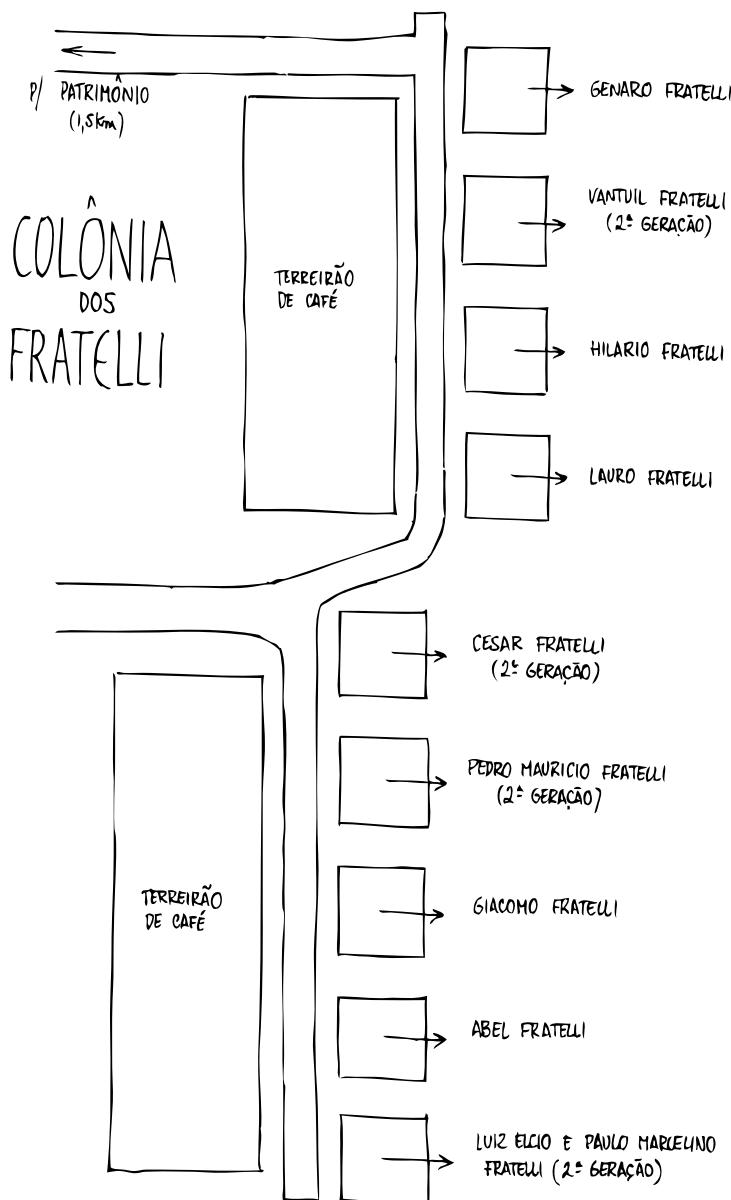


Figura III | Mapa da *Colônia*.

